

OLIMPIA MALUF SOUZA

**AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS LAUDOS PERICIAIS DE
INDIVÍDUOS COM SUSPEIÇÃO DE INSANIDADE MENTAL**

Dissertação apresentada ao curso de Lingüística
do Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Lingüística

Orientadora: Profa. Dra Suzy Maria Lagazzi-
Rodrigues

UNICAMP
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
2000



2000 18/2/01

UNIDADE	80
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	5089c
V.	Ex.
TOMBO BC	43120
PROC.	16-278100
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREC.	R\$ 11,00
DATA	29/11/00
N.º CPD	

CM-00147229-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

M299c	<p>Maluf-Souza, Olimpia</p> <p>As condições de produção dos laudos periciais de indivíduos com suspeição de insanidade mental / Olimpia Maluf-Souza. - - Campinas, SP: [s.n.], 2000.</p> <p>Orientador: Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Análise do discurso. 2. Loucura. 3. Crime e criminosos - Aspectos biopsicossociais. 4. Distúrbios da personalidade anti-social. 5. Direito penal - Brasil - História . I. Lagazzi-Rodrigues, Suzy Maria. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	--

Profa. Dra Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues

Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini

Campinas, 29 de março de 2000.

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Olimpia Maluf

Souza

e aprovada pela Comissão Julgadora em

16/10/2000.

Elisabete Avelar

AGRADECIMENTOS

À professora **Suzy Lagazzi-Rodrigues** - minha orientadora - por ter me ensinado a fazer Análise de Discurso, principalmente através de sua postura paciente, compreensiva e de respeito à minha posição sujeito.

Ao professor **Eduardo Guimarães** - Coordenador do MINTER - pela presença velada e cuidadosa com cada um dos alunos do programa.

Aos **professores do MINTER** por terem, cada um ao seu modo, me mostrado a força e a presença da linguagem em qualquer área do conhecimento humano.

À professora **Eni Orlandi** por fazer parte da minha história de constituição dos sentidos dentro da Análise do Discurso.

À professora **Carmen Zink** por sua forma doce e meiga de contribuir tão significativamente com as minhas reflexões.

Ao **Lucas e Leandro** por ter, tão precocemente, aliviado, em certa medida, a culpa constitutiva do papel de mãe, a qual me atravessa em função da ausência, ao mesmo tempo sofrida, ao mesmo tempo querida.

Ao **Valdir** por me possibilitar esse trajeto e por chamar-me à razão sempre que a ameaça de cruzar a linha tênue entre a sanidade e a insanidade, entre o querer e o poder se fizeram presentes.

À **Unemat** pela oportunidade de tornar tudo possível.

À **Silvânia** pelo empenho na consecução do Laudo do 'Maníaco'.

Aos muitos **amigos** que se fizeram de esteio nos momentos delicados.

Aos meus **familiares** pela crença nas minhas possibilidades. Me fortaleci na credibilidade, ainda que latente, de cada um de vocês.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

"A derrota da loucura não precisa ser definitiva. A Narrenschiff - nave dos doidos - está silenciosa, mas continua navegando".

Rouanet (s/d, p:15)

SUMÁRIO

I - Apresentação	13
II - Nas sendas do discurso	25
III - As compleições do laudo pericial	39
IV - As 'vidas' do periciando: um lugar de afirmação da ilicitude	59
V - As relações causais na herança biológica: o discurso da determinação biológica	87
VI - O discurso jurídico: as peças recortadas do auto	93
VII - A voz inaudível do periciando	111
VIII - Os pareceres no laudo: um espaço de movência entre o discurso médico e o Jurídico	121
IX - Considerações finais	151
X - Bibliografia	161

RESUMO

Tomando como corpus o laudo de comprovação de higidez mental elaborado com base em um fato relativamente recente de homicídio em série no país, o presente estudo visa a analisar as condições de produção do referido laudo. O referencial teórico adotado é o da Análise do Discurso da Escola Francesa. Verificar as condições de produção dos laudos periciais implica dar visibilidade à posição sujeito perito, ou seja, suas inscrições discursivas enquanto sujeito interprete, interpelado pela ideologia na história. Dessa forma, o que mostramos com esse estudo é o espaço de movência do sujeito perito na confluência dos discursos jurídico e médico.

Essa posição sujeito perito será constantemente confrontada com as posições dos teórico da psiquiatria e da psicologia, cujo os pareceres, juntamente com o dos peritos (psiquiatria forense), são decisórios no diagnóstico final do periciando. Em síntese, a visibilidade das formas-sujeito e das formas de assujeitamento se dará no texto (laudo) enquanto materialidade discursiva.

Palavras-Chaves: 1.Análise do discurso. 2.Crime e loucura. 3. Doença mental. 4. Laudo pericial. 5.Discursos Médico e jurídico.

I - APRESENTAÇÃO

O presente trabalho se propõe a analisar um fato relativamente recente de homicídio em série no país – o caso do 'Maníaco do Parque', através do laudo pericial de comprovação de higidez mental.

O interesse por esse estudo nasceu do contato com os efeitos homogeneizantes que a mídia¹ produziu ao fazer circular os crimes cometidos pelo 'maníaco'. Uma verdadeira comoção nacional foi desencadeada e uma pergunta passou a ser reproduzida pelo Discurso Leigo², a partir dos efeitos produzidos pela mídia: 'o Maníaco era um assassino frio ou um louco descontrolado?'

Toda a vez que a imprensa ou as pessoas em geral eram instadas a dar pareceres sobre os atos do 'Maníaco' uma questão era imediatamente colocada de forma implícita ou explícita. Essa questão dizia da aparência do 'maníaco' como lugar de referência e explicação dos atos por ele cometidos. Dessa análise da aparência o parecer tendia, na maioria das vezes, a explicar seus atos por uma ação criminosa, uma vez afirmarem não ser ele possuidor de uma 'aparência de louco'.

Duas constatações puderam ser daí retiradas: 1) Os crimes cometidos pelo 'maníaco' fugiam à interpretação convencional, ou seja, não eram suficientemente explicados como pura e simples contravenção, pois a forma ritualística e repetitiva, como se dava ensejava a possibilidade da loucura; 2) a mesma memória discursiva dos crimes 'aceitáveis' que instalava sentidos de que alguns crimes podem ser cometidos sob a égide de uma loucura, assegurava para o criminoso/louco uma tipologia, uma corporeidade que fugia à aparência do criminoso comum.

¹Tomamos a palavra *mídia* conforme a descreve Orlandi, 1996, ou seja, como lugar de interpretação, de imobilização da interpretação, através do silenciamento do Discurso Político. Essa direção massificadora da interpretação produziu, no caso do 'Maníaco do Parque', os efeitos de individualização do sujeito 'maníaco' como lugar de escuta, de olhares, enfim de assunção de uma direção interpretativa promovida pela mídia. Vale lembrar que a própria designação 'maníaco' já direciona a interpretação para sentidos que dizem mais respeito à loucura do que propriamente à criminalidade. Esse efeito produzido pela designação adotada pela mídia parece-nos um aspecto interessante e deverá fazer parte das nossas reflexões e estudos posteriores.

² Adotamos o termo Discurso Leigo para referir aos gestos de interpretação que a população em geral passou a produzir a partir dos efeitos de sentido desencadeados pela mídia.

A primeira constatação colocava a possibilidade do que parecia convencionar os crimes como 'normais' e 'patológicos'. A segunda colocava a questão da aparência. Ao afirmar que o 'maníaco' se parecia ou não com um louco, os efeitos produzidos eram os de que a loucura e o louco têm uma aparência diferente. Esse mesmo funcionamento se pode verificar nas conversas cotidianas que se carregam desses sentidos através de comentários tais como: 'está com uma aparência de louca'; 'tinha uma cara de louco'; 'descabelada feito uma louca'; 'tinha olhos de louco', etc. ;

Pareceu-nos necessário buscar a fundação desses sentidos.

Nossa filiação teórica à Análise do Discurso da Escola Francesa já nos assegurava uma posição para iniciar a busca: a noção de que a interpretação é um 'gesto' no nível do simbólico, ou seja, é lugar próprio da ideologia 'materializada' pela história.

Para retomarmos a fundação e os deslocamentos de sentido do conceito de Personalidade Criminal, necessitaríamos retomar também o conceito de Periculosidade. Ambos os conceitos têm uma interpenetração e um enraizamento histórico comum: a crescente necessidade de intervenção sobre os 'comportamentos desviantes', desencadeada pelos movimentos de proteção/defesa social e os conseqüentes processos de punição/disciplinarização dos corpos, conforme assinala Foucault (1987- b, 1998 - a).

Um breve recuo ao início do século XIX, nos possibilitará reunir as condições sociais, históricas e epistemológicas que estiveram na base da fundação e consolidação destes conceitos. Esse momento histórico favorece a 'afirmação' da Psiquiatria (ou medicina mental), através da proliferação discursiva sobre as duas figuras 'desviantes' – o louco/alienado e o criminoso.

É nesse contexto que Esquirol, em 1838, cruza a alienação e o crime instituindo o 'criminoso alienado', através da figura nosográfica³ da 'monomania homicida'. Esse 'achado' de Esquirol inaugura uma forma de loucura cujo único sinal evidente seria uma 'desordem moral', motivadora da prática de crimes.

³ Observemos que o caráter da doença mental - 'monomania homicida' - introduzida por Esquirol, é nosográfico. Ou seja, de caráter puramente classificatório. Essa constatação nos leva a supor que o fato do CID-10 (tratado posteriormente nesta análise) ser também nosográfico não decorra de uma opção desse manual catalográfico, mas sim de uma constutividade histórica de alguns tipos de doença mental, principalmente aquelas que caracterizam as chamadas personalidades transtornadas.

Essa 'descoberta' não só individualiza este ramo do saber perante a medicina, como possibilita a penetração progressiva dessa nos domínios do Discurso Jurídico, particularmente do Direito Penal. Assim, a Psiquiatria vai exigir um perito da alienação para avaliar a doença mental e proceder ao seu adequado diagnóstico e eventual prognóstico. É essa especificidade do saber médico sobre a alienação que instaurará e reforçará novas relações de poder entre estes dois domínios e seus representantes. É, pois, nesse espaço de movência e interlocução criado por esses dois discursos (o médico/psiquiátrico e o jurídico) que se constitui a figura do Psiquiatra Forense (perito).

Enquanto a 'Escola Clássica' do Direito Penal discutia o crime através do 'livre arbítrio' e, portanto, como responsabilidade plena do indivíduo pelos seus atos, a Escola Positivista passou a discuti-lo como decorrente de um 'determinismo'. A crença nesse determinismo suspende, temporariamente, a justa retribuição ou pena de acordo com a gravidade do ato praticado, como queriam os clássicos. Contudo, é a crescente penetração da psiquiatria no domínio do penal, que promoverá um progressivo deslocamento da noção de responsabilidade/culpabilidade para a de periculosidade, privilegiando a defesa da sociedade, em detrimento da retribuição/punição do criminoso.

Foucault (1997 - b) chama a atenção para o papel fundamental que o direito civil terá tido na introdução das noções de risco e periculosidade, no domínio do direito penal. Historicamente o deslocamento da responsabilidade/culpabilidade para a periculosidade ocorre em função de uma grande crise e convulsão social: época de afirmação plena do capitalismo e de toda a agitação social dele decorrente – migrações maciças para as cidades, aumento súbito do número de desempregados, mendigos, vadios, ou seja, toda uma situação de elevada 'desordem social' generalizada. A noção de risco e periculosidade é desencadeada, pois, por essa ameaça à ordem social, acrescida da intervenção das 'ciências psicológicas' que, conjuntamente, impõem um novo olhar sobre a marginalidade e o desvio.

Se anteriormente tínhamos: 'infração = responsabilidade = sanção', o deslocamento se faz para: 'risco social = periculosidade = medidas de segurança', conforme esquematizam Tulkens & Digneffe (in Manita - Consulta Eletrônica).

Vejamos, pois, que descentra-se do indivíduo e da doença que porventura ele porte para a ameaça à sociedade. Mas, notemos, não é a sociedade como promotora do 'desvio', mas

a imperiosidade de garantia da segurança e da ordem social, tendo no indivíduo a origem e razão do problema. Ou seja, dado o perigo, a ameaça que representa a esse imperativo social, é ele que devia (deve) ser apartado e 'tratado' (medida de segurança). Desloca-se, assim, a discussão entre 'livre arbítrio' e 'determinismo' para o reconhecimento de 'um estado perigoso' que ameaça a ordem e a segurança social. Dessa forma, não se discute mais diretamente a natureza da responsabilidade, mas as condições efetivas para a proteção da sociedade. A responsabilidade que o Discurso da Moral Social parafraseia como 'deveres' funciona nessa ordem do social como pré-construído, ou seja, é dever, responsabilidade de todo o indivíduo do pacto social funcionar conforme essas regras. Aquele que desvia, que sai do pacto, deve ser responsabilizado e punido – a punição é o mecanismo de reparação do desvio. O parâmetro para afastar e/ou tratar não é diretamente relacionado ao crime, mas ao que ele representa em termos dos 'danos sociais' causados.

Discute-se, assim, a natureza do criminoso orientada por dois vetores: a) defesa/proteção social e b) prevenção/recuperação do indivíduo delinqüente. Vetores que são as bases de individualização das penas e ainda hoje adotados como práticas interventoras no domínio da criminalidade.

Dessa forma, não basta ao Direito Penal a confissão de uma infração e a assunção de responsabilidade, falta-lhe uma informação suplementar tornada imprescindível por todo este processo: o conhecimento do criminoso e da sua natureza.

Para definir a pena a aplicar, é necessário aceder ao motivo que orientou o criminoso, compreender o sentido desse ato, estabelecer 'um laço psicologicamente inteligível entre o ato e o ator' (Foucault, 1997 - b). Assim sendo, os peritos vão ser chamados a intervir nos processos criminais como 'especialistas do motivo' ou como 'explicitadores da(s) causa(s)'.

A intervenção, primeiro da Psiquiatria e depois da Psicologia, conduzirá à necessidade de uma reformulação da concepção de responsabilidade, na qual os aspectos da determinação psicológica adquirem um peso crescente, ou seja, com a intervenção do Discurso Médico/Psiquiátrico no Discurso Jurídico a responsabilidade/culpabilidade toma a forma da periculosidade.

Ao longo do século XIX abandona-se a noção de 'monomania homicida', pela emergência de uma outra corrente explicativa, mais abrangente, que permite englobar todo o

domínio do patológico, e que mais facilmente ainda que a anterior, vai permitir e legitimar a intervenção psicológica no domínio do penal. Trata-se da 'teoria da degenerescência' desenvolvida por Morel (1857 – Tratado das degenerescências físicas, intelectuais e morais da espécie humana) e aplicada a diferentes objetos por autores como Legrain (1895 – Degenerescência Social e Alcoolismo). Legrain amplia o conceito de periculosidade a partir do estudo das intoxicações e seus efeitos degenerativos no indivíduo e, muito particularmente, do estudo do alcoolismo – considerado a degenerescência das degenerescências.

Estes autores vão desenvolver uma teoria explicativa da evolução e transmissão (com gravidade crescente), geração a geração, das 'alterações mórbidas', quer as hereditárias, quer as adquiridas no contato com meios sociais patológicos.

Introduzem, ambos, o conceito de periculosidade que estas degenerescências representavam. Alertam ainda, que tal 'estado de perigo' ocorre para o próprio indivíduo, para a sua descendência e, em última instância, para a própria espécie humana, ou seja, para a sociedade em geral.

São as posições desses dois autores que estará presente nos desenvolvimentos teóricos que a escola positivista italiana irá produzir, principalmente com Lombroso, Garofalo e Ferri.

A publicação de Morel, em 1857, consubstancia aquela que será, por mais de meio século, a racionalidade dominante nos domínios do saber do biológico, da medicina mental e da própria criminologia. Assim, é em torno do duplo eixo – degenerescência x periculosidade – que se irão desenvolver as diferentes teorias biológicas, psicológicas, sociológicas e antropológicas.

É, pois, sob a influência da 'teoria da degenerescência' de Morel e de um 'darwinismo ingênuo' em franco desenvolvimento na época, que Lombroso realiza os estudos morfológicos e anatômicos, na tentativa de aceder ao conhecimento mais aprofundado da natureza e especificidades do 'homem criminoso'.

Lombroso, Ferri e Garofalo instituem, dessa forma, o período criminológico que tinha como objetivo os estudos do homem delinqüente e a explicação causal do delito.

Mas é principalmente com o médico psiquiatra Cesare Lombroso, através de sua obra **L'uomo delinquente** de 1875, que o crime passa a ser considerado como fruto da

personalidade humana e produto de várias causas (ao contrário de concebê-lo como livre arbítrio e entidade jurídica). Ao admitir a pena como mecanismo de defesa social e recuperação do criminoso, proclama a sua individualização, seguida da necessidade de se conhecer a personalidade do criminoso.

A sua proposição de criminologia, conhecida como antropologia criminal, é hoje chamada de biologia criminal. A biologia criminal objetiva esclarecer a gênese do fato delituoso, através de estudos dos caracteres fisiopsíquicos, juntamente com as influências externas.

Estudando o delinqüente na sua unidade de corpo e espírito, se ocupa de três aspectos: o morfológico (estudo dos caracteres orgânicos), o endocrinológico (estudo dos caracteres humorais) e o da psicologia criminal (estudo dos caracteres psíquicos). Os aspectos externos (influências físicas e sociais) são denominados fatores exógenos.

A escola positivista inspira-se no iluminismo e tem por finalidade resgatar a sociedade, através dos seus princípios individualistas. O positivismo de Comte e sua idéia de sociologia inspiram a sociologia criminal de Ferri, e o evolucionismo de Darwin fornece a Lombroso a sua idéia de atavismo do crime – reaparecimento em um descendente de um caráter não presente em seus ascendentes diretos, mas sim em remotos – e Spencer fornece elementos aplicáveis à psicologia, à sociologia e à ética.

Na Escola Clássica o direito preexistia ao homem, era transcendental, visto que fora dado pelo Criador para que ele pudesse cumprir seus destinos. Os positivistas proclamam outra concepção de direito: é resultante da vida em sociedade e varia no tempo e no espaço, em consonância com a lei da evolução.

Lombroso, atribuindo ao crime o estatuto de fenômeno biológico, adota o método experimental e explica o delito pelo atavismo (o criminoso regride ao seu ancestral – o homem primitivo ou selvagem). Ele nasce delinqüente e regride através de um processo conhecido na biologia como degeneração – parada no desenvolvimento – que se manifesta em deformações, anomalias anatômicas, fisiológicas e psíquicas. Nesses indivíduos o pendor para o crime é resultado desse acidente da natureza que produziu o retorno de um ser atávico

Na classificação do 'ser atávico', Lombroso descreve um conjunto de estigmas biológicos/morfológicos que caracterizam o criminoso e revelam nele esse 'atavismo':

características físicas: a assimetria craniana, a fronte fugidia, as orelhas em asa, os zigomas (osso da maçã do rosto) salientes, a arcada superciliar proeminente, o prognatismo maxilar, a face ampla e larga, os cabelos abundantes, etc. A estatura, o peso, a braçada são outros caracteres anatômicos. Como características fisiológicas: a insensibilidade física, a analgesia, o mancinismo ou ambidestrismo, a disvulnerabilidade (resistência aos traumatismos e recuperação rápida), os distúrbios do sentido, etc.; e como características psicológicas: a insensibilidade moral, a impulsividade, a vaidade, a preguiça, a imprevidência, etc.

Advertia, no entanto, que era preciso reunir várias características para alguém ser considerado um delinqüente nato. Criminosos como os ocasionais e passionais poderiam não apresentar os sinais. Para explicar a etiologia do delito Lombroso estudou a epilepsia como a possível desencadeadora da degeneração, pois ela ataca os centros nervosos e perturba o desenvolvimento do organismo, provocando regressões atávicas. Admitiu ainda a loucura moral (influenciado pelos estudos de Maudsley), afirmando que ela deixa íntegra a inteligência, porém suprime o senso moral.

Apesar das críticas aos seus exageros com relação ao caráter morfológico do criminoso e à redução dele a uma espécie à parte da espécie humana, em síntese, para Lombroso, o criminoso é um ser atávico, com fundo epilético e semelhante ao louco moral.

Contudo, conforme assinala Noronha (1995) – ao parafrasear Hafter, o marquês de Milão, com sua célebre frase: “Homem, conheça a justiça!” – é a Lombroso que se atribui o pioneirismo de pregar: “Justiça, conheça o homem!”. (op.cit. p.27).

Caberia questionar, no entanto, que tipo de conhecimento Lombroso quer que se tenha do condenado. Parece evidente que o que Lombroso faz, contudo, é conspirar uma ‘natureza selvagem’ para o criminoso, abrindo, ainda que de forma incipiente, um espaço para um saber médico-científico (psicológico e psiquiátrico) substituir a jurisprudência casuística. Essas medidas reorganizam o poder de punir, onde ‘todo o aparato punitivo é substituído por uma nova política do corpo: a da sua submissão pelo controle das idéias’ (Foucault, 1987 - b). O pensamento dos ideólogos reformadores não foi apenas e tão somente o de implantar uma teoria do indivíduo e da sociedade, mas foi principalmente a instalação de uma tecnologia de poderes sutis, eficazes e econômicos.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Lombroso admitia, em certa medida, os fatores exógenos ou sociais na gênese do delito. Entretanto é Enrico Ferri que se dedica a esses estudos, criando a Sociologia Criminal. Escreve em 1880 uma obra intitulada Sociologia Criminal, tornando-se o maior vulto do positivismo e expandindo a idéia de trinômio causal do delito: fatores antropológicos, causais e físicos. Prega a responsabilidade social em substituição à moral: o homem não é livre – tem responsabilidades sociais – o estado não é livre – tem de reprimir o crime para defesa do direito e da sociedade. Deu importância à prevenção, através do que denominou substitutivos penais: modificação nas condições sociais e econômicas de efeitos criminógenos. Dá à pena um tempo indeterminado, pois deve ser adequada ao delinqüente, visando o reajustamento para o convívio social. Prescreve cinco categorias de criminosos: o nato (descrito por Lombroso, como detentor de uma atrofia do senso moral e, como o próprio nome indica, transporta consigo um patrimônio genético determinante da criminalidade); o louco (não é delinqüente, mas é de responsabilidade social, inclui os matóides – fronteiriços: zona entre a sanidade e a enfermidade psíquica); o delinqüente habitual (é produto do meio, influenciado por fatores exógenos, começa cedo a praticar pequenos delitos e se corrompe no sistema penitenciário inadequado); o criminoso ocasional (é fraco de espírito, sem firmeza de caráter e versátil, é influenciado pela ocasião: miséria, influência de outro, esperança de impunidade, etc.) e o passional (é honesto, mas de temperamento nervoso e sensibilidade exagerada, comete seus crimes na juventude, confessa a culpa, arrepende-se e geralmente se mata). Classifica as paixões em dois tipos: sociais e anti-sociais.

A categorização apresentada por Ferri retira, desde então, a responsabilidade do Estado sobre os indivíduos criminosos. Assim, o mal e a doença estão no próprio indivíduo e no seu meio, portanto as possibilidades de superação e readaptação estão também, praticamente negadas. Se por um lado, Ferri admite que os indivíduos delinqüentes devem ser reajustados, ao classificá-los como criminosos genéticos, insanos, psicossociais e suicidas, relega-lhes, por outro lado, a exclusão, uma vez só poderem retornar ao convívio social após se recuperarem. Adequar a pena a cada delinqüente, após classificá-los como doentes incuráveis, é ao mesmo tempo lhes reservar como única medida possível de reparação, a segregação social eterna.

A maior crítica que se aplica aos precursores da Escola Penal Positivista, especialmente a Lombroso, é o fato de que, apesar da referência às influências do meio, ficaram sempre muito aquém da constatação da importância dos fatores psicológicos e sociais, pois a ênfase de suas proposições residiu nos limites dos estudos anatômicos e na transposição direta da anatomia para o psiquismo e o comportamento. Como se o crime pudesse ser concebido como uma espécie de 'secreção anormal' de um organismo delinquente.

Alguns anos depois, os estudos de Lombroso foram totalmente postos em causa, não só pelo desenvolvimento de novos saberes, mas pela quantidade de erros e incorreções que neles foram detectados, um dos quais o de não ter realizado estudos comparativos entre criminosos e não criminosos. Esses erros não nos permitem, porém, negar a contribuição fundamental do autor para o desenvolvimento da criminologia, estando os seus trabalhos (por concordância ou oposição) na base da maioria das teorias do crime, desenvolvidas até meados do século XX. Será mesmo caso para dizer que os erros de Lombroso terão sido dos mais produtivos da história da criminologia, dando origem a diferentes linhas de investigação, desde a biologia à sociologia e antropologia criminal. Ele terá sido, aliás, o primeiro a elevar claramente o criminoso ao estatuto de ser triplamente perigoso: para si próprio, para a sociedade e para a espécie.

Por sua vez, Garofalo, na mesma linha das concepções atávicas, mas orientando-se já predominantemente para os aspectos morais e psicológicos, vai defender que os criminosos possuem uma anomalia moral e psíquica, uma espécie de 'lesão ética' (também referida por Ferri) que seria responsável pela prática dos atos delinquentes. Muito embora o conceito de periculosidade fosse já utilizado em psiquiatria desde o início do século, existindo referências à sua utilização em 1800 por Feuerbach (Peixoto, 1936), é com Garofalo que ele vai ser explicitamente transposto para o domínio da criminologia, surgindo primeiro (em 1878) através da noção de temibilidade (a perversidade constitucional, constante e ativa, do delinquente e a quantidade de mal que dele poderemos esperar, isto é, a sua capacidade criminal e a probabilidade de a implementar ou periculosidade provável).

Já Enrico Ferri, partindo das mesmas concepções biológicas de Lombroso, alargará crescentemente o seu modelo interpretativo a outros fatores, realçando como fator determinante os aspectos do meio social em que o criminoso se insere. Nessa mesma época,

Lacassagne⁴ opondo-se frontalmente a Lombroso, cairá num determinismo social oposto ao biológico, mas não menos radical que o anterior.

No entanto, será efetivamente a figura do 'criminoso nato' (atávico) que dominará o estudo do fenômeno criminal durante quase todo o século XIX e inícios do século XX e será também ela quem irá dar lugar – num movimento de crescente afastamento da racionalidade biológica e aproximação a uma racionalidade psicológica e moral – primeiro à figura do 'perverso constitucional' (na seqüência do conceito de 'temibilidade' introduzido por Garofalo, e posterior demonstração, pelas teorias psicodinâmicas, da origem psicogenética e não biológica da 'perversidade moral') e, no século XX, às figuras do sóciopata e do psicopata, atualmente personalidade anti-social e distúrbios do comportamento.

Com base nestas teorias (quer seja para o pequeno e cotidiano crime, quer seja para o grande e hediondo crime/criminoso) passa-se a considerar, pelo menos em possibilidade, a existência de uma afetação grave no criminoso louco e estabelecer um continuum entre psicopatologia e criminalidade. Assim se reuniram todas as condições para elevar o tema do 'homem perigoso' ao nível da cientificidade tão almejada pela escola positivista, tornando-se este o objeto fundamental dos estudos desenvolvidos pelos diferentes autores, que do final do séc. XIX a meados do séc. XX prosseguirão paulatinamente na senda das características biológicas, morais, psicológicas e sociais que definem e determinam a 'periculosidade' e permitem identificar e avaliar o verdadeiro 'homem perigoso'. De um determinismo biológico irá passar-se, sucessivamente, para um determinismo psicológico e social e, finalmente, para um multifatorialismo que não deixa, no entanto, de ser tão linear e redutor quanto os anteriores, na medida em que se inscreve e se filia ao positivismo 'puro' e causalista que tem dominado a criminologia até aos dias de hoje, não procurando ir além da determinação das leis gerais (causais) do crime, se constituindo em um lugar onde o delinqüente não é sujeito de si próprio, mas sim o objeto da criminologia.

Todos esses aspectos interessam-nos discursivamente enquanto elementos constitutivos das relações imaginárias determinantes entre o que se configurou enquanto sentidos para os crimes cometidos sob a suspeição de uma loucura e como lugar possível de

⁴ A Lacassagne e seguidores é atribuída a compreensão de que 'cada sociedade tem o criminoso que merece' e que fatores sociais e geográficos, por si só, podem explicar a criminalidade.

inscrição da posição sujeito perito na produção dos laudos de avaliação de higidez mental, principalmente aqueles que se ligam aos assassinos seriais.

Pêcheux (1969) denomina esse lugar de 'representação' como sendo o lugar das Formações Imaginárias. Assim, afirma ele que quando uma pessoa formula ela não está simplesmente transmitindo informações. Ela está, na verdade, produzindo efeitos de sentido. Tanto o que enuncia como o que o escuta, bem como aquilo do que se fala compõem o que Pêcheux denomina como 'os. diferentes elementos estruturais das condições de produção do discurso'. Cada lugar, cada posição desses interlocutores estão determinados na estrutura de uma formação social. Dessa forma, temos os mais diferentes lugares de enunciação, dependendo do papel social que ocupa cada um dos locutores: empregado/patrão, professor/aluno, perito/periciando, etc.

Contudo, não são efetivamente esses papéis sociais, essa hierarquia ou essa divisão social do trabalho e, portanto, de poder, que garantem que a pessoa fale de fato a partir do lugar que ocupa. Inúmeras são as análises discursivas que têm mostrado um empregado falando a partir de uma posição de inscrição do patrão, um governante falando do lugar de inscrição discursiva do sindicato, etc.

Ora, o que Pêcheux chama de formações imaginárias nada mais é que tomar uma posição discursiva em nome da expectativa que se cria entre interlocutores ou, nas palavras do autor: 'o lugar que A e B se atribuem cada um a si mesmo e ao outro'. Ou seja, um jogo de imagens se estabelece sempre que estamos numa situação de interlocução. Assim, concorrem nesse jogo a imagem que A tem de si próprio, a imagem que A tem de B, a imagem que A tem do referente, etc. Sendo esse processo constitutivo dos sujeitos da interlocução, o mesmo jogo de imagens se processa em B. Se tomarmos como exemplo o Discurso do Laudo veremos que o jogo de imagens ali configurado se constitui pelo lugar de inscrição do sujeito perito, o lugar em que ele inscreve o sujeito periciando, as inscrições da ideologia na história dos Discursos Médicos e Jurídicos, etc. Vejamos, pois, que enquanto processo discursivo, o laudo pericial é espaço para os jogos simbólicos, configurando-se lugar de deriva, de deslizos, de movência.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

II - NAS SENDAS DO DISCURSO

" (...) nenhuma loucura é a própria loucura, nenhuma ciência é a própria Ciência, nenhuma pintura é toda a pintura, nenhuma guerra é a guerra absoluta. (...) Há fricções (...) ou rarefações do discurso (...)" (Veyne, 1983, p: 27).

Vejamos que discursivamente um certo parentesco se estabeleceu nalgum momento da história entre o crime e a loucura, entre a personalidade criminal e o grau de periculosidade que ela representa. A referência constitutiva desse parentesco vinculou aparência física e atitude social à questão da loucura e, conseqüentemente, instituiu, enquanto sentido na memória de dizer o **criminoso-louco**, uma regulação pela ordem do que instituiu (e institui) a moral social. Esse discurso fundador dos sentidos dos criminosos motivados por uma loucura estabeleceram compleições aos suspeitos, afetando essa memória discursiva, tanto no que diz respeito à aparência dos indivíduos, quanto à natureza dos seus crimes. Estamos chamando de Moral Social a todo o discurso que regula a sociedade por uma ordem que remonta o conceito de certo e errado, de bom e mal, de direito e dever que, em última instância, assegura a segurança e a ordem social. O discurso da moral social tem a fundação dos seus sentidos no Discurso da Moral Religiosa⁵

Por essa aparência abarcar não só o aspecto físico, mas também o comportamento moral e psíquico dos indivíduos, resolvemos referir-nos à ela como 'corporeidade', uma vez entendermos que essa palavra abarca, enquanto sentidos, tanto os aspectos físicos quanto os atitudinais dos indivíduos que cometem crimes sob a suspeição de uma loucura.

O próprio remetimento a essa corporeidade produz sentidos que constituem os sujeitos como: dualidade psicofísica, matéria e substância, corpo e alma/espírito, etc.

⁵ Adotamos o termo *Discurso da Moral Religiosa* para expressar todo o atravessamento que o Discurso Religioso faz sobre os Discursos Médico e Jurídico, regulando-os no que concerne à forma de julgamento dispensado ao criminoso-louco. Ambos os discursos adotam para determinar o grau de loucura e/ou crime os critérios relativos à vontade e inteligência do sujeito. O que, em última instância, diz respeito à capacidade de culpar-se e arrepender-se diante dos atos cometidos.

Courtine & Haroche (1988), ao tratarem a questão do sujeito, colocam que a condição para a sua dualidade ou indivisibilidade é uma decorrência direta do político: “(...) a decifração da aparência é, assim, um jogo crucial do político, das lutas que aí se desenrolam” (op.cit. p.40). Quando argumentam que um mesmo sujeito é, efetivamente, outro, abrem aí a consideração a uma concepção de sujeito atravessado pelo político, pelo ideológico: “o campo político é o lugar do olhar onde se estabelecem dominações, aceitam-se servidões, organizam-se resistências no jogo das representações”. (op.cit. p.39,40).

Dentro dessa perspectiva os autores abordam o atrelamento do corpo a esse sentido político – um trabalho iniciado por Foucault (1977) – e remetem aos estudos de teóricos que utilizaram o corpo: desde a concepção do corpo do soberano como expressão política sobre o poder, até a do homem comum, cujo corpo se assujeita dentro dessa relação de dominação.

O corpo assujeitado necessita ser amplamente conhecido, assim, uma forma de saber se instala a partir da necessidade desse conhecimento. Desde os trabalhos de frenologia de Gall (craniometria), da antropologia criminal de Lombroso (atavismo) e da instalação da Psicologia e da Psiquiatria nosográfica com a 'monomania homicida' de Esquirol, esse saber se reveste de uma aura misteriosa, pois vai havendo, gradativamente, um deslocamento do saber sobre o corpo para um saber sobre a alma humana, sobre sua subjetividade, como espaço de conhecimento necessário, para se exercer um maior controle sobre ela. O corpo que por muito tempo fora alvo de todas as punições e torturas, agora expressa o que lhe vai na alma. É pois na instituição das ciências naturais que ocorrem essas mudanças. O corpo é aliviado das dores do suplício, mas é ele quem carrega a exteriorização de uma interioridade, é ele quem determina quem deve ser condenado, aprisionado, escoreçado ou banido. Até a Idade Média, as punições e as torturas tinham o corpo como alvo, pois era nele que se manifestava toda a forma de possessão demoníaca, daí todos os instrumentos de tortura, as condenações às fogueiras, os esquartejamentos e os enforcamentos.

Contudo, a nova ordem imposta pela sociedade burguesa exigia um novo olhar para o corpo, não mais como alvo de punição, mas como possibilidade de reparação, de tratamento. O corpo era o lugar da mão de obra, da produtividade, da geração de bens materiais. Assim, era necessário expurgar as cidades dos corpos improdutivos, confinando-os em internatos que visavam, entre outros aspectos, ao seu resgate para a produção.

O corpo, tornava-se, dessa forma, apto a compor a engrenagem maior daqueles modos de produção⁶.

Esses mecanismos de poder impuseram uma segregação, nos grandes asilos, aos indivíduos eleitos para a exclusão, e possibilitaram a convivência de todos os tipos de 'marginalidade'. Como já nos referimos, nesse 'parentesco' do crime e da loucura, da saúde e da doença, dos apartados pela origem social, pelo nível de contestação e de insubordinação, o discurso da ciência psiquiátrica ganha ascendência sobre o próprio discurso médico que a institui e sobre o discurso jurídico para reclamar para os seus domínios os criminosos com suspeição de loucura. Mas, lembremo-nos, os sentidos fundadores dessa discursividade se faz sobre uma concepção nosográfica de doença mental - a 'monomania homicida' (doença de caráter nosográfico instituída por Esquirol).

Assim, essa corporeidade do criminoso/louco fala-nos através de uma memória, de um ethos discursivo. Uma corporeidade que se constituiu histórico-socialmente, a partir de pré-construídos, de estereotípias que remontam, entre outros aspectos, às diferenças sociais, assujeitadas a um tipo de poder que determina quem deve ser excluído, quem deve e pode ser resgatado a funcionar dentro do pacto social e quem não dá perspectivas de reinclusão.

Ora, o que estamos afirmando é que a constutividade do sujeito perito se move, desliza na e sob a determinação de formas de existência histórica das relações sociais de produção e reprodução acerca do conhecimento que o Discurso Médico e o Discurso Jurídico acumularam sobre os indivíduos que cometem crimes sob a suspeição de uma loucura. Ou seja, estamos assumindo que essa constutividade em sujeitos (em posições sujeito eu diria) se faz nas práticas sociais e por elas. É o que, no dizer de Henry (1992), se aplica aos agentes do processo de produção do conhecimento: 'eles se constituem na prática científica e por essa prática como sujeitos, cientistas, pesquisadores, etc. (...) são formações ideológicas que constituem indivíduos concretos, agentes de práticas sociais, em sujeitos: 'só há prática através

⁶ Por *modos de produção* abarcamos a organização social, o sistema jurídico e as relações de poder vigentes nas sociedades burguesas. Conforme assinala Lagazzi-Rodrigues (1988, p.41) 'esse conjunto de normas coloca-se como lógico e necessário para organizar as pessoas (...) essas relações já se encontram organizadas em outro lugar, ou seja, no modo de produção'. Segundo Orlandi (1999, p. 30) as condições de produção 'compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação', aos quais a memória discursiva é acionada. Incluem, pois, o contexto sócio-histórico, ideológico na produção do acontecimento.

de uma ideologia e só há ideologia por e para os sujeitos' (op. cit., p. 23).

Pareceu necessário para o percurso da análise, dar visibilidade à constituição do sujeito perito e aos sentidos fundadores nos quais se inscreve: os mecanismos de exclusão de uma população 'adoecida' do ponto de vista da ordem social, o 'parentesco' entre o crime e a loucura, a corporeidade do indivíduo que comete crimes sob a suspeição de uma loucura, o caráter nosográfico, classificatório que instituiu a doença mental nas sendas do jurídico. A visibilidade das condições de produção e das posições sujeito e formas de assujeitamento em oposição ou concordância no laudo, mostrará, ainda, os deslocamentos, as interdições e silenciamentos em funcionamento no laudo pericial do 'Maníaco do Parque'.

Acreditando que o que existe são discursos e suas redes de significações, dar a conhecer a memória discursiva dos relatos que compõem os laudos periciais, a aproximação que permitiu opor o crime e a loucura, a abertura que possibilitou, no interior do discurso jurídico, um espaço para o discurso médico-psiquiátrico, decidir sobre a responsabilidade penal do acusado, a convivência e confluência de vários discursos (médico, jurídico, psiquiátrico-forense, da moral social e da moral cristã) e, finalmente, os deslocamentos e deslizos que constituem o sujeito perito (psiquiatra-forense), determinado por um saber e por uma função que o institui para estabelecer a distinção do par louco/ não louco são os aspectos que pretendemos tornar visíveis através desta análise.

Com a teoria da Análise do Discurso a minha forma de ler passou a ganhar novos contornos: aqueles que permitem ultrapassar os limites técnicos da estrutura textual, para buscar na materialidade da língua a relação das redes de significações que inscrevem os sujeitos em determinadas posições. Atravessada por essa concepção de leitura e, ao mesmo tempo, motivada pelo funcionamento discursivo da loucura, duas obras, particularmente, me despertaram indagações: a de Styron (1985), que narra uma insurreição escrava significativa dos Estados Unidos, ocorrida em 1831 no norte da Virgínia, liderada por Nat Turner que dizima famílias brancas, justificando seus atos como determinados por Deus; e a de Foucault (1977), na qual o autor, coordenando uma equipe, analisa o dossiê sobre Pierre Rivière, um parricida que em 1835 degolou a mãe, um irmão e uma irmã.

Nessas obras coexistem momentos históricos comuns e, mais do que isto, uma grande dificuldade em se estabelecer fronteiras entre o crime e a loucura, entre a razão e a desrazão.

O pensamento positivista, fortemente marcado na cultura ocidental, reclama, de imediato, por classificações precisas, por quadros sindrômicos característicos que estabeleçam relações e, principalmente, diferenciações e limites precisos entre o crime e a loucura. Perguntas se impõem. Em Styron, Nat Turner comandou um grupo de massacre e extermínio de famílias brancas porque estava num quadro de loucura, cuja manifestação, em forma de alucinações, se fazia mostrar pelas 'vozes' de Deus autorizando-o a matar em seu nome ou porque lucidamente premeditou a matança como forma de vingança à degradação a que estava constantemente submetido em função da sua condição de escravo? Em Foucault, Pierre Rivière cometeu o parricídio porque estava insano ou porque friamente planejou a destruição dos algozes de seu pai, num processo até certo ponto premeditado e induzido pelo próprio pai, pela mentalidade de uma época ou pela necessidade de punir os parentes que claramente marcaram com rejeições a sua biografia? Os crimes de amor, os crimes religiosos, os crimes políticos se justificam por uma loucura ou por uma crença na necessidade de sua efetivação, o que, na maioria das vezes os tornam razoáveis e até presumíveis para quem os comete? Estaria o acusado se comportando friamente ou acreditando na necessidade de efetivação do ato, quer se justifique por amor, religião, política, etc.?

A própria adoção indiscriminada da terminologia 'adoecidos/doentios' remete a um tipo de funcionamento discursivo que ora filia o criminoso/louco a uma concepção de insanidade de fundo biológico, crônico e sem perspectivas de cura e, portanto, de reinclusão; ora o filia a estágios passageiros, momentâneos, circunstanciais. No entanto, tanto uma quanto a outra forma de tratamento para o caso remete a uma concepção de crime/loucura instituída pelo movimento positivista: os crimes cometidos por insanos são uma consequência das condições biológicas dos mesmos. Embora o termo 'adoecido' coloque o caráter de provisoriedade e de circunstancialidade para a doença mental, abrindo um lugar de influência dos fatores externos ao sujeito, a concepção de sociedade positivista faz retornar a ele a condição de 'órgão doente' do grande corpo social, na forma de um comportamento desviante, desadaptado, desajustado.

Parece evidente que esses crimes dessas obras citadas, bem como os cometidos pelo 'maníaco', ao suscitarem tais perguntas remetem a uma forma de dúvida sobre algo que se filia a sentidos que foram dados a ser interpretados sempre numa direção: a direção da dúvida instalada por uma posição histórica que contrapõe o crime à loucura.

Orlandi (1983, 1996) afirma que “ (...) a interpretação (...) (é) (...) parte irrecusável da relação do homem com a língua e com a história, (portanto), (...) não se inscreve no campo da manipulação, da intenção da mera vontade. Algo que está além e aquém do homem, essa relação não se dá no âmbito de seu controle. Essa é uma relação que o institui enquanto tal” (op.cit. p. 47).

Se parece difícil determinar como louco os que cometem crimes desencadeados pela possibilidade de uma loucura, mais complicado ainda é determinar a responsabilidade penal de quem os comete, principalmente, quando o parâmetro se desloca da responsabilidade/culpabilidade para o grau de periculosidade e, portanto, de ameaça à ordem e à segurança social que tais indivíduos representam.

Estamos associando, num dos termos do deslocamento, a responsabilidade à culpabilidade, pois tais sentidos se embricam de maneira significativa. Vejamos então: culpabilizar implica, pois, numa ação conseqüente à possibilidade de responsabilização. Contudo, temos apontado os sentidos da responsabilidade, em funcionamento no laudo, como efeito de pré-construído, ou seja, não se discute se o periciando é ou não o autor dos crimes, mas aprioristicamente responsabilizando-o, a discussão recairá sobre a capacidade de imputação, isto é, verificar a sua capacidade de entender e de determinar-se perante os crimes cometidos.

Contudo, tanto a justiça quanto o homem comum exigem um julgamento e uma reparação de culpa. Então, com base em que critérios ela se dá? Como se constróem os sentidos e quem os institui? A partir de que critérios se processam tais julgamentos? Que discursividade sustenta tais critérios?

Historicamente se instituíram sentidos que vinculam o delito e o delinqüente, o normal e o patológico, o sadio e o doente, o moral e o imoral. Esses sentidos que acompanham as díades de sentidos opostos, na tentativa de externar o mais possível a oposição, deslocam os seus sentidos de tal modo que acabam por torná-los muito próximos. Isso nos leva a concluir

que essas díades se definem na oposição, sendo que o estabelecimento de fronteiras discursivas entre os pares que compõem as díades só será possível com o recrutamento imediato do oposto de cada par. Assim, ao tratar do sentido do que é 'normal' imediatamente se reclama o de 'anormal'. Ou seja, para se afirmar o sentido de uma das partes dos opostos é necessário estabelecer o seu contrário, afirmando, por exemplo, o amor no ódio, o normal no anormal, o louco no não-louco, etc. Concorrem para esse funcionamento a própria noção de deslocamento, que conclama, em certa medida, a temporalidade e a espacialidade: a ordem do crime, a (des)ordem da loucura, e os estatutos de ambos deslocam-se significativamente ao longo dos séculos em decorrência dos novos sentidos que vão se configurando. Dessa forma, guarda-se com o passado uma presentificação e com o presente uma futuridade, garantidas pelo atravessamento e embricação de outros discursos que estão sempre em funcionamento pela interpelação.

Os sentidos dessa presentificação e dessa futuridade se fazem através da memória discursiva, ou seja, pelo interdiscurso. O interdiscurso é definido como 'aquilo que fala antes, em algum lugar, independentemente'. Ou dito de outra forma, é a memória discursiva ou saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sobre a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra' (Orlandi, 1999, p.31).

O objetivo é, pois, o de dar a conhecer o funcionamento dos discursos adotados pelos peritos, enquanto sujeitos-intérpretes, enquanto posição sujeito, que fundam esses sentidos, e discutir, a partir das contribuições teóricas da Análise do Discurso Francesa, os mecanismos que possibilitam explicitar os sentidos que movem, por quase dois séculos, a justiça e a sociedade em geral no que concerne à forma de julgamento dos indivíduos classificados como 'maníacos' pelo discurso médico.

Analisar o laudo pericial do Maníaco do Parque traz, pois, o intuito de lê-lo enquanto real da língua e real da história, pois, conforme assinala Orlandi (1996), “ (...) o trabalho do analista é o de compreender a relação entre essas duas ordens de real” (op.cit. p. 45).

As posições adotadas hoje pela justiça, pelos peritos e pela imprensa serão, pois, analisadas nesse trabalho como decorrentes de uma ideologia que se institui como prática discursiva. “A ideologia (...) não se define como conjunto de representações, nem muito

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

menos como ocultação da realidade. Ela é uma prática significativa. (...) não é consciente: ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique” (op.cit. p. 48).

Os sentidos em funcionamento no laudo, enquanto acontecimento, remontam ao período positivista, tanto da história do Direito Penal, quanto da História da Loucura, o que justifica a necessidade de compreensão da constituição histórica dessas formações ideológicas.

A instituição dos sentidos ditados por esse momento de ascensão da burguesia regula a sociedade por uma ordem firmada no pacto social, e toda uma concepção de pena, de delito e de procedimentos para com o criminoso/louco funda uma discursividade que, assegurados os deslocamentos dessa rede de significação, funciona atualmente nos laudos de comprovação de insanidade mental. Para dar visibilidade a este funcionamento, mostrando os deslocamentos e/ou inscrições adotadas pelos peritos enquanto sujeitos-intérpretes, é fundamental que as significações fundantes do entendimento de crime e de loucura e o conseqüente modelo de julgamento na atualidade estejam constantemente confrontadas num estudo cujo dispositivo teórico se assente na Análise do Discurso.

Tal opção teórica implica numa posição do analista em conceber o *corpus* como lugar de produção discursiva. Dadas as condições de produção, os peritos se instituem na ilusão de autoria e de ineditismo dos seus relatos. Contudo, não inauguram os sentidos sobre crime e loucura no laudo que elaboram, pois eles fazem parte de uma discursividade fundada numa outra ordem de poder e de saber. Essa ordem de poder e de saber presentifica-se através das autoridades médicas que funcionam discursivamente inscritas nas vontades e nas necessidades de uma sociedade disciplinarizada, tanto pelo poder descentralizado da figura do governante para a sociedade em geral, quanto pelos princípios de normatização que regem essa sociedade e que se atravessam dos preceitos moralizantes do Cristianismo.

Veremos que a sociedade disciplinar desloca, atualmente, para a reivindicação da segurança, os sentidos latentes de vigilância e de punição para os usurpadores da ordem firmada pelo pacto social. Esses sentidos latentes inscrevem tal forma de funcionamento numa concepção de certo/errado, bom/mal, direitos/deveres que presentificam dogmas cristãos das relações do homem com o seu semelhante. Em outras palavras, funcionar adequadamente

dentro do pacto social implica em participar de uma concepção coerente com a do *'homo religiosus'*.

Sem dúvida, é no texto (laudo), ou seja, na formulação que se dará visibilidade ao funcionamento do discurso acerca dos indivíduos que cometem crimes sob a suspeição de um determinado grau de loucura: nas condições de produção do laudo, na posição adotada pelos peritos, na interpelação histórico-ideológica que os instam a funcionarem inscritos nos sentidos que instituíram a necessidade de instalar a classe médica (psicólogos e psiquiatras) para 'humanizar' a pena para o homem que não pode ser responsabilizado; no silenciamento do crime e na exaltação da loucura como lugar de interdição e de exclusão do convívio e da produtividade – regras ditadas pela sociedade disciplinar – que mostraremos as pistas dessa rede de formações ideológicas.

O funcionamento discursivo da oposição loucura/crime remete a uma necessidade que institui a figura do perito, instalada a partir da criação dos hospitais gerais, implantada por uma forma de poder e de ordem social assentadas, como já começamos a mostrar, na ascensão da burguesia e na instalação da sociedade disciplinar. A ordem burguesa, por um lado, instituiu o germe do capitalismo, retirando o máximo de trabalho da mão de obra produtiva e afastando do meio social qualquer pessoa que significasse risco, ameaça, perigo à sua ordem. Assim, quem decide quem deve ser apartado é, em última instância, a sociedade ameaçada por toda a ordem de 'desvio'. A implantação da sociedade disciplinar, uma consequência dessa forma de poder instalado pela burguesia, exercia, assim, o controle e a vigilância, através de mecanismos punitivos.

Ao elaborarem o laudo sobre o maníaco, os sujeitos que o formulam inscrevem o seu dizer no já dito, ou seja, no interdiscurso, na memória discursiva. Isso significa que os sentidos não se instituem no momento da elaboração do laudo, o que implica, consequentemente, em não conceber este trabalho como um estudo de caso. É importante ressaltar, então, que a abrangência deste estudo está delimitada por condições de produção que especializam, mas não singularizam o caso do 'Maníaco do Parque' e os laudos que o discursivizam. Podemos então supor que, tanto o que preconiza o Discurso Médico quanto o Discurso Jurídico sobre os indivíduos que cometem crimes sob a suspeição de uma loucura se sustenta discursivamente em duas formas de exclusão que se cruzam.

A adoção do laudo como material de análise, inscreve-o na concepção de dado tomada da AD: “ (...) é ela própria um efeito ideológico do qual a análise do discurso procura desconstruir a evidência, explicitando seus modos de produção (...) é a própria noção de real e a de interpretação que são colocadas em questão. (Assim) (...) a relação do analista com o dado, com a interpretação, com o real, com a realidade, a noção de discurso promove confrontos teóricos que resultam na redefinição do político, do histórico, da ideologia, do social, e do lingüístico” (Orlandi, 1996, p. 44).

É necessário, pois, considerar que o *corpus* na AD não é uma questão fechada aprioristicamente, ou seja, ele nunca está pronto antes de se começar a análise e só se faz pronto com a análise. Assim sendo, ele é, portanto, processo em delimitação. Isso significa que o que será considerado do laudo será 'progressivamente' recortado.

É pois, na opacidade do laudo como texto e na não transparência e linearidade da linguagem que se dará a 'leitura' desse material. Essa forma de abordagem teórica “tem como característica a passagem da noção de funcionamento da língua para o discurso, e a construção de um dispositivo analítico fundado na noção de efeito metafórico” (Orlandi, 1996, p. 79).

Pela noção de funcionamento da língua ampliada para a de funcionamento do discurso, desloca-se, principalmente, a compreensão do que vem a ser interpretação. Se a noção de funcionamento embute, por um lado, apenas aquilo que cada parte significa, a noção de discurso, por outro lado, implica em dar visibilidade às 'regras que tornam possível qualquer parte'. “A proposta é então explicitar os mecanismos de funcionamento do discurso (...) (e) (...) o trabalho do analista de discurso é mostrar como um objeto simbólico produz sentidos, como os processos de significação trabalham um texto, qualquer texto” (op.cit. p.80).

Em contrapartida, é o efeito metafórico que se situa no funcionamento do discurso e da língua que produz a possibilidade do deslize de sentidos. Assim sendo, mostrar esses efeitos funcionando na língua e no discurso é tornar visível os deslizos dos sentidos fundadores da aproximação/oposição entre crime e loucura para interpretá-los funcionando hoje nos laudos acerca dos assassinos seriais.

É a possibilidade do efeito metafórico, conforme afirma Pêcheux (1969) que permite que um efeito semântico possa ser substituído contextualmente por outro, sem que dele se desvincule totalmente. É, pois, esse efeito que traz a possibilidade de deslocamento dos

sentidos, senão, o que ocorreria seria apenas uma reprodução dos sentidos, nos quais a interpretação, os deslizos, os deslocamentos não teriam lugar. Meras repetições do que a história do crime e da loucura já instalou. Acreditar nessa possibilidade é atribuir linearidade, transparência e mecanicismo ao acontecimento da linguagem: é, em certa medida, conceber o homem como reproduzidor de uma mensagem gravada a partir de uma determinada mentalidade factual de uma época da história.

A possibilidade da metáfora entendida como transferência, substituição, não é um desvio ou um erro de interpretação da história, ela é constitutiva do próprio sentido, ela promove o sentido novo e, ao mesmo tempo, carrega nele a memória do que foi dito e do que se instituiu como a gênese dos interesses que inauguraram uma aproximação/contraposição entre crime e loucura.

Pêcheux (1991) afirma que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar-se para outro”, assim, é o efeito metafórico que expõe a relação da língua e da historicidade no discurso, através dos deslocamentos dos sentidos. É essa filiação ao funcionamento do discurso que nos leva a afirmar que nos laudos de suspeição de insanidade mental, a filiação dos sentidos se colocam e a história se presentifica representada pelos deslizos.

Os peritos, apesar do ardiloso engano da criação, (re)produzem sentidos trabalhados no interior de famílias parafrásticas que inscrevem o seu dizer no jogo das formações discursivas/ideológicas. Assim, as formulações do (no) laudo são metáforas, deslizos, paráfrases ideologicamente determinadas.

Conforme assinala Orlandi (1996), 'é nesse lugar em que se produz o deslize de sentidos, enquanto efeito metafórico, onde a língua e história se ligam pelo equívoco (materialmente determinado) que se define o trabalho ideológico (...) o trabalho de interpretação'.

É, pois, esse equívoco que permite, ao analista de discurso, tomando-o como questão ideológica fundamental, compreendê-lo 'na instância do sujeito' (o que permite a compreensão da relação com o inconsciente) e 'na instância da história' (o que nos põe em

contato com o como funciona da ideologia): o que está presente por uma ausência necessária' (op.cit. p. 82).

Segundo Orlandi (1996), “não há sentido sem essa possibilidade de deslize, e pois, sem interpretação. O que nos leva a colocar a interpretação como constitutiva da língua (...) do sujeito e do sentido” (op.cit. p. 80; 83).

Dessa forma, o trabalho aqui proposto é o de situar o gesto de interpretação do sujeito (os peritos) e expor seus efeitos de sentido considerando que 'a interpretação é um gesto, ou seja, ela intervém no real do sentido'. (op.cit. p. 83;84).

O papel do analista é o de dar visibilidade, através do dispositivo teórico da AD, às posições sujeito em jogo no laudo, não explicitadas pela opacidade da linguagem e por sua não evidência.

Assim, o objetivo é o de analisar as “montagens discursivas”, apotando os ‘momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados’ (pelos peritos)” Pêcheux (1991, p.57).

Compreender o texto enquanto materialidade discursiva é mostrar o seu funcionamento enquanto produção de sentidos, a partir das posições adotadas pelos seus ‘autores’. Orlandi (1996) afirma que “o analista não só procura compreender como o texto produz sentidos, ele procura determinar que gestos de interpretação trabalham aquela discursividade que é o objeto de sua compreensão. Em outras palavras, ele procura distinguir que gestos de interpretação estão constituindo os sentidos (e os sujeitos, em suas posições)” (op.cit. p. 88).

O gesto de interpretação do autor de um texto diz respeito à posição que essa ‘autoria’ assume no momento de sua elaboração. Assim, afirmar que o estudo do laudo do moto-boy não se faz sobre uma determinada casuística é assumir que os peritos, nos laudos que avaliam a sanidade mental do periciando, estão produzindo um gesto de interpretação determinado pela posição que filia o seu dizer no já dito, no interdiscurso, numa memória de sentidos já instituídos. Assim, não temos laudos iguais, mas sim, laudos tomados a partir do mesmo gesto de interpretação, da mesma posição discursiva, da mesma forma-sujeito interpelado pela história e pela ideologia.

Os peritos, afetados pela dupla ilusão da origem e da literalidade do seu dizer, são interpelados pela ideologia na história: “há um dispositivo ideológico de interpretação em todo o sujeito falante (...) (dessa forma) (...) as formas-sujeito histórica são diferentes porque a relação com a interpretação é diferente” (op.cit. p. 89).

É exatamente o equívoco, a ilusão do sujeito da interpretação que mais fortemente o atravessa e o vincula a uma ideologia (Orlandi 1996). Poderíamos afirmar que o equívoco da posição perito é constitutivo da interpelação histórico-ideológica que faz com que a tentativa de estabelecer limites e determinações para os crimes cometidos sob a égide de uma loucura remeta o perito aos sentidos dessa dificuldade de estabelecer limites entre a razão e a desrazão.

“O apagamento do equívoco é que produz a ilusão da evidência, (pois) o dispositivo ideológico do sujeito intérprete comum (...) vem carregado de uma memória (de uma filiação) que, no entanto, aparece negada, como se o sentido surgisse ali mesmo” (op.cit. p. 92).

Esses movimentos de tensão entre deslocamento e reprodução é que permitem ao analista, ao mesmo tempo, estabelecer as paráfrases que vão se mostrando, a partir dos sentidos fundadores, e a polissemia que inaugura formas novas de lidar com os sentidos. Por mais paradoxal que pareça, no germe da polissemia assentam-se elementos parafrásticos e na paráfrase o repetível, o já-dito, o interdiscurso pode apresentar deslocamento de uma ordem tal que implique numa ruptura com os sentidos dados historicamente, caracterizando o movimento da polissemia: “onde está o mesmo, está o diferente. A separação entre paráfrase e polissemia não é clara nem permanente” (op.cit. p. 93).

Acreditar, pois, que todo gesto de interpretação é interpelado pela ideologia na história é, nas palavras de Orlandi (1996), afirmar que “o gesto de interpretação materializa a inscrição do sujeito em uma formação discursiva, isto é, constitui-se em uma posição. O sentido é sempre sentido ‘para’, e não sentido em ‘si’. A ambigüidade inscrita na própria noção de assujeitamento – sujeito ‘a’ e sujeito ‘de’ – tem relação com a produção do sentido no jogo entre formações discursivas que repartem o sentido (...) a ideologia, então, é o apagamento, para o sujeito, de seu movimento de interpretação, na ilusão de ‘dar’ sentido” (op.cit. p. 95).

Essa forma de análise possibilita dar visibilidade aos sentidos outros que estão sendo apagados pelo efeito de evidência que o discurso do laudo (psiquiátrico e psicológico) coloca através de seus estudos e categorizações a respeito dos indivíduos considerados como possíveis loucos/criminosos.

III – AS COMPLEIÇÕES DO LAUDO PERICIAL

"As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. Todo discurso se delineia na relação com outros (...)"
Orlandi (1999, p: 43).

É interessante mostrar como se configura um laudo pericial. Se tomarmos o significado corrente do que seja **laudo**, veremos que se trata da busca de uma causa para um determinado efeito. Assim o médico, ao formular um laudo, procura por causa(s). Trata-se, então, da formulação de um diagnóstico (causa) possível, que seja explicativo de determinados efeitos (a doença).

O dicionário Aurélio Eletrônico, traz para o verbete 'laudo' (do latim laudo, 'eu louvo', isto é, 'aprovo') os seguintes significados: 1) Parecer do louvado ou árbitro, louvação, louvamento; 2) Peça escrita, fundamentada, na qual os peritos expõem as observações e estudos que fizeram e registram as conclusões da perícia.

Em se tratando de um laudo pericial, o sentido que se toma é o que consta no significado de número 2 (peça escrita na qual os peritos apresentam os resultados a que chegaram). Assim, parte-se da hipótese de uma possível psicopatologia ou um retardamento mental como causa(s) possível(eis) que leva(m) o indivíduo que está sendo avaliado a cometer ato(s) delituoso(s). A busca, portanto, não se restringe a uma avaliação físico-orgânica (biológica), mas também, em se descartando tal aspecto como causa possível, a verificar o estado de saúde mental do acusado a partir daquilo que ele aparenta, em termos do comportamento geral expresso.

Os que realizam tal avaliação são denominados **peritos** e a especialização que os institui é a da Psiquiatria Forense. O verbete perito (do latim 'peritu'), significa, segundo o Dicionário Aurélio Eletrônico: 1) Experimentado, experiente, prático, versátil; 2) Sábio, douto, erudito, sabedor; 3) Hável, destro, fino, sagaz; 4) aquele que é sabedor ou especialista em determinado assunto; 5) Aquele que se acha habilitado para fazer perícia (3); 6) Aquele que é nomeado judicialmente para fazer perícia.

O significado que mais diretamente se aplica ao perito, no caso dos laudos para verificação das condições de saúde mental do periciando quando à época do cometimento do crime é o de número 6, ou seja, o perito é o especialista em Psiquiatria Forense, e é nomeado judicialmente para fazer a perícia. Contudo, os outros significados devem compor o perfil de tal profissional e ser a condição para a sua nomeação. Assim, todos os significados apresentados pelo dicionário se aplicam à função perito e o que ocorre é um refinamento dos sentidos expressos de 1 a 6.

A história da Psiquiatria Forense está relacionada aos deslocamentos históricos que sofreram os transtornos mentais ao longo dos séculos. Na Grécia antiga a etiologia dos transtornos mentais era explicada pelo poder da possessão de divindades. A natureza da divindade, boa ou má, que encarnava cada enfermo era determinada pelo tipo de palavras que ele verbalizava. Nesse tipo de formulação da doença mental, não se considerava o indivíduo como voluntário. A bem da verdade, a questão da vontade nem se colocava porque os indivíduos acometidos de qualquer transtorno, eram, antes de qualquer outro aspecto, 'escolhidos' por uma divindade boa ou má e era essa natureza da divindade que determinava a variação das enfermidades mentais. O que dava visibilidade à natureza da divindade 'encarnada' era o tipo de fala que os indivíduos possuídos manifestavam. Essa sintomatologia (variação da fala) possibilitou uma classificação dos tipos de transtornos mentais: demoníacos, energúmenos e possuídos.

Na Roma antiga o tratamento dispensado para os indivíduos que manifestavam transtornos mentais seguia um curso um pouco diferente: acreditava-se que a alienação era um castigo divino e assim sendo o delinqüente considerado louco era tratado com brandura e docilidade, pois ninguém podia puni-lo mais uma vez, posto que toda a punição já se estabelecera na forma da loucura. Cabia aos legisladores o tratamento da questão (do delinqüente considerado louco), mas o princípio da ação dos legisladores era o de que ninguém podia ser punido duas vezes (pelo delito cometido, uma vez que já era divinalmente punido com a loucura). Estabeleceram a seguinte classificação: a) furiosos - manifestavam-se com idéias extravagantes, excessos de violência e com intervalos lúcidos; b) mentecaptos - transtornos contínuos, sem período de acalmia ou lucidez; c) dementes - quando os transtornos

afetavam gravemente as faculdades mentais; d) insanos - correspondendo aos doentes empobrecidos intelectualmente.

Na Idade Média ocorre um retrocesso nessa área do conhecimento. Dessa forma, os transtornos mentais voltam a ser explicados por idéias místico-religiosas, ou seja, como consequência de intervenção de divindades ou por influência do sobrenatural. Como o transtorno mental se explicava por uma possessão demoníaca, cabia ao clero o julgamento da loucura. Para castigar o demônio encarnado no corpo das vítimas essas eram queimadas vivas ou lançadas ao mar.

Na Renascença começa a surgir o interesse em observar o comportamento anormal, visto como doença. Nesta fase, com Zachias começam a surgir os esboços da Psicopatologia Forense. A crença de Zachias de que alguns criminosos portavam patologias orgânico cerebrais instala a Psicopatologia Forense como disciplina médica.

Contudo, só há menos de dois séculos o médico francês Philippe Pinel liberta os loucos dos grilhões e das masmorras para tratá-los através da medicina. Foi, então, através de Pinel e de seu discípulo Esquirol que a medicina assumiu a loucura como seu objeto de estudo, através de uma nova disciplina que eles fundaram: a Psiquiatria.

Essa mudança, que abarcou também os criminosos com suspeição de loucura, não se deu de forma pacífica, mas foi ela que fez com que os juristas, frente a suspeição de transtorno mental, recorressem aos médicos. No momento em que os juristas recorreram ao saber médico para avaliar cientificamente o estado mental do indivíduo criminoso, implantou-se a Psicopatologia Forense.

No Brasil, a influência desses avanços europeus fez-se marcar a partir do Código Penal de 1830, que preconizava em seu artigo segundo:

"São irresponsáveis os loucos que não tiverem intervalos lúcidos".

As reformulações do Código Penal, em 1890, previa no artigo vinte e sete:

"Não são criminosos: (itens 3º e 4º:)"

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

3º - Os que por imbecilidade nativa ou enfraquecimento senil, forem absolutamente incapazes de imputação;

4º - Os que se acharem em estado de completa privação dos sentidos e de inteligência no ato de cometer um crime".

A imputação decorre de conceitos essencialmente jurídicos, contudo a capacidade de imputar é atribuída ao psiquiatra forense (perito) que, eleito para avaliar o acusado, determina as condições de saúde mental e a normalidade psíquica ou não do periciado.

Vejamos, no laudo do moto-boy Francisco de Assis Pereira, o recorte no qual os peritos afirmam a finalidade do laudo pericial:

"A finalidade do presente exame consiste em determinar a capacidade de imputação do examinado à época do cometimento do delito de que trata o presente processo. ... Imputar uma ação a um indivíduo significa estabelecer entre os dois termos - fato e indivíduo - uma relação de causa para efeito. É atribuir a alguém como causa uma ação como efeito. A imputabilidade, do ponto de vista jurídico, verifica-se sempre que o indivíduo dá vida a uma ação lesiva à lei" (LP p.14,15)

A finalidade, o objetivo do presente laudo, é o de '**determinar a capacidade de imputação do examinado à época do cometimento do delito**'. Parece claro o propósito, o objetivo ou a finalidade do laudo: '**determinar a capacidade de imputação**' do periciando, com base em sua saúde mental, em outras palavras, determinar se possui algum grau de loucura. Mas não se trata de determiná-la no momento presente e sim '**à época do cometimento do delito**'. De que recursos podem dispor os peritos para tal julgamento? Como podem determinar a loucura ou não com base em fatos que ocorreram no passado, independentemente do tempo que tenha decorrido entre o ato cometido (o crime) e o momento atual?.

Se verificarmos um outro recorte sobre o objetivo do presente laudo vamos encontrar:

'Trata o presente de Laudo para **instruir Incidente de Insanidade Mental, por restarem dúvidas quanto a higidez mental do acusado**' (LP. p. 07)

O pressuposto é sempre o da dúvida da saúde mental do periciando. Neste caso o pressuposto torna-se posto: 'por restarem dúvidas'. Essa formulação parece-nos sintomática. Quem inicia um processo de verificação reafirmando a dúvida da 'higidez mental do acusado', coloca a doença mental, a insanidade, e não a sanidade ou saúde mental, no foco dos sentidos.

Vejamos, ainda, os significados que o Dicionário Aurélio Eletrônico registra para o verbete **instruir** (do latim *intruere*): 1) transmitir conhecimentos a, ensinar; 2) adestrar, habilitar: instruir um recruta; 3) adestrar, exercitar, domesticar: instruir animais; 4) esclarecer, informar: não pode elucidar a questão porque não instruíram a respeito; 5) Jurídico - por (um processo uma causa, etc.) em estado de ser julgado; 6) Jurídico - anexar a (uma petição apresentada em juízo) documentos comprobatórios de alegações nela feita; 7) esclarecer, informar, cientificar; 8) Receber instrução, adquirir conhecimentos.

Parece claro que os peritos, ao colocarem que 'trata o presente de Laudo para **instruir** Incidente de Insanidade Mental' tomam, mais diretamente, o sentido colocado pelo significado de número 5 - por o processo em estado de ser julgado - tanto em função da comprovação quanto pelo afastamento da hipótese de uma psicopatologia. No entanto, os peritos que são judicialmente nomeados para tal exame ou vistoria, só o são porque detêm um saber, uma experiência, uma habilidade, uma especialidade que os autoriza. Ora, aquele que se coloca na posição de detentor de um saber instrui também no sentido de transmitir conhecimento a, de ensinar, de esclarecer, de informar, de cientificar sobre a psicopatologia detectada, sobre os encaminhamentos que a justiça deve tomar após a comprovação ou refutação da tese da loucura.

Esses aspectos, em certa medida, começam a dar contornos da posição sujeito perito: trata-se, pois, daquele que não só é autorizado pelo seu conhecimento a dizer quem se enquadra ou não num determinado tipo de psicopatologia, mas também daquele que ensina, instrui à justiça de como proceder nos casos de comprovação da doença mental.

A posição sujeito perito institui-se, então, no laudo como aquele que, 'comprometido com os autos em epígrafe', é autorizado e abalizado pela justiça para proceder a avaliação do sujeito periciando. O presente documento, um laudo (pericial) de verificação das condições mentais do periciando, inicia-se sempre com o processo de apresentação das

partes envolvidas com a composição do laudo – o que caracteriza o processo de identificação⁷ dos peritos e do periciando. Em seguida reconstitui-se sua história de vida, através do que denominam 'anamnese'. No presente laudo a anamnese está dividida em duas partes: a) antecedentes pessoais (dados coletados com o próprio periciando e com seus familiares sobre sua história de vida, da gestação até o momento presente. Trata-se pois dos aspectos biopsicossociais do seu desenvolvimento, acrescidos do relato dos seus comportamentos nas atividades que desenvolveu em suas 'vidas' - escolar, laborativa, militar, afetiva e sexual); b) antecedentes familiares (levantamento das doenças psiquiátricas nos antecedentes e colaterais diretos, esses dados são levantados com o próprio examinando e com seus familiares). Os dados de anamnese são, pois, parte dos elementos que compõem o conjunto de informações acerca do periciando para proceder-se ao diagnóstico.

Esses dados de anamnese, em sua maioria, são apresentados através de discurso relatado, o que significa que os peritos interpretam os dados coletados e os apresentam de maneira conclusiva.

Os peritos realizam a avaliação do periciando também com base nos elementos colhidos dos autos, parte dos quais também se apresenta na forma de discurso relatado, juntamente com recortes de trechos (Inquérito policial, interrogatório judicial). Ambas as formas de apresentação dão visibilidade, em última instância, aos delitos cometidos e à forma adotada pelo periciando ao cometê-los (morfologia delitiva ou *modus operandi*).

Valem-se ainda do exame neurológico (exame clínico das condições neurológicas do periciando) e exames complementares (exames por imagem - tomografia computadorizada, eletroencefalograma e ressonância magnética). No entanto, no presente laudo, são os exames psicológico e psíquico que mais fortemente ajudam a formular o diagnóstico. O exame psicológico é realizado por uma psicóloga que além de recorrer à observação empírica, encontra nos testes psicológicos o maior aliado para emitir o seu parecer. O exame psíquico é realizado pelos peritos que se valem apenas da observação empírica, formulada a partir de

⁷ Nesse item denominado 'Identificação' já se marca a distinção entre o perito e o periciando na forma de apresentação de cada um. A autoridade do perito possibilita-lhe tomar o periciando como lugar de individualização, como senha, como número, enquanto sua apresentação se faz sobre o saber e a competência que o instituem. Assim, na produção mesma da identificação afirma-se, por um lado o douto (autorizado para avaliar) e por outro o indivíduo (sujeito da avaliação).

contatos com o periciando nas entrevistas de avaliação.

É interessante perceber que, se os exames clínicos nada indicarem, o que é freqüente nalguns tipos de psicopatologias, os peritos se sustentam apenas nas observações empíricas (o comportamento expresso), nos testes psicológicos (cuja validade enquanto instrumento de medida é amplamente questionável) e na fala do periciando (a fala passa a ser, então, o objeto possibilitador da avaliação).

Curiosamente, antes de elaborarem o diagnóstico (que no laudo se apresenta na forma de uma 'conclusão', apontando o tipo de psicopatologia e a imputação que cabe ao periciando) este laudo consta ainda de um item chamado 'discussão'. Neste item os peritos recorrem aos maiores tratadistas da Psiquiatria Forense para formularem toda uma reflexão teórica acerca da 'capacidade de imputação', do 'conceito de normalidade em psiquiatria', do 'conceito de personalidade e seus transtornos' e dos 'meios de que dispõem os psiquiatras para o diagnóstico de transtorno de personalidade'.

Esse procedimento de se recorrer às discussões científicas em torno das ponderações que os teóricos fazem sobre os elementos que serão avaliados (a normalidade ou não do comportamento do periciando, se é portador ou não de algum tipo de transtorno de personalidade e, com base nesses resultados, decidir em que nível de imputação ele deverá ser enquadrado) não é encontrado na maioria dos laudos de avaliação das condições mentais do periciando. Talvez tal procedimento possa se justificar na necessidade de dar valor científico à avaliação realizada, em função da ampla divulgação que o caso teve em nível nacional e da comoção que ele despertou na sociedade em geral.

Em linhas gerais, os laudos periciais têm a mesma configuração (identificação, dados de anamnese, relatos ou recortes dos autos, exames clínicos, exames por imagem, exames psicológicos, psíquicos e conclusão). As razões que levam alguns peritos a buscarem uma configuração diferente dessa que, minimamente, compõe todos os laudos, parece uma questão interessante para a continuidade dos estudos das condições de produção desses tipos de laudo.

Acreditando que o procedimento dos peritos em instituírem o item das 'discussões' (recortes teóricos) instala sentidos e produzem efeitos, nos propusemos a adotar esse item como parte do nosso *corpus* de análise.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Vejamos, então o recorte sobre o que formulam os teóricos da Psiquiatria Forense acerca da 'capacidade de imputação':

'Segundo **Aníbal Bruno**: "... a posição do agente perante a lei penal se define, então, nos três momentos: imputabilidade, culpabilidade e responsabilidade penal. Imputabilidade que é a **capacidade de entender e de querer**; culpabilidade que é aquele **vínculo psíquico para prender o agente, imputável ao fato, como seu autor**. E responsabilidade, que é o **dever jurídico que incumbe ao imputável, culpado de determinado fato punível, de responder por ele perante a ordem do Direito**'

'Segundo a doutrina adotada na **Exposição de Motivos do Código Penal**, o ato criminoso compreende dois momentos: a) um **momento intelectual** (apreciação da criminalidade do fato) e um **momento volitivo** (capacidade de determinar-se)'.

'Segundo **Heber Soares Vargas** em sua obra "Manual de Psiquiatria Forense" lemos à página 46: " a) **entender** - é a capacidade normal de apreensão intelectual das coisas, de que está dotado o **homus medius**, capaz de ter **consciência do certo e do errado**; b) **determinar-se** - é a **espontaneidade na inclinação ou tendência do sujeito que atua para, entre diversas opções, escolher aquela que o levará ao fim previsível, previsto e desejado**' (LP. p. 15, 16, 17)

Um primeiro aspecto que faz sentido no laudo em relação ao recorte acima é o fato dele ser apresentado num item (discussões) que antecede a conclusão – o diagnóstico que determina as condições mentais do periciado, o transtorno de personalidade que ele porta e em que nível de imputação ele se enquadra. Ora, recorrer à lei (doutrina adotada na Exposição de Motivos do Código Penal) e recorrer aos 'maiores tratadistas' no assunto, funciona de forma a buscar sustentação, no discurso jurídico e no científico, da conclusão (diagnóstico) que será emitida imediatamente após. Se a lei diz (discurso jurídico) e se os tratadistas afirmam (discurso científico) que a imputação deve se dar com base na **inteligência** (capacidade de entender, de apreciar, de ter consciência do que é certo e o que é errado) e na **vontade** (capacidade de querer, de determinar-se, de intenção, de escolha de opção de ações que levem aos fins previsíveis, previstos e desejados) do periciando em cometer os delitos, é, pois, com

base nesses critérios e sustentados por esses discursos que os peritos podem decidir a capacidade de imputação.

Sendo esse o lugar de inscrição dos peritos, a lei e a ciência, é difícil, senão impossível que alguém conteste, que alguém duvide, que alguém recorra de tal decisão. Amparados pelo poder secular da legislação e dos homens da ciência, que foram conclamados por essa, a decisão final, a conclusão, o diagnóstico, o que couber ao periciando em termos de imputação não terá nenhum caráter fortuito, terá o efeito de um resultado isento, objetivo, legal e científico.

Contudo, os peritos apresentam no laudo, no item denominado 'discussão', um subitem que avalia os 'meios de que dispõem os psiquiatras para o diagnóstico de transtorno de personalidade'. Nessa avaliação dos instrumentos de medida que dispõem para formular o diagnóstico, os peritos ponderam o grau de falibilidade e de veracidade de cada um dos procedimentos adotados para 'medir' a saúde mental do periciando.

Vejamos o recorte que traz a validação ou invalidação dos procedimentos que a psiquiatria forense adota para mensurar os transtornos de personalidade:

'Exame mental direto – Considerando que nos transtornos de personalidade (personalidades psicopáticas) não sofre alteração o 'juízo de realidade', isto é, não se apreciam conceitos delirantes, o exame psíquico direto nada revela que autorize firmar ou excluir o diagnóstico de transtorno de personalidade. Portanto não tem valor qualquer conclusão baseada somente em semelhante classe de verificação' (LP. p. 22);

'Anamnese subjetiva ou seja, o relato que sobre o próprio curso da vida faz o paciente. Como é bem de ver-se, tal reconstituição oferece valor quase nulo, pois varia em função da sinceridade do examinado. Somente apresentará alguma valia se obtida de modo indireto, não intencional' (LP. p. 22);

'Exames clínicos subsidiários – os exames radiológicos como a tomografia computadorizada de crânio e o exame de ressonância magnética do crânio com contraste, poderiam revelar ou afastar a hipótese de ocorrência de encefalite na infância (o que caracterizaria as denominadas pseudo-psicopatias ou "encefalopatia minor") ou outras

patologias como, por exemplo, seqüelas de traumatismos cranio-encefálicos, ou processos expansivos cerebrais. A pesquisa eletroencefalográfica poderia colocar a descoberto componentes hereditários da série epileptóide. Todavia, distúrbios bio-elétricos podem faltar mesmo em casos de epilepsia manifesta, sem que isto invalide o diagnóstico clínico. Alguns autores relatam que, nos transtornos de personalidade, é freqüente a ocorrência de "ondas lentas" do tipo "theta" como dado importante no traçado eletroencefalográfico' (LP. p. 22, 23);

'Anamnese objetiva – Se a anamnese subjetiva depende da sinceridade do examinado, a anamnese objetiva refletirá o comportamento deste segundo o apreciam informantes de vária intenção, de variável capacidade de observação e situados em condições diversas de apreciação. No presente caso dispõe-se dos elementos colhidos nos autos e dados fornecidos pelos familiares do periciando para tal apreciação' (LP. p. 23);

'Anamnese hereditária – É o levantamento da ocorrência de patologias psiquiátricas nos ascendentes e colaterais diretos, cuja transmissibilidade genética é reconhecida pela ciência' (LP. p. 23);

'Provas psicológicas – Diverso é o valor das provas psicológicas quando se visa o diagnóstico de transtornos de personalidade. Quando criteriosamente escolhidas as técnicas denominadas "de projeção" e o exame neuropsicológico permitem avaliar de modo objetivo as condições reais da personalidade em estudo. Dentre elas, a Prova de Rorschach, é considerada indispensável em qualquer estudo sério de personalidade' (LP. p. 23).

Os instrumentos/procedimentos usados pelos peritos (psiquiatras forenses) para o diagnóstico dos transtornos de personalidade serão retomados posteriormente em nossa análise. Contudo, a apresentação dos mesmos nesse momento tem o objetivo de dar visibilidade aos procedimentos adotados e à avaliação que os peritos fazem dos mesmos. Isto posto, outro aspecto que chama a atenção é o que poderíamos em princípio chamar de uma certa incongruência entre a objetividade buscada pelos peritos, quando se sustentam no discurso médico-jurídico e a falta de precisão e de objetividade que os próprios peritos

reconhecem nos instrumentos de medida utilizados. Excetuando-se os testes de personalidade (provas ou testes de projeção) que, segundo os peritos, 'permitem de modo objetivo avaliar as condições reais da personalidade em estudo', todos os outros instrumentos, nesse laudo, não possibilitam a objetividade do transtorno de personalidade. Parece, pois, que verificar as condições do produção do laudo pericial implicará na compreensão desse espaço de movência dos peritos: o de tornar visível e objetiva (através do diagnóstico) a subjetividade humana (o transtorno de personalidade que não se expressa na corporeidade - aparência e atitudes manifestas). Essa questão, que aqui só se insinua, será melhor explorada na sequência da análise.

Vejamos o que o Código Penal Brasileiro vigente prescreve no artigo 26:

"É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento".

E no parágrafo único desse mesmo artigo:

"A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação da saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento" (Código Penal Brasileiro – Consulta Eletrônica).

O artigo 26 do Código Penal institui o que será denominado no laudo (no item discussões, sub-item 'a capacidade de imputação) como: **inimputabilidade** (o agente era inteiramente incapaz de entender e de determinar-se) e o parágrafo único desse mesmo artigo, a **semi-imputabilidade** (o agente não era inteiramente capaz de entender e de determinar-se).

Observe-se que o Código Penal Brasileiro institui ainda **duas** figuras jurídicas sujeitas à inimputabilidade e à semi-imputabilidade: os indivíduos doentes mentais (que podem ser completamente doentes ou apresentar perturbações da saúde mental em nível

parcial) e os indivíduos com desenvolvimento mental incompleto ou retardado (os que portam déficits ou atrasos no desenvolvimento que caracterizam um retardo mental).

Vejam, no entanto, as figuras jurídicas que, segundo os peritos, estão sujeitas ao diagnóstico psiquiátrico, a partir do recorte a seguir:

'Os achados periciais que levam a um diagnóstico psiquiátrico deverão enquadrar-se numa das quatro figuras jurídicas previstas no Código Penal, a saber: 1 - Doença Mental; 2 - Desenvolvimento mental incompleto; 3 - Desenvolvimento mental retardado; 4 - Perturbação da saúde mental' (LP. p. 16).

As figuras 1 e 4 (doença mental e perturbação da saúde mental) na verdade se enquadram numa única figura: a dos indivíduos doentes mentais (neuróticos e psicóticos) que podem apresentar comprometimento parcial ou total da capacidade de entender e de determinar-se mediante o ato que cometeu. Nesses sujeitos a capacidade de entendimento pode estar preservada, mas a de determinação, dependendo do tipo de doença mental e dos alcances de perturbação que ela encerra, é a que mais geralmente se encontra afetada. Assim, o Código Penal Brasileiro toma as figuras 1 e 4 como sinônimas onde a doença mental e a perturbação da saúde mental, diferencia apenas os graus da insanidade: total (doença mental – inimputabilidade) e parcial (perturbação da saúde mental – semi imputabilidade).

As figuras 2 e 3 (desenvolvimento mental incompleto e desenvolvimento mental retardado) também se configuram numa única figura: a dos indivíduos que, por várias razões, apresentam um desenvolvimento mental incompleto, imaturo, deficitário, retardado. Nesses é a capacidade de entendimento que está mais fortemente comprometida, pois geralmente portam uma inteligência abaixo da média. Aqui a capacidade de determinação pode ou não estar afetada, dependendo do nível de comprometimento intelectual.

Há ainda os indivíduos que são acometidos dos dois tipos de problemas mentais: além do retardo mental, desenvolvem algum tipo de psicopatologia. Mas, o que é importante ressaltar é que a doença mental e o retardo mental abarcam uma gama de possibilidades, tanto no que se refere ao comprometimento do entendimento, quanto ao que se refere ao comprometimento da capacidade de determinação.

Poderíamos ainda tomar como referência uma distinção que é feita pelos juristas que, baseados numa projeção dos critérios adotados pelo Código Civil, toma a questão da

faixa etária para determinar a capacidade total, a capacidade parcial e a incapacidade total do indivíduo para exercer os atos da vida civil (Artigos 5º ao 9º do Código Civil). Dessa forma, o **'desenvolvimento mental incompleto'** poderia referir-se a uma imaturidade mental para assumir os atos cometidos pelo indivíduo em função da sua faixa etária. O Código Civil prevê como absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos, os loucos de todos os gêneros, os surdos-mudos que não puderem exprimir a sua vontade e os ausentes declarados como tais pelo juiz (Artigo 5º). Considera como relativamente incapazes os maiores de 16 e menores de 21 anos, os pródigos e os silvícolas (Artigo 6º) e prevê como habilitado para todos os atos da vida civil os indivíduos ao fim da menoridade – 21 anos completos (Artigo 9º).

Contudo, arbitrariamente, a maioridade penal ocorre aos 18 anos, diferentemente da maioridade civil que só ocorre aos 21 anos. No final do século XIX o jurista Tobias Barreto propôs que a maioridade penal deveria ser determinada pelo grau de escolaridade. Segundo ele o fim da instrução básica – que coincide com os 18 anos – permitiria ao indivíduo decidir sobre o certo e o errado. Tal concepção é a que vigora desde o Código Penal de 1940.

Trouxemos esses esclarecimentos não com o intuito de mostrar um 'erro de interpretação' dos peritos com relação às figuras que estão sujeitas a um diagnóstico psiquiátrico no Código Penal Brasileiro, mas sim para dar visibilidade a uma dubiedade, uma (des)fronteira, uma infinidade de possibilidades que historicamente se constituiu em torno da doença mental e do retardamento mental e, conseqüentemente, da dificuldade de estabelecer a capacidade de entendimento e de determinação em cada uma delas.

Um outro aspecto interessante do recorte é o uso do tempo verbal **'era'**. Quem era doente mental, 'à época do cometimento do delito', pode não o ser mais agora? Como se avalia o que **era** e que, portanto, poderia não ser mais, no momento presente? A literatura e os próprios peritos afirmam, em recortes que mostraremos posteriormente, a impossibilidade de recuperação e cura de alguns tipos de doentes mentais. O que **era** doente aponta sempre para a possibilidade de não mais o ser, da cura, da recuperação, do tratamento. Investigar um indivíduo atualmente para deduzir como ele **era** há um tempo atrás, implica em que o indivíduo, possivelmente doente mental ou retardado, 'à época do cometimento do delito', hoje poderia não o ser mais. Tanto o Código Penal Brasileiro, através do emprego do pretérito

imperfeito 'era', como o trecho do recorte que trata da finalidade do laudo – 'a finalidade do presente exame consiste em determinar a capacidade de imputação do examinado à época do cometimento do delito' –, jogam com a possibilidade de reversão dos quadros das doenças mentais e, principalmente, dos desenvolvimentos mentais retardados que a própria ciência não reconhece na maioria deles. Ou seja, no discurso de Código Penal Brasileiro existe uma entrada para o discurso da possibilidade da cura. Contudo, essa possibilidade é interdita pelo discurso médico como mostraremos adiante.

Observemos um outro recorte que traz as possibilidades de imputação:

'De acordo com o grau de comprometimento que a patologia apurada causar no que chamamos entendimento (razão) e determinação (vontade) do examinado será indicado seu grau de imputação jurídica. Três são as possibilidades de gradação da imputabilidade jurídica: **Inimputabilidade** – Quando o agente, à época dos fatos, for **totalmente incapaz de entender e/ou determinar-se** de acordo com o entendimento do caráter delituoso de sua ação; **Semi-imputabilidade** – Quando o agente, à época dos fatos, for **parcialmente incapaz de entender e/ou determinar-se** de acordo com o entendimento do caráter delituoso de sua ação; **Imputabilidade** – Quando o agente, à época dos fatos, for **totalmente capaz de entender e de determinar-se** de acordo com o entendimento do caráter delituoso de sua ação' (LP. p. 16, 17).

Vejamos que para definir o grau de imputação (inimputabilidade, semi-imputabilidade e imputabilidade), recorre-se, tanto no Código Penal Brasileiro, como no que apresentam os tratadistas a dois critérios básicos: a **capacidade de entendimento e de determinação** que o periciando, 'à época do cometimento do delito' possuía.

Vejamos mais um recorte:

'Cumpre assinalar que o **Brasil** é um dos raros países do mundo que contempla o critério da semi-imputabilidade o que implica necessariamente numa circunstância atenuante que leva consigo a obrigação de uma sanção penal mais breve ou a aplicação de medida de segurança. Tais indivíduos, o mais das vezes, são portadores de uma

periculosidade maior que a dos criminosos julgados como normais. Na maioria dos países são previstas apenas a inimputabilidade e a imputabilidade, exatamente porque a semi-imputabilidade ocorre quase sempre nos casos em que a periculosidade do agente é alta e os recursos terapêuticos, disponíveis na atualidade, são praticamente ineficazes. ... Por fim, para que haja comprometimento total ou parcial da capacidade de imputação do agente é preciso que haja uma relação de causa e efeito entre a patologia mental e o crime praticado, ou seja, o delito tem que ser efeito da doença para que se altere o grau da imputabilidade' (LP. p. 17).

Se nos ativéssemos apenas à primeira parte da formulação que inicia esse recorte: 'cumpre assinalar que o Brasil é um dos raros países do mundo que contempla o critério da semi-imputabilidade' poderíamos acreditar que a direção seria a de exaltar um país (o Brasil) que diferentemente da maioria dos outros países, restringe a capacidade de imputação apenas à imputabilidade (o sujeito entendia e teve vontade de cometer o ato, portanto sua saúde mental está preservada) e à inimputabilidade (o sujeito não entendia e não teve vontade de cometer o ato, portanto sua saúde mental está comprometida). Poderíamos afirmar que o Brasil estaria se mostrando mais humano no que se refere ao julgamento dos indivíduos com suspeição de insanidade mental, pois cria uma categoria – a semi-imputabilidade – para proceder a uma avaliação e a um julgamento diferente dos loucos totais e dos não loucos. Mas vejamos o que se segue na formulação:

'o que implica necessariamente numa circunstância atenuante que leva consigo a obrigação de uma sanção penal mais breve ou a aplicação de medida de segurança'.

Ora, o critério da semi-imputabilidade implica uma obrigação de atenuação da pena – retomemos o que preconiza o Código Penal Brasileiro, no parágrafo único do Artigo 26, que dispõe sobre os semi-imputáveis:

'a pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação da saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento'.

No entanto, há o recurso possível, já que a atenuação da sanção penal é obrigatória ('a pena pode ser reduzida de um a dois terços'), introduzido na formulação pelo **ou**: '**aplicação de medida de segurança**'. Todo esse trecho abre possibilidades de que a semi-imputabilidade possa ser o critério de imputação que se aplicará ao periciando como também afirma que a atenuação da sanção penal, ainda que um direito, ainda que uma obrigação legal para com os indivíduos para o qual se aplica tal critério de imputação pode ser substituída ('ou') pela possibilidade de aplicação da medida de segurança. A sequência desse trecho dá visibilidade à improbabilidade de atenuar a pena:

'Tais indivíduos, **o mais das vezes**, são portadores de uma **periculosidade maior que a dos criminosos julgados como normais**'.

Aí se explica toda a preocupação dos peritos com o resultado que antecipam – o semi-imputável é sempre mais perigoso que qualquer criminoso comum, e portanto ele não deveria se beneficiar da atenuação de pena, dever-se-ia aplicar a ele medida de segurança, ou seja, o criminoso julgado como normal pode se beneficiar dos atenuantes penais porque ele representa menos perigo, o semi-imputável não.

A atenuação da sanção penal aos semi-imputáveis, previstas no Código Penal, é uma obrigação que na verdade não pode ser cumprida em função do grau de periculosidade de quem a porta.

Vejam os que o Código Penal Brasileiro, no Título IV, prescreve sobre as modalidades 'das Medidas de Segurança':

'**Art. 96.** As medidas de segurança são:

I – **Internação** em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico **ou**, à falta, **em outro estabelecimento adequado**;

II – sujeição a tratamento ambulatorial.

Parágrafo único – Extinta a punibilidade, não se impõe medida de segurança nem subsiste a que tenha sido imposta' (Código Penal Brasileiro – Consulta Eletrônica).

Observemos que os peritos descartam os benefícios dos atenuantes penais aos semi-imputáveis justificando tal embargo no alto grau de periculosidade que eles portam. O artigo 96 do CPB prevê a adoção de medida de segurança, ou seja, prevê tratamento aos indivíduos considerados inimputáveis ou semi-imputáveis.

Vejamos, então, que os peritos não só descartam a possibilidade do periciando se beneficiar dos atenuantes penais previstos no Parágrafo Único do Artigo 26, como descartam também a possibilidade de aplicação de medida de segurança prevista no Artigo 96, quando afirmam:

'... a semi-imputabilidade ocorre quase sempre nos casos em que a periculosidade do agente é alta e os recursos terapêuticos, disponíveis na atualidade, são praticamente ineficazes'

O Artigo 96 prevê formas de tratamento tanto em regime de internamento quanto ambulatorial, mas os peritos vetam a possibilidade de tratamento em qualquer um dos regimes por considerar que 'os recursos terapêuticos, disponíveis na atualidade, são praticamente ineficazes'.

Se, por outro lado, o acusado for considerado inimputável a imposição de medida de segurança é prevista no Artigo 97:

'Art. 97 – Se o agente for inimputável, o juiz determinará sua internação (art. 26). Se, todavia, o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz submetê-lo a tratamento ambulatorial'.

O tratamento ambulatorial, no entanto, obedece a prazos previstos nos § 1º, à previsão de perícia médica prevista no § 2º, à desinternação ou liberação condicional previstas no § 3º e 4º do artigo 97:

§ 1º – A internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 2º – A perícia médica realizar-se-á ao termo do prazo mínimo fixado e deverá ser repetida de ano em ano, ou a qualquer tempo, se o determinar o juiz da execução.

§ 3º – A desinternação, ou a liberação, será sempre condicional devendo ser restabelecida a situação anterior se o agente, antes do decurso de 1 (um) ano, pratica fato indicativo de persistência de sua periculosidade.

§ 4º – Em qualquer fase do tratamento ambulatorial, poderá o juiz determinar a internação do agente, se essa providência for necessária para fins curativos' (Código Penal Brasileiro - Consulta Eletrônica).

Vejamos, no entanto, que toda uma antecipação é feita sobre os resultados de um diagnóstico compatível com a semi-imputabilidade. O artigo do CPB que trata da medida de segurança para o semi-imputável é preconizada no Artigo 98:

'Art. 98 – Na hipótese do **parágrafo único do art. 26** deste Código e necessitando o condenado de especial tratamento curativo, **a pena privativa de liberdade pode ser substituída pela internação, ou tratamento ambulatorial**, pelo prazo mínimo de 1 (um) a 3

(três) anos, nos termos do artigo anterior e respectivos §§ 1º a 4º. (Código Penal Brasileiro – Consulta Eletrônica).

Vejamos que o artigo 98 propõe a substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável. Contudo, ao afirmar o alto grau de periculosidade e a impossibilidade de tratamento atual aos semi-imputáveis, os peritos descartam tanto a possibilidade de redução da pena como a de aplicação de medida de segurança. Esta última só seria viável se houvesse a previsão de cura ou abrandamento do grau de periculosidade do semi-imputável. Aspectos que os peritos antecipadamente descartam como possíveis de ocorrer.

Só após essas considerações que afirmam as dificuldades de tratar os semi-imputáveis em função de sua alta periculosidade e da saída, para lidar com essa dificuldade que países como o Brasil enfrentam para resolver e encaminhar os indivíduos com diagnóstico compatível com a semi-imputabilidade, os peritos voltam ao tema de que trata esse item da 'discussão': a capacidade de imputação. Ainda que a lei obrigue a aplicação de atenuantes penais, é necessário garantir que esses indivíduos permaneçam constantemente apartados, pois possuem uma alta periculosidade e não há tratamento hoje para eles. O que resta a quem não pode voltar à liberdade e nem ser tratado/curado?

IV– AS 'VIDAS' DO PERICIANDO: UM LUGAR DE AFIRMAÇÃO DA ILICITUDE

Vejamos o recorte do aspecto que os peritos denominam 'antecedentes pessoais' e que compõe o primeiro item da anamnese:

‘Os informes colhidos indicam não ter havido durante a gestação intercorrências dignas de registro. Nasceu de parto normal, a termo, hospitalar, sem relato de complicações no período neo-natal. Seu desenvolvimento neuropsicomotor registra discreto retardo, tendo começado a andar por volta de um ano e seis meses e a aquisição da linguagem falada apresentou dificuldades até os seis anos de idade, quando ainda apresentava inversão de fonemas. Das doenças próprias da infância foi acometido de sarampo e varicela (catapora) que evoluíram para a cura sem intercorrências ou seqüelas. Entre os equivalentes comiciais na infância refere: freqüentes sonilóquios, terrores noturnos e pesadelos, negando a ocorrência de sonambulismo, epistaxes freqüentes e bruxismo (ranger dos dentes). Refere um desmaio aos onze anos de vida, cuja descrição oferecida não é compatível com crise convulsiva generalizada clássica. Refere ainda, algumas quedas acidentais da própria altura e um atropelamento por motocicleta sem que se estabelecesse em nenhum dos episódios o diagnóstico de traumatismo crânio-encefálico. Nega passado mórbido grave e infecções do sistema nervoso central. Nega ter sido acometido por qualquer das doenças sexualmente transmissíveis. De passado cirúrgico há o registro de pequena cirurgia em região retro-auricular esquerda para retirada de corpo estranho (lasca de madeira) aos 13/14 anos, após acidente (queda) enquanto empinava "pipas" sem comprometimento de relevo. Nega ter sido submetido a qualquer forma de tratamento psiquiátrico e/ou psicológico no passado, seja em regime ambulatorial ou hospitalar' (LP. p. 2, 3).

É interessante observar que as afirmações feitas nesse recorte dos antecedentes pessoais do periciando foram colhidos com ele próprio, com seus familiares e através dos resultados dos exames psicológicos e neurológicos. Contudo, os peritos não se limitam a um simples relato da fala do periciando, eles vão 'construindo' conclusões à medida em que

interpretam os dados obtidos: parto e pós-parto sem intercorrência digna de registros; doenças próprias da infância sem intercorrências ou seqüelas; negando a ocorrência de sonambulismo, epistaxes freqüentes e bruxismo; desmaio aos onze anos de vida não compatível com crise convulsiva generalizada clássica; pequena cirurgia retro-auricular esquerda sem comprometimento de relevo. Ou seja, todas essas construções do 'sem' nesse recorte funcionam no sentido de dar visibilidade a comportamentos do periciando que não são considerados desviantes.

Poderíamos parafrasear as construções:

- '... não ter havido durante a gestação intercorrência digna de registro' = sem intercorrência digna de registro durante a gestação.
- '... sem relatos de complicações no período neo-natal' = não foram relatadas complicações no período neo-natal.
- '... doenças próprias da infância ... evoluíram para a cura sem intercorrências ou seqüelas' = não houve intercorrência ou seqüelas na evolução das doenças próprias da infância.
- '... negando (não) a ocorrência de sonambulismo, epistaxes freqüentes e terrores noturnos' = sem a ocorrência de sonambulismo, epistaxes freqüentes e terrores noturnos.
- '... desmaio aos onze anos ... não é compatível com crise convulsiva generalizada' = desmaio aos onze anos ... sem crise convulsiva generalizada.
- '... quedas acidentais ... e atropelamento por motocicleta ... sem que se estabelecesse ... diagnóstico de traumatismo crânio-encefálico' = não se estabeleceu ... diagnóstico de traumatismo crânio-encefálico nas quedas acidentais e atropelamento por motocicleta.
- '... pequena cirurgia na região retro-auricular ... sem comprometimento de relevo' = não comprometimento de relevo após pequena cirurgia na região retro-auricular.

Numa relação causal poderíamos, então, dizer que o sem produz os mesmos efeitos do não na afirmação: 'X' não é causa para 'Y'. Onde:

X		Y
Sem intercorrências dignas de registro na gestação	Não é Causa para	Crimes Cometidos
Sem relatos de complicações no período neo-natal		
Doenças próprias da infância ... sem intercorrências ou seqüelas		
Sem ... sonambulismo, epistaxes freqüentes e terrores noturnos		
Desmaio ... sem crise convulsiva generalizada		
Quedas e atropelamento ... sem traumatismo crânio-encefálico		
Pequena cirurgia retro-auricular ... sem comprometimento de relevo		

O estabelecimento de aspectos que não produzem relação causal entre os dados da história de vida do periciando e os atos por ele cometidos, são afirmados com base naquilo que ele apresenta de normalidade. Por outro lado, se o **sem** (x) não é causa para os crimes cometidos (y) o que se instala – para além do **sem** funcionar como o escopo do **não é causa**, portanto para além de uma negação peremptória – é a absolutização da dúvida, da construção do que se configura como incerteza, como dificuldade de precisar uma causa. Esse funcionamento já assinala, portanto, o lugar de possibilidade da semi-imputabilidade. Dessa forma, afirmar a normalidade produz um dos eixos constitutivos do que se configura como semi-imputável.

Vejamos como o outro eixo (o da anormalidade) se delineia no trecho que vem seguido desse mesmo recorte:

'Seu desenvolvimento neuropsicomotor registra discreto retardo, tendo começado a andar por volta de um ano e seis meses e a aquisição da linguagem falada apresentou dificuldades até os seis anos de idade, quando ainda apresentava inversão de fonemas' e 'freqüentes sonilóquios, terrores noturno e pesadelos'.

Esses dois aspectos afirmam desvios frente ao padrão normal de desenvolvimento. Ainda que tais aspectos, por eles mesmos, não possam sustentar uma relação causal entre retardo no desenvolvimento neuropsicomotor e crime, eles produzem o efeito de ligar o periciando a questões de anormalidade no desenvolvimento (atraso, retardo, ainda que

discreto, na aquisição da fala e da marcha e distúrbios do sono). É interessante observar o jogo que se estabelece na formulação dos aspectos de normalidade e os de anormalidade, de desvio, de 'falta' no desenvolvimento do periciando: As afirmações de desenvolvimento normal e anormal, de desenvolvimento saudável e deficitário, estão colocadas no mesmo patamar de tal forma que o conjunto do trecho tanto aponta para o desenvolvimento normal como mostra um certo retardo, para o desenvolvimento saudável como para o deficitário, atrasado, e portanto desviante.

Vejamos outra paráfrase elucidativa para a nossa análise:

O periciando apresenta um desenvolvimento sem intercorrência digna de registro durante a gestação; sem relatos de complicações no período neo-natal; doenças próprias da infância sem intercorrências ou seqüelas; sem a ocorrência de sonambulismo, epistaxes freqüentes e terrores noturnos; desmaio aos onze anos ... sem crise convulsiva generalizada; quedas e atropelamento sem diagnóstico de traumatismo crânio-encefálico; pequena cirurgia sem comprometimento de relevo, **mas** seu desenvolvimento neuropsicomotor registra discreto retardo, tendo começado a andar por volta de um ano e seis meses e a aquisição da linguagem falada apresentou dificuldades até os seis anos de idade, quando ainda apresentava inversão de fonemas e 'freqüentes sonilóquios, terrores noturno e pesadelos'.

Vejamos que o **mas** colocaria uma oposição aos aspectos saudáveis/normais do desenvolvimento do periciando, indicados pelo sem, por o que não falta, por o que ele não tem de anormal em oposição ao que lhe falta, ao que lhe é atrasado, retardado, comprometido e desviante. O **mas** colocaria ênfase no **atraso na marcha** ('tendo começado a andar por volta de um ano e meio), no **retardo na aquisição da linguagem** ('apresentou dificuldades até os seis anos, quando ainda apresentava inversões de fonemas) e nos **distúrbios do sono** (freqüentes sonilóquios, terrores noturno e pesadelo).

Mesclar as afirmações do que caracteriza o desenvolvimento normal e anormal do periciando, colocá-las no mesmo patamar, não lhes indicar uma direção produz, pois, efeitos de que o periciando apresenta no seu desenvolvimento tanto aspectos sadios quanto adoecidos,

tanto os que se ligam à norma do desenvolvimento infantil como aqueles que fogem a ela no sentido de indicar um lugar de desvio, de diferença de anormalidade.

Vejam os dados dos antecedentes pessoais do periciando nos recortes seguintes:

'Vida escolar: ... iniciou-se aos 07 anos prosseguindo até a primeira série do segundo grau **sem, no entanto, completá-la**. Nesse período sofreu várias repetências, um hiato temporal e troca de várias instituições de ensino, incluindo nessa curso supletivo. Registra-se em sua vida escolar **marcada dificuldade de relacionamento, de aprendizagem, além de atitudes inadequadas caracterizando razoável grau de indisciplina**' (LP. p. 3).

O que se observa nesse recorte, mais do que no anterior, é que o periciando, em sua vida escolar, apresenta um comportamento mais comprometido, no qual as construções com o **sem** funcionam como o lugar do desvio, o lugar daquilo que 'falta'. Se tomássemos o recorte por famílias parafrásticas onde o **sem** funciona como 'falta', desvio, déficit, atraso, anormalidade, teríamos, então:

'falta concluir a 1ª série do 2º grau' ('... prosseguindo até a primeira série do segundo grau **sem, no entanto, completá-la**');

'falta não ser repetente' ('sofreu várias repetências');

'falta não evadir-se da escola' ('sofreu um hiato temporal');

'falta não trocar de instituições de ensino' ('sofreu troca de várias instituições de ensino');

'falta relacionar-se bem' ('marcada dificuldade de relacionamento');

'falta aprender' ('marcada dificuldade de aprendizagem');

'faltam atitudes adequadas' ('marcadas atitudes inadequadas');

'falta disciplina' ('razoável grau de indisciplina').

Aqui o **sem** indica todo o grau de desadaptação do periciando com a escola, aspecto que por si só produz o efeito de uma certa e precoce inabilidade no trato com as normas de uma forte instituição disciplinar - a escola.

Dessa forma, na construção onde aparecem as palavras marcada e razoável:

'**marcada** dificuldade de relacionamento, de aprendizagem, além de atitudes inadequadas caracterizando **razoável** grau de indisciplina'

se percebe o mesmo funcionamento, ou seja, os efeitos de sentido que ambas as palavras produzem na formulação afirma tanto a dificuldade de relacionamento e de aprendizagem como a de disciplina como grande, como acentuada, como excessiva. Ou, dito de outra forma, a vida escolar do periciando é desviante, tanto no que se refere à capacidade de ser constante quanto à capacidade de relacionamento, de aprendizagem e de disciplina.

Na relação causal entre X e Y, buscada pelos peritos, poderíamos, então, deduzir os efeitos que todo esse recorte traz:

A inconstância, a marcada dificuldade de relacionar-se, de aprender e a indisciplina podem ser causa para os atos atuais do periciando, pois caracterizam comportamentos desviantes, ou seja, X (onde X: inconstância, marcada dificuldade de relacionar-se, de aprender e a indisciplina) pode ser causa para Y (onde Y: atos atuais do periciando).

Vejamos um outro recorte que traz a questão da disciplina:

'**Vida laborativa:** Começou a trabalhar aos 14 anos de idade. Durante toda sua vida laboral ocupou diversas funções em variadas empresas sem, no entanto, conseguir fixar-se em nenhuma delas por tempo superior a um ano e meio. Além da inconstância em seus empregos registra-se dificuldade em adaptar-se às normas de trabalho, demissões por indisciplina ou voluntárias sob alegação de não antever perspectivas de ascensão profissional. O maior período de trabalho registrado foi em seu último emprego quando trabalhava como moto-boy. Em duas oportunidades morou no seu ambiente de trabalho em razão de conflitos familiares que tornava a convivência no seio familiar desarmônica. Merece registro dentro de

sua vida laborativa que, em função de sua reconhecida habilidade como patinador, ter tido oportunidade de auferir rendimentos em trabalhos esporádicos como instrutor em pistas de patinação, demonstrações, assistência técnica em manutenção de pistas e comercialização de patins, em várias cidades do interior de São Paulo. Registre-se ainda que a atividade de patinação, a par de ser fonte de rendimentos, foi em grande parte de sua vida, a atividade que lhe proporcionava maior prazer sendo a única ocupação de maior constância onde vislumbrava a perspectiva de notoriedade e ascensão social' (LP. p. 3, 4).

Como mostramos no recorte anterior, os efeitos que aqui se (re)produzem são os da inconstância do periciando, e sua dificuldade de adaptar-se às normas do trabalho. No entanto, para além de afirmar a inconstância, soma-se a ela o caráter da **indisciplina**, que motiva algumas demissões e o caráter da **vontade**, que motiva a solicitação de demissão voluntária do trabalho em busca de maiores perspectivas de ascensão profissional:

'Além da inconstância em seus empregos registra-se dificuldade em adaptar-se às normas de trabalho, demissões por indisciplina ou voluntárias sob alegação de não antever perspectivas de ascensão profissional'.

Parafraseando a formulação poderíamos dizer que sua vida laborativa se caracteriza pela inconstância e pela dificuldade de adaptar-se às normas do trabalho, o que gera **demissões involuntárias** (ele é demitido em função da dificuldade de adaptar-se às normas = **indisciplina**) e **demissões voluntárias** (ele se demite por sua **vontade** de buscar empregos que possam propiciar-lhe ascensão profissional).

Se as afirmações dos recortes analisados até agora têm indicado duas direções - a do comportamento anormal, desviante e a do comportamento normal, este parece ser também o efeito produzido pelo presente recorte. Assim, inconstância, dificuldade de adaptar-se às normas do trabalho e demissões por indisciplina são causas possíveis na relação X,Y, pois X traduz comportamentos desviantes, anormais do periciando. Em contrapartida, demissões voluntárias sob alegação de não antever perspectivas de ascensão profissional' não pode ser causa na relação X,Y, pois X traduz aspectos saudáveis, uma vez ser acatado como

comportamento socialmente aceito, como comportamento normal, a demissão voluntária em busca de ascensão profissional.

Mas, vejamos, o recorte também afirma que a dificuldade de adaptação e essa indisciplina do periciando se estende para outras relações da sua vida: 'relações desarmônicas no seio familiar'. A dificuldade de acatar as normas não se restringe só à escola, mas também ao ambiente de trabalho e ao ambiente familiar.

Some-se à afirmação do caráter expansivo da sua indisciplina o fato de que, juntamente com a formulação do vislumbre da perspectiva de ascensão profissional, se afirma também o vislumbre da perspectiva de **notoriedade e ascensão social**. Tomemos, de forma parafrástica o sentido da palavra **notoriedade**: aparecer, tornar notório, ser notado, percebido, ter fama. Ora, parece, então, que os objetivos do periciando, ao 'demitir-se voluntariamente' para buscar outro (s) trabalho(s) carregam também uma **intenção** que macula, que adocece, que denigre a busca de ascensão profissional. O caráter intencional de buscar fama, de ser notado, de ser percebido, de aparecer, de obter atenção sobre si, dá à busca de ascensão profissional um aspecto pouco saudável, pois ascender profissionalmente é apenas um meio para a consecução de um fim: ser famoso.

Retomemos, os trechos e vejamos os sentidos que eles produzem:

'... demissões voluntárias sob a alegação de não antever perspectivas de **ascensão profissional**'

'... ocupação de maior constância onde vislumbrava a perspectiva de notoriedade e **ascensão social**'.

Ora, demitir-se voluntariamente não tem o caráter saudável de busca da ascensão profissional, pois não é a melhoria profissional que está sendo almejada, não é esse objetivo que mais fortemente se formula como presente no periciando através da construção. O que todo o recorte afirma é a intenção de **notoriedade e de ascensão social**. O que se instala é o sentido da busca, do objetivo de se trabalhar não pela satisfação que o trabalho pode trazer, mas para obter ganhos que não são necessariamente trazidos pelo trabalho. O trabalho funciona na vida do periciando, segundo a construção, como um trampolim, como uma

válvula de escape para as suas necessidades (de notoriedade, de fama, de ascensão social). Assim, se o trabalho atinge os seus objetivos ou lhe dá perspectivas de alcançá-los ele permanece, se não dá ele se evade, ou demitido ou pedindo demissão.

A palavra '**notoriedade**' tanto se aplica àquele que é notório, famoso, público quanto àquele de notória competência ou saber.

Os sentidos que se depreendem da palavra 'notoriedade' no laudo são aqueles que se prendem ao primeiro significado – aquele que busca notoriedade, fama, publicidade: o periciando mudava-se constantemente de trabalho buscando aqueles que pudessem lhe dar o vislumbre da perspectiva de ser famoso, de ser notícia, de ser notado.

Por outro lado, o segundo significado – notória competência ou saber – não se coloca, pois tal sentido se exclui como possibilidade no percurso de vida do periciando. Os sentidos do segundo significado implicam numa concepção de 'notoriedade' como resultado de um reconhecimento público da competência e do saber da pessoa notória. Ser reconhecido como notório depende da opinião e do julgamento do outro, o que é diferente de oscilar entre vários empregos buscando, com base nos seus propósitos (obter fama), aquele que lhe desse mais prazer e mais notoriedade (dinheiro e fama). Ser reconhecido, implica, pois, em trabalhar sem que o reconhecimento seja o único objetivo. O reconhecimento é, pois, uma consequência, é um efeito e implica num julgamento social do desempenho e do trabalho realizado. Notoriedade e ascensão social (fama), em contrapartida, quando colocada como objetivo pessoal – somado, neste caso, à necessidade de obtenção do que dá prazer ao periciando (dinheiro) – implica na mobilização de sentidos que aliam meios escusos, ilícitos, se necessários, na obtenção de um único fim: ter dinheiro e fama.

Dessa forma, a mudança constante de trabalho com o 'vislumbre de perspectiva de notoriedade e ascensão social' podem ser arrolados como pertencendo ao quadro de comportamentos desviantes do periciando, portanto, na relação X,Y podem se constituir em causa para o comportamento atual dele.

Aqui se atribui ao periciando uma intenção, um objetivo, um propósito no que diz respeito à sua vida laborativa. As características que vão se configurando são as de um comportamento desviante, mas o desvio aqui não conclama mais os sentidos que opõem normalidade/anormalidade, normalidade/patologia, saúde/doença. O desvio instalado por esse

recorte, tanto pelo que falta quanto pelo que excede no comportamento do periciando convoca um sentido que inscreve as suas ações no que é ilícito, no que é doloso, no que é ilegal, imoral do ponto de vista do que a memória discursiva resguarda e assegura como sendo os objetivos do trabalhador.

É interessante atentar também para o fato de que essa ilicitude do comportamento vem acompanhada de uma vontade, de uma motivação do sujeito. Assim, o efeito para o qual o recorte dá visibilidade é o de um sujeito que desvia e às vezes o faz intencionalmente: permanece mais tempo no trabalho que lhe possibilita alcançar seus objetivos (dinheiro e fama) e se evade daqueles nos quais tais possibilidades não se impõem. Dessa forma, para além de externar o comportamento desviante, o que vai se afirmando é uma noção de autodeterminação, de voluntariedade, de intencionalidade nas ilicitudes do comportamento do periciando.

Vejamos o recorte a seguir, sobre sua **Vida Militar**:

‘Durante quase dois anos serviu o Exército Brasileiro no 39º Batalhão de Infantaria Motorizada sediado em Quitaúna - Osasco/SP. No primeiro ano cumprindo obrigação constitucional e no segundo como soldado engajado por opção e visando prosseguir na carreira militar como cabo. Durante esse período sofreu mais de duas dezenas de sanções disciplinares motivadas desde a má apresentação pessoal até embriaguez dentro das instalações militares chegando a importunar a esposa de um superior. Conseguiu permanecer todo esse tempo no Exército em razão de ocupar a função de “rancheiro” o que lhe permitia usufruir e propiciar regalias (fornecer porções alimentares extras e diferenciadas aos seus pares e superiores -sic-). Tudo isso evitou sua expulsão, substituída pela recomendação de solicitar voluntariamente sua baixa’ (LP. p. 4).

As sanções disciplinares alegadas no relato se referem mais uma vez às dificuldades do periciando em cumprir e adaptar-se às normas. Essa indisciplina vai **desde a até e chegando a**. Ou seja, marca a gradação da indisciplina, **desde** as mais leves (má apresentação pessoal), **até** as mais graves (embriaguez dentro das instalações militares), **chegando** às insustentáveis (importunar a esposa de um superior). São normas disciplinares dos quartéis a aparência pessoal do recruta, a proibição de ingestão de bebidas alcoólicas em

suas dependências e o desrespeito ao superior. Assim, a formulação traz uma indisciplina que se apresenta num crescendo, numa gradação de gravidade no ato de ser indisciplinado. Então, não são pequenos desrespeitos às regras e às normas, são faltas disciplinares que incluem diferentes graus de indisciplina.

Para além da afirmação dos graus da indisciplina do periciando, o recorte afirma também um comportamento que se desvia por outra ordem: a do tráfico de influências - que exerce, a partir da função, do trabalho que realiza dentro do quartel - 'rancheiro'. Se o recorte anterior dá visibilidade ao sujeito que pode voluntariamente se demitir para buscar atingir seus objetivos (fama e dinheiro), parece que aqui também os seus objetivos se afirmam, pois através da função de 'rancheiro' ele usufruiu e propiciou regalias ('fornecer porções alimentares extras e diferenciadas aos seus pares e superiores'). Observe-se que mais uma vez o que se afirma aqui é um comportamento contraventor, que corrompe, pelo ferimento à norma, à regra, um comportamento de quem quer tirar vantagens, obter algum tipo de ganho não importando muito por que meios. Sendo o quartel uma instituição disciplinar por excelência, o periciando conseguiu não só desobedecer as suas regras através de diferentes graus de indisciplina como conseguiu fama entre os seus pares e superiores ao usufruir e propiciar regalias. Essa forma de indisciplina mobiliza comportamentos ilegais. Conforme o recorte anterior, a notoriedade e a ascensão social (fama) a qualquer preço

O alcance dessa indisciplina seria suficiente para a sua expulsão do quartel ('tudo isso evitou sua expulsão'), mas ela foi 'substituída pela recomendação de solicitar voluntariamente sua baixa'. Ou seja, o ele fez, a indisciplina que cometeu eram razões suficientes para a sua expulsão e ainda que ela não tenha se dado ele foi 'convidado' a se retirar do quartel ('recomendação de solicitar voluntariamente sua baixa').

Vejamos, pois, que o que se afirma é um indivíduo indisciplinarizado, nos mais diferentes graus, chegando a agir ilegalmente para atingir os seus objetivos e que só não carrega uma expulsão do quartel em seu currículo, por pura complacência da instituição que substituiu a expulsão pela recomendação de baixa voluntária.

Estamos nos deparando com uma explicitação da indisciplina. Até agora vimos discutindo a indisciplina do periciando como um comportamento desviante que leva na direção de estabelecer relações causais com o comportamento atual do periciando. Ocorre,

agora, uma vinculação da indisciplina como 'má fé', como ilegalidade, como contravenção. O que se desloca aqui é a configuração da indisciplina, como diferente daquela que move o louco. O indivíduo ensandecido não cumpre ordens, normas e se indisciplinariza porque está privado de entender as normas sociais, porque não tem consciência dos seus atos. O indivíduo que se indisciplinariza para obter ganhos, no entanto, se estabelece como tal determinado por sua própria vontade, por sua consciência. Tal mecanismo inscreve o comportamento indisciplinarizado não mais na loucura, mas na delinquência, na criminalidade, na índole má do sujeito. Essa maldade, essa indisciplina que vai **desde, até e chegando a**, se liga a comportamentos afirmados como conscientes, como voluntários no periciando. Assim, essa indisciplina mobilizada por uma consciência objetiva dos atos, pela capacidade de autodeterminar-se inscreve-se num tipo de desvio não mais ligado diretamente à loucura, mas sim à contravenção, à delinquência, à criminalidade.

Vejamos um outro recorte:

Vida afetiva: 'A pesquisa dos dados de anamnese revelaram que o periciando não faz referência a amizades duradouras, engajamento em grupos sociais seja no âmbito profissional, religioso, esportivo ou outros. Mesmo sua vida familiar é descrita **sem que vínculos** mais estreitos tenham sido estabelecidos e relatados, excetuando-se uma maior aproximação com sua avó materna com quem conviveu nos seus primeiros anos de vida. Não estabeleceu ao longo de sua vida relações afetivas significativas, incluindo nelas um maior relacionamento com seu único filho' (LP. p. 4).

Aqui se começa a afirmar um sujeito constituído na incapacidade de amar, de sentir afeto, de envolver-se emocionalmente:

'não faz referência a amizades duradouras, engajamento em grupos sociais seja no âmbito profissional, religioso, esportivo ou outros ... não estabeleceu ao longo de sua vida relações afetivas significativas, **incluindo** nelas um maior relacionamento com seu único filho'.

Ele não faz amizades, não se relaciona bem em nenhum grupo social; não é capaz de envolver-se significativamente, sendo, inclusive, incapaz de relacionar-se com o próprio filho' – o que também caracteriza um desvio, uma anormalidade. Há nessa formulação um atravessamento de uma memória discursiva que faz funcionar a máxima do amor paternal, o amor mais puro, o mais verdadeiro e o mais despojado existente nas relações humanas. Equivaleria a dizer que quem é incapaz de amar o próprio filho é incapaz de experimentar o sentimento de amor a qualquer outra coisa no mundo. São, pois, esses efeitos que tal formulação produzem e é nessa direção da incapacidade de amor que os sentidos se instalam.

Até o momento vimos analisando os aspectos, através de discurso relatado em sua maioria, dos antecedentes pessoais do periciando colhidos através de anamnese. Nesse percurso pudemos observar o que vai se reafirmando cada vez mais são os comportamentos desviantes no sentido da ilicitude, que tanto pela causa quanto pelo excesso se tornam passíveis de estabelecer uma relação causal.

Vejamos, então, um outro recorte:

'Vida sexual: Relata precoce experiência sexual traumática, quando aos sete anos de idade teria sido molestado por tia materna que lhe obrigara a manusear sua genitália enquanto lhe induzia a que sugasse suas mamas. Outra experiência traumática relatada teria sido constantes tentativas de coito anal praticadas por um adulto que supõe-se ser um tio materno, sob a perspectiva de gratificação através de doces e balas. Merece registro que a autoria deste atentado ao pudor, violento por presunção, não ter sido satisfatoriamente estabelecida. Embora faça questão de afirmar que nunca praticou ou deixou que com ele se praticasse coito anal com homens, práticas homossexuais são relatadas ao longo de sua vida, consistindo basicamente em felação na forma passiva. As práticas acima relatadas foram inclusive motivo de obtenção de benefícios e regalias. Durante cerca de um ano satisfez seu empregador, diariamente, ao lhe permitir praticar felação em troca de moradia, presentes e favores. As relações heterossexuais são permanentemente descritas como difíceis, insatisfatórias, raramente completas, alegando para estes insucessos difficuldade de penetração em função de fimose. Esta alegação não foi confirmada através de exame especializado e que faz parte deste processo. A curta vida conjugal é caracterizada por escassas cópulas completas,

segundo sua descrição, mas suficiente para a geração de seu único filho. A vida conjugal acima descrita se estabeleceu de maneira informal não havendo noivado ou mesmo casamento. Em que pese as dificuldades de relacionamento heterossexual acima citadas **faz questão de asseverar** para estes peritos ter sido sempre indivíduo namorador, conquistador de ... sucesso e, **com não disfarçada vaidade**, ser conhecido por muito tempo como "Zé Galinha" (LP. p. 5, 6).

Durante toda a análise que vimos fazendo, os dados obtidos, em sua maioria, com o próprio periciando, são relatados pelos peritos, ou seja, o periciando não fala diretamente, sua fala é constantemente presumida. Como já nos referimos, ao relatarem, os peritos interpretam os dados e, ao interpretá-los, emitem ou pelo menos formulam na direção de uma conclusão (os comportamentos desviantes do periciando). Neste recorte, no entanto, verifica-se que a fala do periciando, ainda que presumida, é responsabilizada, ou seja, marca-se claramente o lugar daquilo que foi relatado, falado pelo periciando e o lugar da fala dos peritos. Vejamos:

(ele) '**relata** precoce experiência sexual traumática, quando aos sete anos de idade **teria sido** molestado por sua tia materna que lhe obrigara a manusear sua genitália enquanto lhe induzia a que sugasse suas mamas'

Em '**relata**' e '**teria sido**' marca-se, na primeira parte, através do verbo '**relata**', uma responsabilização direta entre a ação e o que ela exprime, uma atribuição direta da ação relatada com quem a relata - foi ele que relatou, que falou, que disse de uma 'experiência sexual traumática'. No entanto, na segunda parte, o verbo '**teria sido**' marca o lugar de enunciação dos peritos e todo o caráter de suspeitabilidade da fala do periciando que ela encerra.

Vejamos que efeitos de sentidos poderiam se produzir, se toda a formulação fosse diretamente atribuída ao periciando:

'**relata** precoce experiência sexual, quando aos sete anos de idade **foi** molestado por tia materna que lhe **obrigou** a manusear sua genitália, enquanto lhe **induziu** a que sugasse suas mamas'.

Ao assumir o relato do periciando como verdadeiro, afirma-se que ele foi obrigado, induzido a praticar a ação sexual relatada.

Contudo, o que essa construção do laudo mostra é que o tempo verbal 'teria sido' desresponsabiliza, desobriga os peritos com relação àquilo que é relatado pelo periciando. Não se trata de duvidar ou não da 'experiência sexual traumática', mas do grau de verdade, de credibilidade da fala do periciando. Assim, para além de não assumirem responsabilidade sobre o que é afirmado, relatado, esse funcionamento encerra toda a suspeição sobre a fala do periciando.

Essa suspeição abrange um outro trecho desse recorte:

'outra experiência traumática relatada **teria sido** constantes tentativas de coito anal praticadas por um adulto **que supõe-se** ser um tio materno, sob a perspectiva de gratificação através de doces e balas'.

A suspeição aqui se mostra pelos verbos '**teria sido**' e '**supõe-se**'. O verbo teria sido abarca o significado daquilo que pode ou não ter acontecido, como já vimos, e o verbo supor, por sua própria significação, carrega todo um sentido de dúvida. Ora, aquilo 'que supõe-se' é aquilo de que não se tem certeza, aquilo que se sustenta na dúvida, assim, a afirmação pode ser falsa ou verdadeira, pois o que é uma suposição tanto pode se confirmar como verdade ou não. Mas para qualquer direção (da verdade ou da falsidade) é necessário que haja uma comprovação, uma verificação para se concluir por uma direção ou outra. Aqui a suspeição fica mais fortemente colocada porque o que se enuncia a seguir dá visibilidade à impossibilidade de verificação da afirmação ao mesmo tempo que indica toda a possibilidade de que a fala do periciando seja falaciosa:

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

'Merece registro que a autoria deste atentado ao pudor, violento por presunção, não ter sido satisfatoriamente estabelecida'.

O termo 'merece registro' marca o lugar dos peritos, sujeitos da comprovação ou da refutação daquilo que o periciando enuncia. E o que eles registram é que a 'autoria, não foi satisfatoriamente estabelecida'. Ou seja, nos dados que dispõem, nas entrevistas que realizaram com familiares o autor dessa experiência sexual traumática não foi encontrado, a autoria não pode ser estabelecida. Vejamos os sentidos latentes dessa construção: Se é o periciando que relata, se o que foi relatado teria sido ou não verdadeiro, se os peritos investigam o que foi relatado, buscando a confirmação, se a autoria não foi satisfatoriamente estabelecida, se o autor não foi encontrado, **então**, esta afirmação pode não ser verdadeira, esta afirmação não está mais sob suspeição, sob a possibilidade de, sob uma suposição, ela é falsa, falaciosa, enganosa.

Em que lugar da memória discursiva se filia essa suspeição sobre as falas do periciando? Parece que o trecho que vem em seguida a essa formulação indica, em certa medida, esse lugar de filiação:

'Embora faça questão de afirmar que nunca praticou ou deixou que com ele se praticasse coito anal com homens, práticas homossexuais são relatadas ao longo de sua vida, consistindo basicamente em felação na forma passiva'.

Nesse trecho se estabelece um jogo interessante de sentidos ao se colocar mais uma vez a fala do periciando sob suspeição. Vejamos: o periciando ao ser falado pelos peritos no que diz respeito à sua vida sexual, relata duas experiências sexuais precoces e traumáticas e as formulações dos peritos após tal relato colocam um caráter de suspeição sobre a fala do periciando, sendo que, no segundo relato, a suspeição é seguida da afirmação de uma impossibilidade de confirmação daquilo que fora relatado (não se pode comprovar o relatado, a autoria não foi satisfatoriamente estabelecida). Nesse mesmo parágrafo, em seguida da afirmação de não se poder estabelecer satisfatoriamente a autoria; inicia-se a formulação de que o periciando 'faz questão de afirmar que nunca praticou ou deixou que com ele se

praticasse coito anal com homens'. Essa afirmação é iniciada pelo '**embora**' que pode, parafrasticamente, ser substituído por 'ainda que', 'apesar de':

'apesar de, ainda que ('embora') faça questão de afirmar que nunca praticou ou deixou que com ele se praticasse coito anal com homens'

Ou seja, ainda que não tenha praticado um determinado tipo de ato homossexual (coito anal com homens), outras práticas homossexuais são relatadas (consistindo basicamente em felação na forma passiva). Ainda que o periciando não afirme, em sua vida sexual, a prática homossexual anal ativa ou passiva:

'fazendo questão de afirmar que nunca praticou ou deixou que com ele se praticasse coito anal com homens, práticas homossexuais (consistindo basicamente em felação na forma passiva) são relatadas ao longo da sua vida'.

O que se afirma aqui é a existência de um comportamento, ainda que em parte, homossexualizado. O que se formula é um comportamento sexual se assentando em um tipo de prática homossexual (a felação na forma passiva), sendo que o objetivo, a intenção, o motivo de tais práticas são, **inclusive**, a obtenção de benefícios e regalias'. Observemos que o que se coloca como motivo (objetivo, razão, causa) das práticas homossexuais não é só a obtenção de benefícios e regalias. O **inclusive** inclui outros ganhos, outros benefícios, embora eles não sejam elencados. Vejamos se o trecho que é formulado em seguida traz alguma pista do que sejam os outros tipos de benefícios e regalias que o **inclusive** abarca:

'Durante cerca de um ano satisfaz seu empregador, **diariamente**, ao lhe permitir praticar felação em troca de moradia, presentes e favores'.

O que se mostra aqui é que o periciando quis, teve todas as experiências sexuais por sua própria concessão, por sua vontade e escolha, para angariar benefícios, para levar vantagens, para obter outras formas de ganho, repetindo-a 'diariamente' por cerca de um ano.

Lembremo-nos que desde criança ele relata que foi molestado sexualmente, através de tentativas de coito anal, por adulto do sexo masculino em troca de doces e balas:

'constantes tentativas de coito anal praticadas por um adulto que supõe-se ser um tio materno, sob a perspectiva de gratificação através de doces e balas'.

O sentido que aqui se afirma é o de que um sujeito da vontade, da intenção deixou que com ele se praticassem relações sexuais, inclusive para obter benefícios. O '**inclusive**' funciona como o algo mais, como o também, o além. Produz, pois, o efeito de um implícito que reforça a homossexualidade.

Ora a formulação, dessa forma, afirma as práticas homossexuais como mais um comportamento ilícito do periciando: obter benefícios a qualquer custo, ao mesmo tempo em que toma a homossexualidade como inscrita numa anormalidade, numa disfunção, numa doente, numa perversão.

O '**inclusive**' marca, assim, os dois lugares no qual as construções dos peritos se inscrevem ao discutir o comportamento homossexualizado do periciando: 1) como decorrente de uma vadiagem, de uma imoralidade, de uma escolha (não em função de identidade) ilícita dos meios de consecução dos seus objetivos; 2) como perversão sexual, como patologia, como disfunção.

No primeiro lugar de inscrição o comportamento homossexualizado é tomado segundo uma ótica que supõe escolha, opção, vontade, intenção. Daí o '**inclusive**' produzir o efeito de sentido de um algo mais, de um outro tipo de ganho, de outras vantagens que implícita o comportamento homossexualizado como prazer, como identidade sexual do periciando.

O segundo lugar de inscrição se marca, de forma muito mais sutil pelo '**inclusive**', pelo '**diariamente**', mas ele se dilui e lateja por todo o recorte na forma da constante suspeição que as construções dos peritos produzem sobre as tentativas do periciando em afirmar-se como heterossexual. Ainda que menos explícito, o que funciona é o sentido da homossexualidade tomada como perversão sexual. Só muito recentemente se inicia uma discussão sobre a necessidade de não se discriminar, de se (des)marginalizar a homossexualidade tomando-a

como escolha saudável da identidade sexual. Todavia, a própria necessidade de discussão instala mais fortemente a discriminação, a marginalização, a homossexualidade como doença, como perversão sexual.

Retomemos o trecho em que a suspeitabilidade sobre a fala do periciando aparece fortemente marcada pelo '**embora**':

'Embora faça questão de afirmar que nunca praticou ou deixou que com ele se praticasse coito anal com homens, práticas homossexuais são relatadas ao longo de sua vida, consistindo basicamente em felação na forma passiva'.

O '**embora**' não só marca o lugar da fala do perito como também assegura a homossexualidade como constitutiva do periciando. Ainda que ele faça questão de afirmar não ser totalmente homossexual (pois 'nunca praticou ou deixou que com ele se praticasse coito anal com homens'), ele tem pelo menos um tipo de prática homossexual – 'práticas homossexuais são relatadas ao longo de sua vida'.

É interessante observar que além do **embora** iniciar a formulação, marcando o lugar da fala do perito e de suspeitabilidade sobre a fala do periciando, uma outra marca nesse trecho parece funcionar nessa mesma direção: a impessoalização na construção 'práticas homossexuais **são relatadas**'. Ora, como já foi afirmado, esses dados foram obtidos com o próprio periciando e com seus familiares. Como existe um funcionamento de suspeitabilidade da fala do periciando, principalmente no que concerne à sua sexualidade, impessoalizar a sua fala é também uma forma de não colocá-la em oposição à fala dos peritos. Se o '**embora**' se constitui na construção como lugar da fala dos peritos e como pista da suspeitabilidade da fala do periciando, é compreensível que a oposição que o **embora** encerra, no sentido de dar visibilidade à suspeição, seja seguido por 'práticas homossexuais são relatadas'.

Vejamos a formulação atribuindo responsabilidade às práticas homossexuais que são relatadas como sendo enunciadas pelo periciando:

'Embora faça questão de afirmar que nunca praticou ou deixou que com ele se praticasse coito anal com homens, (ele) relata práticas homossexuais ao longo de sua vida, consistindo basicamente em felação na forma passiva'.

Gramaticalmente a construção se coloca como plausível, mas a oposição em termos de suspeição da fala produzida na seqüência anterior fica neste caso semanticamente deslocada.

O '**embora**' associado à voz passiva '**são relatadas**' coloca em suspeição não as práticas sexuais, mas a homossexualidade do periciando, o que se perde no caso da paráfrase com '**relata**', na qual o que estaria em questão seriam apenas as práticas sexuais utilizadas relatadas pelo próprio periciando.

Noutras palavras poderíamos substituir por:

'Embora ele afirme não ser homossexual, pois nunca praticou ou deixou que com ele se praticasse coito anal com homens, práticas homossexuais na forma de felação passiva são relatadas ao longo de sua vida'

Vejamos que o sentido que aqui se instala é o da afirmação da homossexualidade, ou seja, mostra que o periciando tem um comportamento homossexualizado.

Se retomarmos a construção original do laudo:

'**Embora** faça questão de afirmar que nunca praticou ou deixou que com ele se praticasse coito anal com homens, práticas homossexuais são relatadas ao longo de sua vida, consistindo basicamente em felação na forma passiva'.

Vejamos que recorrer à voz passiva '**são relatadas**' funciona como validação, como sustentação para a suspeição colocada pelo '**embora**'. O '**embora**' instala dúvidas sobre o que o periciando afirma (não ser homossexual) e o emprego da voz passiva 'são relatadas' afirma essa dúvida como procedente, como justificável. Ou seja, o '**embora**' coloca dúvidas sobre a negação da homossexualidade e a voz passiva 'são relatadas' reforça todo o sentido da

suspeição, portanto tanto o 'embora' quanto o 'são relatadas' afirmam o comportamento homossexualizado do periciando.

Funcionamento de igual natureza se verifica num outro trecho do recorte acima:

'as relações heterossexuais são permanentemente descritas como difícultosas, insatisfatórias, raramente completas, alegando para estes insucessos dificuldade de penetração em função de fimose'

O que se observa é que o mesmo recurso da impessoalização (voz passiva) volta a ser utilizado (são permanentemente descritas). Vejamos que efeitos a construção produziria, se atribuíssemos a responsabilidade do começo do trecho ao periciando, uma vez que o emprego do verbo 'alegando' remete as falas, atribui as falas a ele:

'(ele) **descreve** as relações heterossexuais como permanentemente difícultosas, insatisfatórias, raramente completas, **alegando** para estes insucessos dificuldade de penetração em função de fimose'

Vejamos que o que se afirma é a dificuldade nas relações heterossexuais: 'permanentemente difícultosas, insatisfatórias, raramente completas'. Assim independentemente de quem relatou (se o periciando) ou se são relatadas (por suas parceiras sexuais), o que se afirma é um insucesso nas relações heterossexuais e a alegação de fimose como justificativa para tal insucesso.

Tomemos o que trecho no qual se afirma a não confirmação da alegação de fimose para verificarmos algumas coisas interessantes que ele produz com respeito à dubiedade:

'esta alegação não foi confirmada através de exame especializado e que faz parte deste processo'.

Se tomarmos só a primeira parte do enunciado teríamos: 'esta alegação não foi confirmada através de exame especializado', onde o sentido possível seria o de que o exame

não foi realizado. Contudo, a segunda parte ('e que faz parte deste processo') nos permite compreender que o exame especializado **foi realizado** e que a fimose não foi confirmada. faz parte do processo. Para diminuir a dubiedade parafrasearíamos a construção da seguinte forma:

'O exame especializado, que consta desse processo, não confirmou a fimose' ou: 'a alegação foi refutada através de exame especializado'.

Ao retomarmos agora o trecho original:

'**esta alegação não foi confirmada** através de exame especializado e que faz parte deste processo'.

Observamos que a dubiedade que se criou decorre de um cruzamento discursivo que instala a suspeição do perito em relação ao que é falado pelo periciando e da implicitação de parte dessas formulações. O que observamos não é um problema gramatical, mas um cruzamento discursivo decorrente da posição sujeito do perito. O que o periciando falou, alegou, justificou para o insucesso nas relações heterossexuais não foi confirmado. O exame especializado que consta do processo é só a prova da tentativa de enganar de mentir, da falácia produzida pelo periciando.

Observemos ainda os advérbios de modo **permanentemente** e **raramente** na construção:

'as relações heterossexuais são **permanentemente** descritas como dificultosas, insatisfatórias, **raramente** completas'.

Eles apontam para um grau extremo de insucesso do periciando para as relações heterossexuais, fazendo sugerir uma dificuldade que beira a uma incapacidade, a uma impossibilidade – 'permanentemente difíceis e insatisfatórias e raramente completas'. Ou seja, o periciando não consegue estabelecer relações heterossexuais com êxito.

Vejamos um outro trecho desse recorte que utiliza-se de mais advérbio na sua formulação:

'durante cerca de um ano satisfaz seu empregador, **diariamente**, ao lhe permitir praticar felação em troca de moradia, presentes e favores'.

Como já nos referimos, esse recorte todo afirma um comportamento homossexual (felação na forma passiva), bem como coloca uma intencionalidade em tal prática motivada pela obtenção de benefícios. Passamos ao funcionamento do advérbio de tempo: '**diariamente**'. Quem repete um ato '**diariamente**', estabelece uma rotina numa determinada atividade: felação na forma passiva pelo empregador, por cerca de um ano, para obtenção de benefícios e regalias. O emprego do advérbio '**diariamente**' para designar o modo como a prática da felação (prática homossexual), mostra a frequência com que ela se deu. Da mesma forma, os advérbios '**permanentemente**' e '**raramente**' marcam a frequência do insucesso da prática heterossexual, ou seja, o grau de dificuldade, de incapacidade, de impossibilidade que ela representa para o periciando. Satisfazer '**diariamente**' o empregador, por tanto tempo ('cerca de um ano'), através de práticas homossexuais ('felação na forma passiva'), mostra o caráter interesseiro do periciando que repete um tipo de prática homossexual, diariamente para, entre outras coisas, obter moradia, presentes e favores. Em oposição as práticas heterossexuais, '**permanentemente**' descritas como dificultosas, insatisfatórias e '**raramente**' completas leva na direção de uma homossexualidade. Assim, as práticas homossexuais lhe possibilita inclusive usufruir benefícios, enquanto a heterossexual só lhe causa desprazer, expõe-no ao fracasso, ao insucesso.

Vejamos o trecho seguinte onde se afirma também a (in)frequência das relações heterossexuais:

'a **curta vida conjugal** é caracterizada por **escassas cópulas completas**, segundo sua descrição, mas suficiente para a geração de seu único filho. A vida conjugal acima descrita se estabeleceu de maneira informal não havendo noivado ou mesmo casamento'.

Esse trecho também ressalta a incapacidade para a relação heterossexual ('escassas cópulas completas'). Afirma também os sentidos que vêm se instalando com a análise acerca do comportamento inconstante do periciando: quem não se fixa em nenhum lugar, principalmente em função da dificuldade de acatar normas, mostra-se também com dificuldade de adaptar-se à vida conjugal: 'curta vida conjugal'. Vejamos que a formulação se inscreve nos sentidos de sacramento do matrimônio instalados pela Igreja Católica. Essa inscrição discursiva dos peritos, afirmam que as relações maritais só podem ser consideradas quando as etapas (namoro, noivado, casamento) do 'santíssimo sacramento do matrimonio' forem ritualisticamente cumpridas. Ou seja, os efeitos que a formulação produz é a de que nem foi um 'casamento de verdade', pois durou pouco (deveria durar até que a morte os separassem), não atendeu à máxima religiosa: 'Criai-vos e multiplicai-vos' (gerou um único filho) e o mais importante: não foi oficializado (deveria, para ter validade, ser oficializada perante Deus – casamento religiosos – e perante os homens – casamento civil). Assim, a vida conjugal do periciando não teve importância nenhuma do ponto de vista jurídico-religioso, o que realmente é importante enquanto efeito de sentido que o recorte produz é o fato das dificuldades que ele traz: a inconstância, a dificuldade de cumprir regras e a dificuldade de ser heterossexual.

Observemos o trecho que segue:

'em que pese as dificuldades de relacionamento heterossexual acima citadas faz questão de asseverar para estes peritos ter sido sempre indivíduo namorador, conquistador de sucesso e, com não disfarçada vaidade, ser conhecido por muito tempo como "Zé Galinha"'.

Recorrer às expressões 'faz questão de asseverar' e 'não disfarçada vaidade' dá a medida exata das tentativas que o periciando estaria fazendo de negar a sua condição de homossexualidade. Exceder as tentativas do periciando em comprovar o seu sucesso com as mulheres, inscreve tais sentidos na dissimulação ou em mecanismos inconscientes que levam os indivíduos a exagerarem uma característica que acreditam possuir para negar, apagar, para os outros e para si mesmo, características `as quais não se consegue assumir como suas. Dessa forma, exagerar o sucesso com as mulheres resulta de uma atitude, consciente ou não, de negação do fracasso e do insucesso com elas.

Em síntese, além de apontar um comportamento homossexualizado motivado pela obtenção dos objetivos do periciando, o qual se inscreve em práticas consideradas ilícitas, o recorte mostra ainda que as tentativas da heterossexualidade foram fracassadas, o que ameniza o caráter ilícito da homossexualidade para inscrevê-la numa 'opção', 'numa identidade sexual'. Estamos usando as palavras opção e identidade sexual em menção para destacar os sentidos que elas encerram neste caso. Não se trata do entendimento que muito atualmente tem se buscado para a homossexualidade: como escolha saudável e consciente do indivíduo. Ao formularem os sentidos do comportamento homossexualizado do periciando, os peritos inscrevem esses sentidos numa memória discursiva que toma a prática homossexual como perversão, como doença, como desvio do desenvolvimento sexual normal.

Retomemos o percurso discursivo dos peritos no recorte que trata da vida sexual do periciando: 1) o periciando relata duas experiências sexuais traumáticas na infância (afirma que foi molestado sexualmente por tia e tio maternos; 2) os peritos formulam uma suspeição sobre a fala do periciando (a autoria do molestamento sexual não foi confirmada); 3) os peritos formulam o comportamento homossexualizado (práticas homossexuais na forma de felação passiva são relatadas); 4) os peritos formulam o caráter ilícito – voluntário – e o caráter pervertido – doença – do comportamento homossexualizado (práticas homossexuais inclusive como meio para a obtenção de benefícios); 5) os peritos reafirmam o comportamento homossexualizado (tentativas fracassadas de práticas heterossexuais); 6) os peritos desmentem a justificativa do fracasso na relações heterossexuais (a alegação de fimose foi refutada através de exame especializado); 7) o periciando tenta reafirmar a sua heterossexualidade (vida conjugal e um filho); 8) os peritos formulam a informalidade da relação e o comportamento homossexualizado (casamento informal, de curta duração e escassas cópulas completas); 9) o periciando reforça a sua heterossexualidade (conquistador de sucesso e tão namorado que foi apelidado de 'Zé Galinha'); 10) os peritos formulam a tentativa excessiva de comprovar a heterossexualidade como dissimulação do comportamento homossexualizado (faz questão de asseverar e com não disfarçada vaidade).

Ora, parece visível que toda a formulação do recorte faz um trajeto no qual a fala dos peritos (fala autorizada) se opõe à fala do periciando (fala suspeita). Esse empate, se faz em função da posição sujeito do perito que filia a vida sexual do periciando a uma

homossexualidade latente, inscrevendo-a, por um lado, numa ilicitude (homossexualidade como prostituição) e, por outro, na perversão (homossexualidade como efeito de pré-construído – doença). Para afirmar a homossexualidade, então, os peritos formularam o dizer, a fala do periciando como suspeita e explicitam todo o grau de dificuldade que ele enfrentou, nas suas tentativas de afirmar-se como heterossexual. De toda a forma, o sentido que se implanta, tanto pela intenção de negar a homossexualidade quanto pela afirmação excessiva da heterossexualidade, produzem os efeitos de descrédito e de suspeição sobre a fala do periciando e instala um comportamento homossexualizado como constitutivo do periciando.

Vimos até agora mostrando como, a partir do que os peritos denominam no laudo como 'antecedentes pessoais', se foi constituindo causas possíveis e explicativas para os atos atuais do periciando, assentadas, principalmente, no caráter desviante do seu comportamento. Nesse percurso, toda a causa possível, mas não suficiente, reside no fato da dificuldade do periciando em acatar as normas, o que se caracteriza por um grau de indisciplina freqüente nas suas 'vidas' sociais: escolar, laborativa, militar e sexual. Na maioria das vezes a indisciplina se associou ou produziu a consequência de práticas homossexuais motivadas pela obtenção de benefícios e regalias. Uma indisciplina apontada para tal direção afirma o caráter intencional, voluntário das práticas homossexuais. As inscrições discursivas dos peritos mobilizaram a concepção de homossexualidade como desvio e instalaram um forte grau de suspeitabilidade na fala do periciando que afirmou a sua não homossexualidade, justificada, principalmente pelo seu sucesso com as mulheres. As formulações, a partir daí, se deram no sentido de se contrapor ao periciando pela fala autorizada dos peritos que afirmaram uma homossexualidade ainda que latente, comprovando o seu insucesso nas relações heterossexuais. Em síntese, podemos afirmar que o que se produziu como sentido foi um sujeito agindo, em certa medida, por sua vontade e determinação para realizar seus fins. Os dois lugares de maior visibilidade dos desvios desse sujeito são sua indisciplina e sua sexualidade problemática.

Essas afirmações que tentamos sintetizar aqui não estão colocadas de forma taxativa no laudo e o que se insinua, mais freqüentemente, na análise que até agora realizamos, é a afirmação de um comportamento predominantemente inscrito numa ilicitude. Adotamos a palavra **ilicitude** para estabelecer uma oposição com a loucura. Se bem lembrarmos, o laudo pericial é instalado exatamente quando restam dúvidas sobre a higidez mental do acusado, ou

seja, o laudo é voltado para indivíduos que cometeram crimes os quais não se explicam por uma razão/causa objetiva. Assim, a causa se explicaria por uma insanidade mental.

Ora, ao tomar o comportamento do acusado o perito não vai verificá-lo só sob o ponto de vista da doença mental, mas vai também explicitar os comportamentos que não se vinculam a uma doença mental. Contudo, a oposição que o perito formula não é aquela que toma o comportamento doente mental em oposição ao comportamento saudável, normal. Ele afirma todo o comportamento do periciando como desviante e a causa do desvio, então, se explicará com o laudo por um comportamento louco ou por um comportamento ilícito. Tomamos, assim, a palavra **ilicitude** para abarcar todo o comportamento que explica o crime ou os crimes pela má fé, pela vontade, pela ilegalidade, pelo banditismo.

A inscrição do sujeito perito na afirmação da causa possível para o fato crime se formula em duas direções: a do comportamento louco e a do comportamento ilícito. É interessante que discursivamente se realiza uma paráfrase entre ilicitude e criminalidade, o que permite a oposição entre crime/loucura. Vejamos, pois, que comportamento criminoso não faz referência direta ao crime, mas sim a um conjunto de atitudes do periciando que, não se explicando pela loucura, se sustenta numa atitude criminalizada.

Esclarecida a posição perito e o lugar de movência pelo qual ele desliza, podemos reafirmar que a análise que vimos fazendo, até o momento, inscreve o comportamento do periciando nessa atitude criminalizada, ou como preferimos denominar, se explica na ilicitude.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

V – AS RELAÇÕES CAUSAIS NA HERANÇA BIOLÓGICA: O DISCURSO DA DETERMINAÇÃO BIOLÓGICA

Vejamos agora o que os peritos trazem no item que denominam 'antecedentes familiares':

‘É o segundo filho de uma prole de três, todos do sexo masculino. Seus irmãos estão vivos e gozando de saúde. Um de seus irmãos já teve envolvimento com a Justiça: acusado de receptação e furto. Na constelação familiar são descritas patologias psiquiátricas as mais diversas entre as quais podemos citar casos de: farmacodependência (tio materno usuário de drogas injetáveis no passado); surtos de natureza psicótica e de características esquizofreniformes (tios maternos, tia e prima paternas); alcoolismo (avô materno e paterno); epilepsia (primas paternas e prima materna) e oligofrenia (prima materna seria "retardada"). Merece particular consideração o fato de que o avô materno seria uma pessoa extremamente violenta sendo-lhe imputado várias agressões a familiares, inclusive uma tentativa de homicídio à foice contra a própria esposa, e vários homicídios não devidamente esclarecidos. Seu avô paterno era alcoólatra tendo falecido com quadro de abstinência alcoólica, após várias internações psiquiátricas’ (LP. p. 6).

O primeiro aspecto que o recorte traz é o da saúde dos irmãos do periciando: 'seus irmãos estão vivos e gozando de saúde'. Ou seja, de uma prole de três filhos a transmissibilidade genética não alcançou dois deles que estão gozando de saúde (mental eu diria). Um dos irmãos apresenta um desvio: 'acusado de receptação e furto', mas esse desvio, se está gozando de saúde, liga-se a uma intencionalidade, a um ato ilícito voluntário, o que faz efeitos de um certo banditismo voluntário, uma criminalidade intencional.

Ao chamar a atenção para o fato de que um dos irmãos do periciando já teve envolvimento com a justiça, os peritos mostram que o periciando não é o primeiro e nem o único na família a desrespeitar as normas sociais, a ter comportamento desviante. Contudo, o tipo de desvio aqui assinalado não é o em direção à loucura, mas o em direção à criminalidade

intencional. O irmão agiu criminalmente, se desviou e se delinqüiu ao receptar e furtar. Essa índole intencionalmente criminosa, pelo perito, é um fato de desvio não patológico, ou seja, há antecedentes familiares para o comportamento criminoso, infrator, contraventor, mas esse comportamento não se explica pelo determinismo genético da loucura, pois ele envolve intenção.

Entretanto, o próprio título do sub-item do laudo: 'antecedentes familiares' já se carrega de todo o sentido da hereditariedade e é essa direção que as formulações recobrem nos trechos que se seguem:

'Na constelação familiar são descritas patologias psiquiátricas as mais diversas'

Ou seja, **várias** patologias psiquiátricas em **vários** membros da família (constelação familiar). O que vale dizer que o periciando pode ter herdado dos vários membros da família, várias patologias psiquiátricas. É interessante observar que além de afirmar a família do periciando como uma rica fonte de possível transmissora de patologias psiquiátricas, os peritos mantêm o emprego da forma impessoalizada '**são descritas**' como forma de assegurar e autorizar sua própria fala, onde o 'são descritas' pode se remeter aos manuais de psicopatologias que descrevem e classificam as patologias psiquiátricas.

Vejamos o trecho seguinte onde se reproduz a (des)fronteira entre doença mental e retardo mental, já anteriormente mostrado:

'(diversas patologias psiquiátricas) entre as quais podemos citar casos de: **farmacodependência** (tio materno usuário de drogas injetáveis no passado); surtos de natureza psicótica e de características esquizofreniformes (tios maternos, tia e prima paternas); **alcoolismo** (avô materno e paterno); **epilepsia** (primas paternas e prima materna) e **oligofrenia** (prima materna seria "retardada")'

Nessa gama de patologias afirmadas como psiquiátricas, algumas são questionáveis do ponto de vista desse enquadramento. Vejamos: a farmacodependência nem sempre leva a um quadro psiquiátrico, o mesmo se observa com a epilepsia, com o alcoolismo

e com a oligofrenia (retardamento mental). Que efeitos produz, então, essa classificação genérica dessas doenças como patologias psiquiátricas? A doença, de qualquer ordem, impõe a necessidade de apartação, de tratamento especializado em espaço destinado para esse fim. Além desse aspecto, em se acreditando no caráter determinista da hereditariedade, da transmissibilidade genética, elencar as doenças da família como patologias psiquiátricas, mesmo as que não se enquadram nessa classificação, produz efeitos no sentido de afirmar a família com um grande contingente de doentes, dos quais o periciando pode ter herdado o mal que explique o seu comportamento atual.

O aspecto mais significativo desse recorte, no sentido de estabelecer laços hereditários entre a doença mental do periciando e seus familiares se faz no trecho:

'merece particular consideração o fato de que o avô materno seria uma pessoa extremamente violenta sendo-lhe imputado várias agressões a familiares, inclusive uma tentativa de homicídio à foice contra a própria esposa, e vários homicídios não devidamente esclarecidos'.

A formulação 'merece particular consideração' estabelece relações muito próximas entre o comportamento do periciando e de seu avô materno. Vejamos: o periciando matou várias mulheres com requintes de crueldade (avô materno: pessoa extremamente violenta), não conseguiu estabelecer laços afetivos nem mesmo com os familiares (avô materno: várias agressões a familiares), a dificuldade/impedimento de sentir afeto se estendeu, inclusive, ao seu único filho (avô materno: inclusive uma tentativa de homicídio à foice contra a própria esposa), dos crimes cometidos pelo periciando vários não estão devidamente esclarecidos, não se sabe ao certo quantas mulheres matou (avô materno: vários homicídios não devidamente esclarecidos).

Essa proximidade de comportamento desviante entre o periciando e seu avô materno parece poder estabelecer uma relação causal, explicada pela herança genética.

Observemos, no entanto, os resultados dos exames complementares que poderiam por a descoberto a localização biológica da doença mental:

'Tomografia Computadorizada de Crânio realizada em 17/09/98 no Hospital Santa Isabel de Clínicas de Taubaté cuja conclusão feita pelo Dr. MARCO ANTONIO TAMBELINI foi: **"exame tomográfico computadorizado de crânio de aspecto normal"**;

'Exame Eletroencefalográfico realizado em 17/09/98 no Hospital Santa Isabel de Clínicas de Taubaté sob n.º 36.667 cuja conclusão feita pela Dra. MAGALI TAINO SCHMIDT foi: **"eletroencefalograma dentro dos limites da normalidade"**;

'Exame de Ressonância Magnética Nuclear de Crânio com Contraste realizado em 26/09/98 no Instituto de Radiologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo sob n.º 98-36804 cuja conclusão feita pela Dra. CLÁUDIA DA COSTA LEITE foi: **"leve assimetria dos cornos temporais dos ventrículos laterais e fissuras coroidéias, maior a direita."** (LP. p. 11).

Recorrer aos 'exames complementares' ou 'exames clínicos subsidiários', inscreve os peritos num conhecimento que a ciência psiquiátrica reconhece como sendo instrumentos possibilitadores da identificação de manifestações orgânico-cerebrais da doença mental ou de seqüelas neurológicas como consequência de um acidente cerebral, registrado, principalmente, nos primeiros anos de vida.

Vejamos o recorte no qual os peritos apontam o alcance de tais exames:

'Os exames radiológicos como a tomografia computadorizada de crânio e o exame de ressonância magnética do crânio com contraste, poderiam revelar ou afastar a hipótese de ocorrência de encefalite na infância (o que caracterizaria as denominadas pseudo-psicopatias ou "encefalopatia menor") ou outras patologias como, por exemplo, seqüelas de traumatismos cranio-encefálicos ou processos expansivos cerebrais. A pesquisa eletroencefalográfica poderia colocar a descoberto componentes hereditários da série epileptóide. Todavia, distúrbios bio-elétricos podem faltar mesmo em casos de epilepsia manifesta, sem que isto invalide o diagnóstico clínico. Alguns autores relatam que, nos transtornos de personalidade, é freqüente a ocorrência de "ondas lentas" do tipo "theta" como dado importante no traçado eletroencefalográfico' (LP. p. 22, 23).

Observemos o uso constante das modalizações na formulação acima: 'poderiam revelar ou afastar a hipótese de' ... 'poderia colocar a descoberto' ... 'podem faltar' ... 'é freqüente a ocorrência de'. O que esse funcionamento mostra? Que os exames clínicos não fornecem valor de verdade categórica que possibilite o estabelecimento de relação causal entre a transmissibilidade genética e os atos cometidos pelo periciando. Além disso, o uso constante da partícula ou dá visibilidade ao escopo do exame referido. Lembremo-nos, entretanto, que ainda que tais exames possam colocar a descoberto tantas psicopatias, em nenhum deles se verificou dados compatíveis com tais diagnósticos.

É interessante que os peritos apresentam à página onze (11) do laudo o resultado dos exames complementares que foram realizados. Esses, em sua maioria apresentam resultados compatíveis com a normalidade ou muito próximos dela. Posteriormente, só às páginas vinte e dois e vinte e três (22 e 23) eles afirmam o que o conhecimento científico psiquiátrico acumulou como contribuição desse tipo de exame. Contudo, tudo o que tais exames 'colocam a descoberto' não se verifica ou não se confirma nos exames do periciando. Ora, que sentido tal trajeto poderia produzir a não ser o de mostrar que no caso em questão, os atos atuais do periciando não se explicam por determinação genética, por doença mental e nem tampouco por retardamento mental?

Vejamos o que os peritos afirmam sobre a anamnese heredológica:

'Anamnese heredológica – É o levantamento da ocorrência de patologias psiquiátricas nos ascendentes e colaterais diretos, cuja transmissibilidade genética é reconhecida pela ciência' (LP. p. 23).

A anamnese heredológica levanta os casos de patologia psiquiátrica dos familiares do periciando na tentativa de estabelecer relação causal. No entanto, ao afirmarem que 'a transmissibilidade genética é reconhecida pela ciência', estabelecem uma relação causal possível. Como vimos, o avô materno do periciando teve um comportamento tão desviante quanto o seu. Ora, o que se afirma é que a transmissibilidade genética é reconhecida pela ciência, porque a ciência dispõe de instrumentos que possibilitam essa comprovação (os exames clínicos complementares ou subsidiários). Contudo, como já dissemos, no presente

caso os exames não comprovaram a transmissibilidade porque as causas do comportamento do periciando não se explicam por uma hereditariedade, não se explicam por uma doença biologicamente localizada. O que se afirma, então, é que as causas do comportamento atual do periciando não têm raízes genéticas, biológicas ou hereditárias. Elas decorrem de um outro fato explicativo na relação causal: um comportamento criminalizado, ilícito, intencional.

A impossibilidade de explicar os atos atuais do periciando pelo genético, pelo biológico retira, pois, o caráter de involuntariedade e de determinação para colocá-la numa ilicitude, numa atitude criminalizada que põe em questão a vontade e a intenção do periciando.

VI - O DISCURSO JURÍDICO: AS PEÇAS RECORTADAS DO AUTO

Ao discurso jurídico interessa o crime desde que se possam constituir provas suficientes de que ele se deu para que o processo seja de fato instaurado.

Assim, mediante as provas encontradas: o corpo da vítima e parte dos documentos da mesma encontrados nas dependências da casa do periciando (parte da identidade da vítima foi queimada e lançada no esgoto) – faz-se a denúncia e instala-se o processo. O acusado responde a esse crime tão somente, ainda que tenha confessado a autoria de 09 ou 10. Os crimes restantes são investigados e após a comprovação instala-se novo processo para o julgamento dos outros homicídios.

Quando da elaboração do presente laudo, o periciando era acusado formalmente, através de processo por um crime, enquanto se investigava, paralelamente, as suas condições mentais e a possível autoria de homicídio contra uma outra mulher, encontrada no mesmo local e com a mesma causa mortis que a primeira. É, pois, com base nessa documentação que os peritos recortam partes das peças que compõem os autos.

Vejamos o recorte seguinte que os peritos 'selecionam' dos autos sob o título de 'Denúncia':

'O Ministério Público denunciou o Sr. FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA como incurso no artigo 121 §2º, incisos I, III e artigo 211, ambos do Código Penal nas formas do artigo 69, do mesmo Diploma, por em data incerta entre os meses de abril e junho de 1.998, em horário indeterminado, em um matagal situado no Parque do Estado, nas imediações da Avenida Cabo P.M. José Antônio da Silva Lopes, o réu **agindo com intenção homicida, esganou, pessoa do sexo feminino** de identidade ignorada, fichada e fotografada no I.M.L. sob o n.º 2391/98 causando-lhe a morte conforme laudo de exame necroscópico de fls.19. Consta também dos inclusos autos de inquérito policial que, no mesmo período e local, posteriormente ao homicídio acima noticiado ocultou o cadáver da referida pessoa. **Agiu por motivo torpe e meio cruel**' (LP. p. 7).

Observe-se que a denúncia formulada no processo do periciando afirma uma ação com intenção de matar ('agindo com intenção homicida'), o que resultou na morte por esganadura de uma pessoa do sexo feminino (esganou pessoa do sexo feminino). Vejamos, porém, que o que se afirma é a intenção de matar ('intenção homicida') o que, por si só, não dá subsídios para verificar a capacidade de autodeterminação do acusado. Ou seja, ao agir com intenção homicida, a sua vontade era efetivamente matar, mas a vontade de matar não dá elementos suficientes para se afirmar ou não um controle pessoal sobre essa ação. Uma pessoa pode sentir uma necessidade de matar e ainda que considere tal ação como não sendo certa, não conseguir controlar essa necessidade. O periciando não mata qualquer pessoa, 'a sua intenção homicida', a sua possível necessidade de matar se inscreve numa prática ritualizada que envolve matar de uma mesma forma, pessoas que possuem características comuns. Essa forma de matar, seguindo um ritual e 'elegendo' vítimas segundo uma determinada tipologia física, etária, social e econômica se filia aos sentidos do que se denominou 'assassinos seriais'. No caso em estudo, as vítimas do periciando eram mulheres, pertencendo a uma determinada classe social, a uma determinada faixa etária e com aparência física comuns.

Palomba (1996) afirma que a denominação 'assassino serial' nasceu com a imprensa americana – serial killer – tomando o sentido atribuído ao substantivo 'serial' em inglês que se refere ao que é publicado em série (revistas, periódicos, etc.). Trata-se, pois, de 'assassinos que matam várias pessoas, cuja ação indica uma certa constância nos procedimentos, meios e fins'. Segundo o autor pode-se encontrar assassinos seriais doentes mentais e assassinos seriais fronteiriços. Alguns aspectos os diferenciam: os assassinos seriais doentes mentais matam várias pessoas de uma só vez ou alternando em curtos intervalos de tempo, não se preocupam em ocultar o cadáver, apresentam uma ruptura bastante pronunciada com a realidade, suas ações são bruscas, impulsivas, de extrema violência, originárias de alucinações e de delírios. Os assassinos seriais doentes mentais fronteiriços, ao contrário, mostram-se como aparentemente normais, são inteligentes, matam a intervalos regulares, ocultam os cadáveres, planejam seus crimes, dissimulam e ocultam-se para não serem descobertos. A ação é fria, cruel, insensível, perversa e egoísta. Apresentam falta de senso moral e afetividade subdesenvolvida. Então, o que o autor afirma é que todo assassino serial é doente mental e o que varia é a natureza da doença, ou seja, nalguns a necessidade de matar

em série se faz por uma doença mental mais externalizada, mais visível tanto na aparência como nos comportamentos em geral (assassinos seriais doentes mentais), nos outros a doença mental não é tão visível o que os tornam 'aparentemente' normais (assassinos seriais doentes mentais fronteirços).

Quando a denúncia traz que o periciando 'agiu por motivo torpe e meio cruel', o que se coloca é que as razões dos homicídios não têm uma causa, um motivo, uma justificativa (pelo menos aparente) para a sua ação.

Vejamos o que o dicionário Aurélio Eletrônico apresenta como significados para o verbete '**torpe**' (do latim 'turpe'): 1) desonesto, impudico; 2) infame, vil, abjeto, ignóbil; 3) repugnante, nojento, asqueroso, ascoso; 4) obsceno, indecente; 5) manchado, enodado, maculado.

Se tomarmos os significados do que a denúncia coloca como 'motivação torpe' do periciando o que se mobiliza são exatamente aqueles sentidos que vinculam os crimes cometidos a uma ilicitude, a um comportamento criminalizado. Vejamos então, que não há maneira discursiva de se ler a etimologia da palavra 'torpe'. Ela está construída na textualidade, ou seja, no discurso do laudo e nele, diferentemente do dicionário, passa a significar um comportamento que se direciona para o ilícito, para a criminalidade. Esse significado se autoriza, pois, no jogo de sentido do próprio laudo. A palavra 'torpe' funciona, então, como lugar de negação da possibilidade da loucura e afirmação da ilicitude como justificativa para os atos do periciando. Se, por outro lado, a motivação se vinculasse de uma insanidade, de uma loucura, haveria, para a cultura ocidental, uma lógica, uma razão, uma explicação cujos sentidos se filiariam a uma (des)razão, contudo, inteligíveis e aceitáveis como razões para os crimes cometidos.

Qualquer homicídio é tomado como ilegal – 'todos têm direito à vida' – e nenhuma causa por mais plausível que pareça retira do crime o caráter de 'ação lesiva à lei'. Contudo, alguns crimes ganham o caráter de legitimidade e o praticante pode, inclusive, sair livre de imputação penal. Reportamo-nos aos crimes cometidos em 'legítima defesa da honra', em 'legítima defesa' de uma ameaça que se coloca como imperiosa, etc. Tais tipos de homicídios, ainda que ilegais, são reconhecidos como legítimos e se explicam por razões, por motivações que parecem justificáveis à nossa lógica judicial. O mesmo se aplica, tanto no discurso leigo

quanto no discurso jurídico, aos crimes cometidos sob a égide de uma loucura. Há, portanto, um apagamento do crime em detrimento da loucura. Apesar de tais tipos de crimes não se enquadrarem nem no que se consagrou como legal e nem no que se constituiu como legítimo, os crimes cometidos por indivíduos sob a suspeição de uma loucura são, em certa medida, apagados tanto popularmente quanto juridicamente, pois a compreensão de ambos os tipos de discurso é a de que o praticante de tais crimes não tinha capacidade de compreender e de determinar-se sobre a ação cometida.

'Agir por motivo torpe', entretanto, produz exatamente o efeito de que nenhum motivo, nenhuma forte emoção circunstancial, nenhuma loucura mobilizou de tal forma o periciando levando-o a cometer os crimes. Assim, ele não estava, 'à época do cometimento do delito', eliminando uma ameaça real, não estava preservando a sua honra, nem tampouco estava acometido de uma loucura, conforme aponta a análise que vimos fazendo sobre a direção dada pelos peritos aos comportamentos do periciando. Ou seja, ele não tinha razões para matar. Ele matou mulheres que nenhum tipo de dano lhe ocasionaram, mulheres que nem mesmo conhecia. Além disso ele foi cruel com as suas vítimas, agrediu-as física e verbalmente, abusou sexualmente delas, esganou-as até a morte e, ainda, vilipendiou e ocultou os seus cadáveres, como veremos logo abaixo na 'morfologia delitiva' que desenvolveu para praticar seus crimes. Ora, afirmar pois as (des)razões do crime e o grau de crueldade com que eles foram praticados, juntamente com o fato de que sua ação seguramente era motivada por intenções homicidas, guarda com a memória discursiva da loucura uma relação direta, embora tal aspecto não esteja formalmente formulado, pois os peritos inscrevem, como já dissemos, o comportamento do periciando numa atitude criminalizada, numa ilicitude. Matar pela necessidade de matar, como já dissemos, não tem espaço na capacidade de interpretação ocidental, a não ser que se explique, imediatamente, tal necessidade como patológica, some-se a isso o fato de que a necessidade não abarca só a morte. A necessidade inclui a morte de uma determinada maneira, seguindo um determinado tipo de ritual, que em síntese, provoca dor e sofrimento antes que a morte se confirme de fato. Nesse confronto do que é razoável para a lei e a ciência, essa (des)razão não se enquadra, essa necessidade não se explica. É por essa razão que a loucura como motivação para os crimes cometidos não se afirma por: 'agiu por motivos mentalmente adoecidos, portanto por meios cruéis'. O que se afirma é 'agiu por motivo torpe e

meio cruel', onde 'torpe' diz de uma ilicitude, de uma atitude criminalizada e não de uma doença mental. Segundo os significados atribuídos pelo dicionário, ao afirmar algum motivo como '**torpe**' o que se promove é um julgamento de valor: o motivo de tal ação (os crimes) foi desonesto, impudico, infame, vil, abjeto, ignóbil, repugnante, nojento, asqueroso, ascoso, obsceno, indecente, etc. O que se afirma, então, é a motivação do periciando para matar: uma motivação ilícita e criminoso. Assim, o que se promove é um juízo de valor sobre a motivação: entre o certo e o errado, o lícito e o ilícito, o legal e o legítimo. Esse julgamento de valor, que se instala através do discurso da moral social, é justamente o que determina a motivação do periciando como ilícita, como criminalizada.

Queremos retomar aqui a história de vida do periciando para lembrar que o que marcadamente se afirmou nela, foi uma indisciplina nos mais diferentes graus que promoveu uma dificuldade crônica de adaptar-se às normas sociais, juntamente com um marcado insucesso nas relações heterossexuais. Poderíamos supor, então que a 'escolha' das vítimas, a intenção homicida e os requintes de crueldade na satisfação da necessidade de matar pessoas do sexo feminino se explique por essa motivação 'torpe', por essa ilicitude, por essa atitude criminalizada?

Vejamos o recorte no qual os peritos formulam sua 'morfologia delitiva ou modus operandi':

'A análise dos depoimentos prestados pelas vítimas e pela confissão do examinado permite a estes peritos estabelecer a morfologia delitiva ou modus operandi do examinado: a) Seleção da possível vítima em locais públicos; b) Abordagem verbal através da qual conseguia convencer as vítimas, sob promessa de dinheiro e fama, a serem fotografadas para comerciais de cosméticos ou participarem de um acampamento próximo ao Zoológico. (apenas uma vítima refere o emprego de arma para intimidação); c) Entrada no Parque do Estado quando, livre da possibilidade de ser surpreendido por alguém "transformava-se" e passava a agredir física e verbalmente as vítimas, dando início à prática de atos libidinosos consistentes em, mordidas no corpo das vitimas, coito anal e oral e conjunção carnal mediante violência todos com crueldade e sofrimento desnecessário infringido às vítimas; d) Morte

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

por asfixia mecânica (estrangulamento ou esganadura) ou liberação da vítima; e) Nos casos de morte vilipêndio e ocultação do cadáver' (LP. p. 8).

Ao estabelecer como primeiro passo da morfologia delitiva a 'seleção da possível vítima', o que se afirma é que a 'intenção homicida' é seletiva, ou seja, a necessidade de matar não é indistinta, ela tem um alvo certo, isto é, o periciando tem necessidade de matar determinado tipo de mulher. Uma vez 'eleita' a mulher que se adequava ao perfil alvo do periciando, ele passava a uma outra etapa do seu ritual: convencer as vítimas a acompanhá-lo. Vejamos que o emprego da forma verbal composta '**conseguir convencer**' afirma a capacidade de persuasão verbal do periciando. Observemos que se a formulação trouxesse só o verbo convencer:

'abordagem verbal através da qual **convencia** as vítimas'

produz menos efeito da capacidade verbal de convencimento do que 'conseguia convencer'. Assim, para além de formular um dos passos da morfologia delitiva, se exalta a habilidade verbal, a capacidade de convencimento, a habilidade de persuasão do periciando. Ainda que os argumentos para o convencimento das vítimas sejam todos mentirosos:

'sob **promessa de dinheiro e fama**, a serem fotografadas para comerciais de cosméticos ou participarem de um acampamento próximo ao Zoológico'.

Então, não se afirma só a habilidade verbal de convencimento do periciando, mas também a capacidade de convencer pela mentira, pelo engodo, pelo engano. O que se afirma, para além de um dos passos da morfologia delitiva, é um sujeito que, por um lado apresenta um comportamento saudável e intelectualizado (pela habilidade oral de convencimento) e por outro, um comportamento ludibriador, enganador, mentiroso que para atingir um determinado fim (convencer as moças a acompanhá-lo) recorre a meios ilícitos, desviantes. Os mesmos meios que o motivaram a agir ilicitamente (dinheiro e fama).

Retomemos o que foi afirmado com relação às práticas homossexuais. O periciando, igualmente, as usava para, através de meios ilícitos (prestava-se à felação na forma passiva, numa atitude prostituída), obter os fins que lhe convinham (doces, balas, moradia, presentes, noutras palavras, dinheiro e fama). O mesmo pode ser verificado também durante sua vida militar quando, ao ocupar a função de 'rancheiro', 'comprou' regalias e exerceu influências com porções alimentares extra aos seus pares e superiores. Ora, tudo isso nos leva a depreender entre os sentidos que produzem o estabelecimento da sua morfologia delitiva, aqueles que apontam para um comportamento sabiamente persuasivo, cujo poder de convencimento recorre, no mais das vezes, a meios ilícitos para conseguir alcançar os fins que almeja.

Observemos o trecho que apresenta o passo seguinte da morfologia delitiva do periciando:

'entrada no Parque do Estado quando, livre da possibilidade de ser surpreendido por alguém "transformava-se" e passava a agredir física e verbalmente as vítimas, dando início à pratica de atos libidinosos consistentes em, mordidas no corpo das vitimas, coito anal e oral e conjunção carnal mediante violência todos com crueidade e sofrimento desnecessário infringido às vítimas'.

Ao formular que o periciando 'transformava-se quando livre da possibilidade de ser surpreendido por alguém', toda uma capacidade de planejar, de estudar, de calcular é afirmada mobilizando sentidos da adoção de uma tática que envolve dissimulação, inteligência e premeditação, conforme assinala Palomba sobre os 'modus operandi' dos assassinos seriais fronteiriços. Assim, 'transformar-se' em um momento certo, oportuno, somados à 'intenção homicida' inscreve tal funcionamento do sujeito no que a memória de dizer o assassino serial doente mental fronteiriço tem configurado.

Ao adotar a palavra "**transformava-se**" entre aspas, os peritos destacam-na e chamam a atenção do leitor do laudo para ela. Ela tanto atenta para as características do comportamento do assassino serial que se transforma em decorrência da astúcia e da perspicácia de antever e premeditar o melhor momento para a transformação, como alude a um

termo adotado pelo próprio periciando. Ao descrever o que se passava com ele quando dentro das matas do Parque do Estado com suas vítimas, o periciando afirmava que alguma coisa ruim acontecia e ele se 'transformava'. No último caso – o qual assegura no 'transformava-se' entre aspas, o lugar de suspeição da fala do periciando – os peritos afirmam mais fortemente a premeditação, embora uma inscrição na insanidade fique também assegurada, pois o fato de premeditar, de calcular quem abordar, como abordar, o que dizer até 'conseguir convencer' não apaga nessa 'transformação' oportuna, astuta, calculada os traços de inscrição num comportamento insano, ou seja, ações inteligentes, capacidade de planejamento e de dissimulação e até mesmo a consciência da necessidade de ocultar-se para que não seja descoberto faz parte do quadro sindrômico, caracterológico de um tipo de psicopatologia descrito como sendo comum ao assassino serial doente mental fronteiro.

No entanto, o 'transformava-se' inscreve-se em diferentes sentidos, dependendo da posição sujeito que o interpreta. Na reportagem 'Maior que a maldade' publicada na revista Isto é de 19/08/1998 (Isto é – 1507 – 1998) o promotor Edilson Bonfim, do 1º Tribunal do Júri - que vai atuar nos processos como acusação, inscreve a 'transformação' do periciando numa intenção de 'passar-se por insano para livrar da penitenciária de onde seria difícil fugir'. Afirmar, dessa forma, que a loucura do periciando é oportunista com dia e local predeterminado. Assim, afirma ainda que o periciando 'é um criminoso comum que não tem respeito pela vida humana'. Na mesma reportagem o psiquiatra forense Palomba toma a 'transformação' como decorrente do momento em que o periciando cruza a fronteira entre a sanidade e a insanidade, assim afirma que ele 'nem é doente, nem é normal, ele é um fronteiro e nesse caso poderá ser condenado através de pena corporal ou absolvido e aplicada medida de segurança, o que o coloca na condição de semi-imputável'. Numa reportagem publicada no número anterior da mesma revista, a advogada de defesa do periciando – Maria Elisa Munhol – afirma que o seu cliente deverá ser tratado medicamente, pois 'trata-se de uma pessoa doente que se 'transforma' e mata por uma necessidade patológica'. Nessa mesma reportagem o psicólogo Jacob Pinheiro Goldberg, autor do livro 'Psicologia da Agressividade' afirma que 'a motivação para os crimes é desconhecida pelo próprio periciando, tratando-se de um sóciopata, de um vingador da espécie feminina. Recorrendo à visão bíblica do pecado de Eva, onde a mulher se coloca desde então como culpada pelos pecados do homem, o psicólogo

explica que a mulher era tomada pelo periciando como culpada dos seus erros, assim a 'transformação' seguia um script predeterminado, repetitivo e obsessivo' (Revista Isto é – 1506 – 1998).

Ora, parece que o 'transformava-se' destacado no texto pelos peritos produz o efeito das possibilidades de deriva que a palavra abarca. Dessa forma, ela tanto pode ir na direção de uma intencionalidade, de uma consciência do periciando, o que coloca a sua 'transformação' em suspeição, como assegura também a manifestação da loucura, da insanidade, da falta de controle do periciando sobre sua própria vontade e sobre essa 'transformação'.

Contudo, o sentido que os peritos produzem ao colocar o 'transformava-se' entre aspas é aquele que, na relação com a capacidade intelectual de 'conseguir convencer', da consciência, do cálculo e da premeditação do momento oportuno para 'transformar-se', inscreve tal ação mais numa ilicitude, num comportamento criminalizado, do que propriamente na loucura, embora a latência de um comportamento inscrito numa insanidade não possa ser completamente apagada.

Retomemos o que vem sendo afirmado: a vítima era selecionada, para convencer suas vítimas dispunha de uma capacidade incontestada de persuasão, convencia-as através de mentiras e transformava-se apenas e tão somente quando lhe era conveniente transformar-se, quando estava seguro de que não seria flagrado por alguém. Longe da possibilidade de ser flagrado ele "transformava-se" e colocava em prática a razão, o objetivo, a finalidade que fez com que ele planejasse meticulosamente cada passo. Ora, é para essa direção que aponta o "transformava-se" entre aspas: todo um planejamento que vai desde as características das vítimas (seleção), até o cálculo de cada palavra que deve ser dita para conseguir convencer (abordagem verbal), chegando, finalmente, a uma 'transformação' que só ocorre no momento de maior conveniência: 'quando livre da possibilidade de ser surpreendido por alguém'. Só depois de garantir a sua própria segurança o periciando "transformava-se" e 'passava a agredir física e verbalmente as vítimas, dando início a atos libidinosos consistindo em mordidas no corpo das vítimas, coito oral e anal e conjunção carnal mediante violência, todos com crueldade e sofrimento desnecessário às vítimas'. Contudo, todo esse planejamento ardiloso

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

não exime o periciando da loucura, posto que é, tais características são, inclusive, arrolados como pertencendo a uma determinada forma de loucura.

Vejamos um aspecto interessante que traz a formulação do próximo passo do periciando:

'morte por asfixia mecânica (estrangulamento ou esganadura) **ou** liberação da vítima'.

Observemos que o periciando mata por asfixia mecânica **ou** libera a vítima. Ora, se as formulações vêm afirmando que o periciando 'age com intenção homicida' como pode alguém cuja intenção é matar, liberar a sua vítima? Parece que a intenção do periciando não é, objetivamente, o homicídio de mulheres, senão algum tipo de ganho (prazer, vingança, castigo, subjugo, etc.) que o tratamento cruel que ele dispensa a elas possa lhe propiciar. Assim, após expô-las ao sofrimento físico e moral, matá-las **ou** liberá-las passa a ser uma consequência. Matar ou libertar, então, estaria em relação direta com o nível de satisfação do objetivo buscado. Daí liberar algumas mulheres - quando o nível de satisfação buscada foi atingido - ou matá-las e continuar a prática de maltratos até após a morte da vítima (vilipêndio e ocultação de cadáver) - quando o nível de satisfação buscada não foi atingido.

Vejamos alguns depoimentos de vítimas que foram liberadas pelo periciando:

'C.V.P. caminhava pelo Parque do Ibirapuera em novembro do ano passado quando um desconhecido de patins a abordou. Moreno, estatura mediana, sardas no peito e no rosto e cabelos encaracolados. Achando que fosse uma cantada não deu bola. Ele insistiu. Disse que trabalhava para a Avon e recrutava moças bonitas para a carreira de manequim. A convidou para uma sessão de fotos nas imediações do zoológico com o Parque do Estado. Assegurou que mais tarde duas moças iriam atrás. Foram na frente. Tirou os patins e pilotou a moto descalço. Caminharam quase 15 minutos por uma trilha em mata fechada. Ela passou a desconfiar. Quis fugir, escorregou na trilha cheia de lama. Ele a agarrou por trás e lhe aplicou uma gravata. Ela gritou. "Cala a boca, sua vagabunda, filha da puta. Você quer desfilar? Vai desfilar na minha rola. Sou um psicopata. Não sou um bandidinho qualquer. Já matei muitas

por aqui." Mandou-a tirar o sutiã e começou a tocar e chupar os seios dela. Obrigou-a a ficar só de calcinha. Quando percebeu que seria estuprada, inventou que estava grávida e que tinha o vírus HIV. De joelhos, foi obrigada a fazer sexo oral. "Ele não tinha ereção." Ele tirou as alças da bolsa dela e a amarrou em uma árvore. Disse que só não a matou porque foi boazinha, deu pouco trabalho e ficou quieta. "Eu tinha uma namorada de quem gostava muito, mas ela me deixou e eu faço isso para me vingar de todas as mulheres que não prestam." Ela conseguiu desatar as amarras, se vestiu, seguiu a trilha de volta e avistou um grupo de pessoas que a socorreram'. (C.V.P., 22 anos)

'B.N. estava na fila de um cartório em junho do ano passado. Um rapaz com roupa preta impermeável de motoqueiro se identificou como Jules e perguntou se ela já tinha feito curso de modelo. Pediu suas medidas e o telefone. Disse que era um representante da Avon e que ela poderia ser fotografada para um catálogo. Pelo serviço, receberia R\$ 200 e ele ganharia R\$ 150 de comissão. Ela recusou, mas ele era insistente e ela lhe deu o telefone. Ele ligou dias depois e convenceu-a a ir até a floresta onde se encontrariam com a equipe de produção. A chefe de B. achou o telefonema uma loucura, pois corria o risco de ser estuprada. Por precaução, B. pegou uma faca do refeitório e a colocou na bolsa. "Jules" disse a ela que iriam na moto dele. Seguiram em direção ao zoológico pela avenida Miguel Stéfano. Logo depois ela viu uma placa escrito "Diadema", pararam e ele ordenou que B. caminhasse pela mata. Desconfiada, B. sacou da faca. Quando chegaram a uma clareira, Jules tirou uma bermuda da mochila e ordenou que B. a vestisse e exibisse a peça para ele. E a agarrou: "Ah, sua bobinha, te enganei." Passou a esbofeteá-la gritando: "Sua puta, vaca, galinha, sem-vergonha, vadia." Obrigou-a a ajoelhar-se e a chupar o seu pênis. B. fez sexo oral com nojo porque ele exalava um mau cheiro. Notou que a ereção não era forte e que uma pele cobria o pênis de Jules. Ele a mordeu e fez sexo anal em B. Quando pensou que seu martírio havia acabado, ele amarrou as mãos dela para trás com uma corda. B. fingiu um desmaio, caiu no chão, mas não conseguiu enganá-lo. Ele passou a morder os seios dela com força. Deitou por cima de B., mas seu pênis não ficou ereto. Pegou outra corda da mochila e disse que como ela havia sido boazinha ele iria amarrar suas mãos bem frouxo. Depois que ele sumiu, B. correu'. (B.N., 23 anos).

'T. W. caminhava pelo centro da cidade quando foi abordada por um "coreógrafo da Avon chamado Luiz Carlos". Elogiou sua beleza e perguntou se gostaria de participar de um desfile. Marcaram encontro no mesmo local no dia seguinte. Foram para a divisa de Diadema. Quando chegaram, T. reclamou do local e levou um soco no rosto. "Sou uma pessoa doente, profissional, fique quieta senão torço seu pescoço e te mato", disse. Caminharam cerca de 40 minutos. Mandou que T. deitasse, se jogou sobre ela, tirou suas roupas e tentou fazer sexo anal, porém não teve ereção. Passou a morder as nádegas e os seios de T. e a obrigou a fazer sexo oral e a desfilar para ele com as roupas que levava. Ele passava as mãos pelo pescoço dela como se quisesse estrangulá-la. Disse que tinha sido boazinha e não merecia morrer, mas não deveria mais acreditar nas pessoas'. (T.W., 22 anos). (Revista Isto é – 1506 – 1998).

Por 'razões que a própria razão desconhece', ou melhor, a ciência desconhece, o periciando liberou algumas vítimas, fazendo supor que uma necessidade maior que a de apenas matar se ancorava em outros motivos. Esse fato nos leva a pensar que os peritos, atravessados por um lugar de inscrição priorizam esse aspecto como sendo o mais significativo na descrição da morfologia delitiva, quando a 'transformação' pode recair sobre necessidades nas quais matar ou liberar depende do grau de consecução da mesma.

Isso nos leva a propor assim, um outro caminho possível para a morfologia delitiva, quando o lugar de inscrição, diferentemente do dos peritos poderia tomar as (des)razões que motivaram o periciando como foco dos sentidos: a) seleção da vítima; b) convencimento da vítima em acompanhá-lo às matas do Parque do Estado; c) exposição das vítimas à dor através de sofrimentos físicos e morais; d) morte ou liberação da vítima; e) vilipêndio e ocultação dos cadáveres das vítimas mortas.

Tomamos esse caminho possível de constituição da morfologia delitiva para dar visibilidade ao lugar de inscrição dos peritos que se mostra na formulação do o 3º passo do periciando:

'entrada no Parque do Estado quando, livre da possibilidade de ser surpreendido por alguém "transformava-se" e passava a agredir física e verbalmente as vítimas, dando início à prática de atos libidinosos consistentes em, mordidas no corpo das vítimas, coito anal e oral e conjunção carnal mediante violência todos com crueidade e sofrimento desnecessário infringido às vítimas'.

A construção iniciada pela formulação que afirma a intenção do periciando em procurar um lugar para ele 'transformar-se' com segurança, apaga, em certa medida, um aspecto que pode ser significativo na morfologia delitiva do periciando: a necessidade de expor suas vítimas a atos de violência, crueldade e sofrimento, de tal ordem, que podem levá-las à morte. Isto é, a posição sujeito perito fundada numa suspeitabilidade constitutiva da fala do periciando, toma o fato do periciando 'transformar-se' como foco de sua interpretação e apaga, em certa medida, aspectos que podem ser significativos na morfologia delitiva: os sentidos que constituem as personalidades transtornadas como caracterizadas por necessidades que, na maioria das vezes, se satisfazem com práticas violentas, cruéis e com exposição das vítimas a um grau de sofrimento desnecessário.

Observemos, pois, que ao apontar a interpretação para o 'transformava-se' como lugar de premeditação, o que se formula é uma suspeição da fala do periciando que na relação com os atos violentos, cruéis e a exposição de suas vítimas a um sofrimento desnecessário, configura uma atitude ainda mais criminalizada e ilícita, do que propriamente insana.

Vejamos o que os peritos recortam do Relatório Final do DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa):

'Dentre as vítimas a DESCONHECIDA - F.F. 2391/98, cujo inquérito policial foi instaurado por esta especializada ... onde o indiciado confessou a autoria do delito, mas desconhece o nome e demais dados da vítima, apenas afirmou que "o corpo encontrado nas proximidades do corpo de ROSA ALVES NETA, admite também ter matado aquela moça, recordando-se apenas que abordou-a no Parque do Ibirapuera, não se recordando a data, citando apenas os trajés da mesma como sendo calça jeans, blazer na cor bege e meias pretas,

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

confessando ainda que deu fim a sua vida da mesma forma que praticou contra Rosa, também não mantendo relações sexuais com ela' (LP. p. 9).

Vejamos como a formulação no relatório final do DHPP, recortado pelos peritos, dá ênfase à confissão do crime:

'o indiciado confessou a autoria do delito' ... 'admite **também** ter matado aquela moça' ... 'confessando **ainda** que deu fim a sua vida da mesma forma que praticou contra Rosa'.

Ao mesmo tempo o recorte do relatório traz o que o periciando afirma não se recordar:

'recordando-se **apenas** que abordou-a no Parque do Ibirapuera' ... 'não se recordando a data' ... 'citando **apenas** os trajes da mesma'.

Nos trechos relativos à confissão do periciando, a formulação se marca, com frequência, pelo **também** e pelo **ainda**. O funcionamento dessas expressões apontam para o a mais que o periciando confessou: ele confessou ter matado, admitiu também e confessou ainda. Ou seja, 'o indiciado confessou a autoria do delito' ... 'admite também ter matado aquela moça' ... 'confessando ainda que deu fim a sua vida da mesma forma que praticou contra Rosa'. Esse ato de confissão não se restringe a esse processo, ele é extensivo à admissão, à confissão no processo anterior, como é extensivo também à forma de prática dos dois crimes, tanto neste quanto no processo anterior. O '**também**' e o '**ainda**' são as palavras que afirmam tanto os dois crimes quanto a morfologia delitiva de ambos.

Em oposição a esse funcionamento, nos trechos relativos àquilo que o periciando se recorda o **apenas** afirma o caráter seletivo daquilo que o periciando se recorda ou não: afirmou apenas (que o corpo encontrado próximo ao de outra vítima sua também fora morta por ele) recordou apenas (o local da abordagem – Parque do Ibirapuera), citando apenas (os trajes que ela usava). A seletividade da capacidade de recordação do periciando, funciona no apenas como lugar de manifestação daquilo que ele não pode se recordar (não recorda) e o

pouco que ele recorda (recorda apenas): 'recordando-se apenas que abordou-a no Parque do Ibirapuera' ... 'não se recordando a data' ... 'citando apenas os trajes da mesma'. Tanto o pouco, o só que se recorda, quanto o que não se recorda jogam com o também e o ainda, uma vez que 'confessar também e confessar ainda' exigem uma atividade mental ligadas à memória de evocação. Ora, isso posto, o que aponta é uma capacidade de recordação seletiva que lembra dos crimes e do modo de praticá-los, mas não se lembra de maiores detalhes, de dados que possam ajudar a investigação policial a incriminá-lo, a atribuir a ele o crime. Já vimos afirmando que um processo de investigação de crime não significa a comprovação necessária do mesmo. No entanto, o julgamento só será levado a termo, quando se constituírem provas cabais da autoria do crime. Nesse sentido, o jogo que se estabelece entre o que o periciando lembra através do ainda e do também e o que ele não se lembra (a data) ou o pouco que se lembra, através do apenas (o local de abordagem e o traje) afirmam não só uma seletividade na capacidade de lembrança como também afirma a ineficiência da informação para uma incriminação definitiva. Lembremos que a higidez mental do periciando está em suspeição, assim, confessar que matou e como matou, mas recordar apenas ou não se recordar de mais dados que possam ajudar na atribuição de autoria do crime, são informações que, para o discurso jurídico, produzem poucas condições de estabelecer entre o crime e o autor uma relação de verdade incontestada e irrefutável, através de provas inquestionáveis.

Vejamos o recorte em que os peritos apresentam a versão que o acusado (periciando) dá a eles:

'No presente exame, diferentemente do anterior, realizado na Casa de Custódia e Tratamento Dr. Arnaldo Amado Ferreira de Taubaté, o periciando nega a autoria do assassinato da desconhecida do sexo feminino, estando esta versão concorde com o depoimento prestado em Juízo, já assinalado acima. Os peritos esclarecem que no exame anterior o periciando relatara que nenhuma das vítimas que com ele entraram no Parque saiu viva ... Alega não negar a autoria, mas sim não se recordar dos fatos' (LP. p. 10).

Antes de iniciarmos a análise desse recorte queremos fazer dois esclarecimentos:

1) este laudo se instalou para verificar a higidez mental do periciando, com relação a um

segundo crime, possivelmente praticado por ele. Trata-se, portanto, de verificar a autoria (por parte da instituição jurídica) e de verificar as condições mentais do periciando (por parte dos peritos). Assim, os exames constantes deste laudo (que investigam as condições mentais do periciando frente ao cometimento do crime de uma desconhecida do sexo feminino que foi morta e encontrada no mesmo local e com a mesma morfologia delitiva que a vítima do exame anterior – Rosa Alves Neta), fazem constantes referências ao laudo e ao processo anterior. 2) o trecho do recorte 'estando esta versão concorde com o depoimento prestado em juízo, já assinalado acima' refere-se ao recorte que os peritos trazem do Interrogatório Judicial e que, no laudo, vem na seqüência do Inquérito Policial e antes da Versão do Acusado aos Peritos' (recorte que passaremos a analisar agora). Essa alteração que fizemos da ordem de apresentação do laudo (trazer o Inquérito Judicial depois da Versão do Acusado aos Peritos) se faz em função do fato de que no Interrogatório Judicial, a fala do periciando está em discurso direto e esse dado nos parece significativo para mostrar o funcionamento da fala do periciando (tomada no laudo como um dos objetos de avaliação por parte dos peritos) no jogo que se estabelece e nos sentidos que se instituem quando o periciando é **falado pelos peritos** (discurso relatado) e quando sua **fala é reproduzida** (discurso direto). Feitos os esclarecimentos necessários, passemos à análise do recorte:

No presente exame (que verifica as condições mentais do periciando quando assassinou a desconhecida do sexo feminino) diferentemente do anterior (que avaliou as condições mentais do periciando quando matou Rosa Alves Neta), o periciando nega a autoria do assassinato da desconhecida do sexo feminino'.

Mais do que informar sobre a possível autoria dos assassinatos, o que o recorte afirma é que em um dos exames o periciando **confessa** (no exame anterior) e no outro ele **nega** (no presente exame). O que afirma a confissão no exame anterior e a negação da autoria no presente processo é marcado pelo diferentemente. Mas, além de indicar a confissão do periciando num processo e no outro não ('nega a autoria'), o que o 'diferentemente' abarca é o comportamento que muda, que é diferente numa situação e noutra, que confessa numa situação e nega na outra. Contudo, se confessou, se assumiu a autoria do assassinato no

primeiro processo, a negação da autoria no segundo processo vem marcada pelo 'diferentemente', no sentido de colocar sobre a negação da autoria do crime atual uma suspeição: **negar a autoria é o diferente**, o inesperado, pois se o corpo foi encontrado próximo ao local onde fora encontrada a primeira vítima, se as condições gerais do cadáver indicava uma prática semelhante à adotada pelo periciando frente à sua primeira vítima, se ele confessou ter matado a primeira vítima, então, o que se esperava, o que deveria igualmente acontecer seria a confissão do segundo assassinato. Mas o periciando nega a autoria, não só para os peritos, mas também para o juiz: 'estando esta versão concorde com o depoimento prestado em Juízo, já assinalado acima'. Por razões já explicadas o depoimento prestado em juízo (Inquérito Judicial) não aparece acima e sim será o primeiro recorte tratado no item que denominamos: 'A voz inaudível do periciando'.

O aspecto que parece significativo desse trecho é o da afirmação de que o periciando **nega o crime atual**, tanto para os peritos como para o juiz. Ao estabelecer uma relação da negação do crime atual com a confissão do crime anterior, o '**diferentemente**'(re)instala o sentido da suspeitabilidade que constitui a posição perito com relação à fala do periciando, bem como reforça a possibilidade de autoria em ambos os crimes.

Tomemos mais um trecho do recorte acima:

'Os peritos **esclarecem** que no exame anterior o periciando relatara que **nenhuma das vítimas que com ele entraram no Parque saiu viva ... Alega não negar a autoria, mas sim não se recordar dos fatos**'.

Ao utilizarem o verbo '**esclarecem**' os peritos afirmam a sua posição no laudo: os que instruem, informam, esclarecem. O '**esclarecem**' assegura não só o lugar da posição sujeito perito no laudo, como acentua toda a possibilidade de falácia da fala do periciando. Ao afirmarem, ao '**esclarecerem**' que 'o periciando relatara que nenhuma das vítimas saiu viva do Parque' o que os peritos, enquanto **fala autorizada** afirmam é que num exame anterior o periciando não só confessara aquele crime como relatara que nenhuma de suas vítimas saíra viva. O funcionamento da **fala autorizada dos peritos**, através do 'diferentemente' e do 'esclarecem', produz estranhamento e instala a dúvida do porquê da diferença. Ora, todo o

recorte ao inscrever a fala do perito numa suspeitabilidade sobre a fala do periciando filiam os sentidos da possibilidade da não recordação do cometimento do crime atual no funcionamento constitutivo da fala do periciando no laudo: uma fala tomada como objeto para avaliação, cuja dinâmica se institui, enquanto efeito, pela possibilidade constante, do engano, do ludibriar.

É interessante observar que os próprios peritos ao reconstituírem a ‘morfologia delitiva’ do periciando se valem de depoimentos prestados por vítimas que foram **liberadas** por ele. Contudo, se embasam no que o periciando anteriormente enunciara: ‘nenhuma das vítimas que com ele entraram no Parque saiu viva’ para produzir os efeitos de que o ‘não se recordar dos fatos’ traz a possibilidade da dúvida.

VII - A VOZ INAUDÍVEL DO PERICIANDO

Vimos anunciando o recorte que os peritos trazem do Interrogatório Judicial para o laudo e em função do mesmo ter sido mencionado no recorte anterior, acabamos por nos referir a ele mais do que pretendíamos. Poderíamos tê-lo apresentado imediatamente no momento em que foi mencionado, mas optamos por não fazê-lo, em função do entendimento de que esse recorte representa um lugar importante de análise, pois pela primeira e única vez no laudo, a fala do periciando é transcrita, ele fala por ele mesmo e não é falado pelos peritos. Tomar contato com a fala do próprio periciando (discurso direto) com certeza traz sentidos diferentes daqueles colocados pelos peritos. Ao tomar a fala do periciando, enquanto discurso relatado, os peritos fazem dessa fala um dos seus objetos de avaliação, interpretam e tomam essa fala em nome de suas inscrições histórico-ideológicas. Vamos, então, ao único recorte do laudo que traz o periciando falado por ele mesmo:

‘J: ... Dessa vítima desconhecida e que você matou-a da mesma forma que matou ROSA, estrangulando-a, esganando-a com as mãos, porém antes beijou-a, acariciou-a também, e não se recorda de mais dados que possam facilitar a identificação desta moça". Você se lembra disso, o cadáver estava próximo ao cadáver da Rosa, se lembra? D: Não, não lembro. J: Desse o Sr. não se recorda? D: Não. J: Você não se recorda ou você nega? D: Não, eu não nego, eu não me recordo. J: Você não se recorda? D: Não senhor ... J: Você não descarta que possa a ter matado? D: Isso, exatamente ... J: Agora eu queria, terminando já o seu interrogatório, deixar alguns minutos para, caso você querer falar alguma coisa no final, ou é só isso mesmo? D: eu só queria deixar claro que as coisas que eu fiz são atos abomináveis e eu me vejo em direito de viver nessa carne que eu tenho, que Deus me deu. Eu estou vivo até hoje por ele, ele quer que eu esteja vivo até agora, até o momento em que chegar a minha hora, assim como chegou a hora delas também, que não foi uma coisa que aconteceu certa na vida delas, mas elas se defrontaram na minha frente eu não tenho angústia e raiva nenhuma, porque o mundo que eu vivi ai fora, ele foi lindo e maravilhoso, eu amei o mundo e a liberdade que eu tive ... porque eu entrei em caminhos errados na

minha vida'. LP. p. 9, 10).

Observemos que a primeira parte do interrogatório feito pelo juiz se dá no sentido de afirmar o crime antes que a pergunta de fato seja formulada:

'Dessa vítima desconhecida e que você matou-a da mesma forma que matou ROSA, estrangulando-a, esganando-a com as mãos, porém antes beijou-a, acariciou-a também, e não se recorda de mais dados que possam facilitar a identificação desta moça. Você se lembra disso, o cadáver estava próximo ao cadáver da Rosa, se lembra?'.

O juiz faz três afirmações na primeira pergunta: afirma os dois crimes ('dessa vítima desconhecida e que você matou-a da mesma forma que matou Rosa'), afirma a morfologia delitiva ('estrangulando-a, esganando-a com as mãos, porém antes beijou-a, acariciou-a também') e afirma que o periciando não se recorda de mais dados para facilitar a identificação ('e não se recorda de mais dados que possam facilitar a identificação desta moça'). Nessa primeira parte do Interrogatório Judicial são feitas, pois, três afirmações sem que nenhuma pergunta tenha sido formulada. Como se relatasse ao periciando, a primeira parte se destina a afirmar dois crimes e a segunda parte o modo de execução de ambos.

O terceiro aspecto que é afirmado, no entanto, não faz parte desse histórico que o juiz refaz para introduzir as perguntas. A terceira afirmação 'e não se recorda de mais dados que possam facilitar a identificação desta moça', funciona discursivamente de modo a produzir toda uma suspeição sobre a capacidade de **recordar e não recordar** do periciando. Ou seja, novamente ao remeter-se ao 'tudo' que o periciando fez (cometeu dois crimes e a forma de cometimento de ambos), o 'e não se recorda' produz os sentidos da capacidade seletiva daquilo que é lembrado, recordado.

Vejamos como a sequência de perguntas formuladas pelo juiz jogam com o **não recordar, não lembrar e não negar**:

'Você **se lembra disso**, o cadáver estava próximo ao cadáver de Rosa, se lembra?'; 'Desse o Sr. **não se recorda?**'; 'Você não se recorda ou você nega?'; Você **não descarta** que possa a ter matado?'

Observemos que o ‘se lembra disso’ e o ‘desse não se recorda?’ além de produzirem os efeitos da seletividade da capacidade de lembrar/recordar do periciando (o que funciona em direção à suspeição), o ‘disso’ e o ‘desse’ faz referência direta ao crime atual em oposição ao anterior: ‘daquilo’, ‘daquele’. O que se afirma com essas perguntas é uma ‘não lembrança, uma não recordação’ do crime atual, ao mesmo tempo em que afirma a ‘lembrança e a recordação’ do crime passado.

As perguntas/afirmações feitas pelo juiz jogam, pois, com os sentidos que se instituíram sobre a memória de evocação do periciando, na qual lembrar/recordar, se inscreve numa seletividade e numa suspeição. O periciando se lembra/se recorda (portanto não nega a autoria) num momento e se esquece/não se recorda (portanto não assume/mas não nega a autoria) no outro. Veremos, em recortes que serão trabalhados posteriormente nesta análise, que os peritos afirmam que o periciando ‘tem preservada a memória de evocação’. Nessas perguntas o juiz afirma uma capacidade de recordação/lembrança seletiva, portanto suspeita, ao mesmo tempo que produz efeitos de que a recordação e a lembrança podem ser processos fugazes, suscetíveis da interferência de vários fatores, podendo retornar a qualquer momento. Isto é, uma não lembrança/não recordação pode ser momentânea, atual, passageira e, portanto, não apaga, não nega, não descarta totalmente a possibilidade de autoria dos crimes.

Toda a suspeitabilidade com relação ao periciando lembrar/recordar ou não do crime atual está visível na pergunta seguinte que o juiz formula:

‘Você não se recorda ou você nega?’

Vejamos que a oposição colocada pelo ‘ou’ nesta pergunta mostra que ‘não se recordar’ é diferente de ‘negar’ ao mesmo tempo que aponta para a possibilidade da não recordação como tentativa de negação. Isto é, ao mesmo tempo que se afirma toda uma suspeição sobre a capacidade de recordação do periciando, afirma-se também a possibilidade da negação opondo-se a uma não recordação forjada, falaciosa, ludibriadora. Notemos que a inscrição discursiva do juiz, concorde com a dos peritos, inscrevem a não recordação/não lembrança num comportamento suspeito, duvidoso, portanto inscrito numa ilicitude,

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

desfazendo-se a possibilidade de que a não lembrança/não recordação decorra de processos caracterológicos da doença mental.

Vejamos a última pergunta formulada pelo juiz:

'Você **não descarta** que possa a ter matado?'

A posição sujeito Juiz se interpela dos sentidos que a instituíram como interrogador. Assim, inscrito no discurso jurídico, ao qual importa a confissão do crime, o juiz joga com as palavras ao formular o interrogatório de forma a obter a confissão do crime. Tal posição discursiva toma a fala do periciando como suspeita ao ponto de opor a não recordação pela tentativa de negação da autoria do crime, chegando, finalmente à paráfrase do '**não nega**' pelo '**não descarta**'. Ao responder positivamente a essa última pergunta, o periciando não descarta que possa ter matado, portanto ele não nega e se não nega, a autoria do crime pode ser afirmada por ele. Vejamos, pois, que todas as respostas dadas às perguntas formuladas com o 'lembra/recorda' foram negativamente respondidas pelo periciando. Assim, a posição sujeito Juiz afirmou, pela seqüência de perguntas formuladas, a irrelevância do fato do periciando não recordar, pois o não recordar pode conter premeditação, dissimulação, tentativas de negar a autoria. O que se inscreve no jurídico é justamente a necessidade de confissão do crime. Assim, é esse lugar de inscrição do sujeito Juiz que se mostra no jogo das formulações até obter, ainda que em possibilidade, uma confissão: 'o periciando **não descarta** (não nega) que tenha cometido o crime atual'.

Vejamos o que o periciando fala quando sua voz 'pode' ecoar:

'eu só queria deixar claro que as coisas que eu fiz são atos abomináveis e eu me vejo em direito de viver nessa carne que eu tenho, que Deus me deu. Eu estou vivo até hoje por ele, ele quer que eu esteja vivo até agora, até o momento em que chegar a minha hora, assim como chegou a hora delas também, que não foi uma coisa que aconteceu certa na vida delas, mas elas se defrontaram na minha frente eu não tenho angústia e raiva nenhuma, porque o mundo que eu vivi aí fora, ele foi lindo e maravilhoso, eu amei o mundo e a liberdade que eu tive ... porque eu entrei em caminhos errados na minha vida ...'

Ao referir-se aos seus atos como abomináveis:

'as coisas que eu fiz são atos abomináveis';

Ao referir-se ao comportamento de suas vítimas:

'não foi uma coisa que aconteceu certa na vida delas'

Ao admitir que errou:

'eu entrei em caminhos errados na minha vida'

Em todos esses trechos, o periciando realiza um julgamento de valor entre o que é certo e o que é errado, ou seja, seu discurso se atravessa dos sentidos socialmente instituídos sobre a concepção de certo e errado. Esses sentidos estabelecem as normas sociais dos direitos e dos deveres das pessoas instadas a viver em sociedade. Como vimos mostrando, principalmente através do funcionamento discursivo da motivação do periciando como 'torpe', são esses mesmos sentidos que atravessam o periciando ao julgar os seus atos, o de suas vítimas e os caminhos que tomou em sua vida, ou seja, os sentidos que ele mobiliza são os que regem a moral social.

Não cabe no que a memória discursiva configurou como criminoso-louco a capacidade de emissão de um julgamento de valor. Ora, um julgamento de valores sendo emitido por tal categoria de sujeitos produz um estranhamento. O que se espera, enquanto discurso produzido por esses indivíduos, é, conforme preconiza a própria ciência Psiquiátrica, uma incapacidade de autodeterminar-se. Esta impossibilidade produz efeitos que inscrevem a fala dos criminosos loucos numa incapacidade de discernir o certo e o errado, o bem e o mal, etc. Assim, parece um contra-senso emitir um juízo de valor sobre o certo e o errado, após a prática de tantos crimes.

Veremos, em partes posteriores desta análise, que os teóricos da Psiquiatria ao afirmarem o Transtorno de Personalidade definem-no como se constituindo numa incapacidade de autodeterminação (vontade), embora a capacidade intelectual esteja preservada. Ora, se são os próprios peritos que trazem a conceituação e a caracterização dos Transtornos de Personalidade propostos pela Psiquiatria, parece que há, no gesto de interpretação da posição sujeito perito um lugar de inscrição que promove um apagamento dessa constitutividade característica desse tipo de doença mental. Dessa forma, o que aparece como um contra-senso no discurso do periciando em entender o certo e o errado, e ao mesmo tempo a sua impossibilidade de acatamento dessas normas - o que levaria a afirmar o transtorno - funcionam, na avaliação dos peritos, nessa posição que mais uma vez toma a fala do periciando pela negação de aspectos que podem se inscrever numa psicopatologia (Transtorno de Personalidade) na qual é exatamente a capacidade de determinação que está prejudicada.

Vejamos o que o periciando afirma no próximo trecho:

'eu me vejo em direito de viver'

O periciando se atravessa dos sentidos instituídos pelo discurso jurídico, que assegura através da máxima: 'Toda pessoa tem direito à vida', um dos direitos universais do homem. Ao mesmo tempo, ao mobilizar essa máxima, se afirma à justiça, aos homens da lei que eles não têm o direito de tirar sua vida e que o direito à vida não implica só continuar vivendo, mas também que lhe seja assegurada as condições essenciais de vida digna.

O periciando se atravessa ainda do discurso religioso, ao afirmar que a vida pertence a Deus e só ele pode tirá-la:

(eu me vejo em direito de viver) **'nessa carne** que eu tenho, **que Deus me deu**. Eu estou vivo até hoje por ele, **ele quer que eu esteja vivo** até agora, **até o momento em que chegar a minha hora**'

Neste trecho o que se verifica é um claro atravessamento do discurso religioso, ou seja, só Deus que lhe deu vida pode ceifá-la quando julgar que a sua hora chegou, portanto, não cabe aos homens da justiça, aos outros presos ou a quem quer que seja o direito de lhe tirar a vida, só Deus está autorizado para isso.

Vejamos o que ele afirma sobre a vida de suas vítimas e a expressão dos seus sentimentos eximidos de raiva e angústia:

'... assim como chegou a hora delas também, que não foi uma coisa certa que aconteceu na vida delas, mas elas se defrontaram na minha frente' ... 'eu não tenho angústia nem raiva nenhuma, porque o mundo que eu vivi aí fora, ele foi lindo e maravilhoso, eu ameí o mundo e a liberdade que eu tive ... porque eu entrei em caminhos errados na minha vida'

Como já vimos afirmando, o discurso médico preconiza que os indivíduos de personalidades transtornadas se inscrevem exatamente nessa incapacidade de autocontrolar-se, de autodeterminar-se. Contudo, como vimos mostrando a posição sujeito perito está inscrita num funcionamento discursivo, num lugar de movência entre o discurso jurídico e o médico que interdita, em certa medida, a 'leitura' imediata dessa possibilidade da loucura. É essa razão que direciona os peritos a não declararem de imediato uma doença mental, é esse lugar de oposição entre loucura e crime, é esse atravessamento do Jurídico que reclama sentido para os crimes, que se institui na garantia da manutenção da ordem e da segurança social que interpela os peritos a determinarem a autoria dos crimes cometidos, a estabelecer responsabilidade e culpabilidade ao periciando. São essas razões que movem os peritos a tomar os comportamentos do periciando como inscritos numa suspeição constante, portanto numa ilicitude, numa atitude criminalizada quando as suas atitudes e comportamentos, no mais das vezes, poderiam ser vinculadas a um determinado tipo de psicopatologia que o discurso médico caracterizou.

O efeito que a fala do periciando produz se inscreve num descontrole, onde uma convivência de muitos discursos dão mostras dos embates que ele trava entre o verdadeiro e o real, conforme assinala Lacan ao dizer da complexidade da presença do o(O)utro no discurso psicótico. (in Filhol, 1998).

Essa fala que, além desse todo, desse cheio de discursos, se inscreve também nos sentidos que o Discurso Médico estabeleceu como comportamento característico de um determinado tipo de doença mental: nos transtornos de personalidade, no qual a capacidade de entender está preservada e a de autodeterminar-se está comprometida.

Orlandi (1999) afirma 'que há relações de múltiplas e diferentes naturezas entre diferentes discursos: relações de exclusão, de inclusão, de sustentação mútua, de oposição, de migração de elementos de um discurso para o outro, etc.'

Nos casos de doença mental, como afirma a autora, essas relações são mais flagrantes. Nesse caso particular, o periciando fala afetado por uma profusão de discursos (o jurídico, o religioso, o da moral social, o médico psiquiátrico), produzindo o que, a princípio, se configuraria numa incoerência discursiva. Um certo religiosismo⁸ funciona em sua fala como regulador do jurídico e da moral social promovendo, em última instância, uma fala inscrita no que o Discurso Médico Psiquiátrico instituiu como sendo uma fala desorganizada, desestruturada, constituída no que se apresenta como loucura possível.

Entretanto, como vimos mostrando os efeitos das relações que atravessam os peritos se inscrevem num outro lugar de contraposição que não permite, pelo menos em termos imediatos, tomar a fala do periciando como constitutiva do grau e tipo de loucura que ele possa portar.

Vejamos os trechos desse recorte que foram destacados pelos peritos no laudo:

'assim como chegou a hora delas também ... mas elas se defrontaram na minha frente ... eu não tenho angústia nem raiva nenhuma'.

Tomemos só os trechos destacados numa formulação para observarmos que efeitos de sentido que ela produz:

⁸ Tomamos o termo *religiosismo* para abarcar toda a relação que o discurso do periciando mobiliza do discurso religioso (católico, protestante, etc.). O religiosismo - parafraseando Lagazzi (1988) em *O Desafio de Dizer Não* quando toma as relações cotidianas como reguladas por um Juridismo - diz, pois, da popularização desses vários discursos que permeiam o discurso religioso. Dessa forma, não é o discurso religioso formal mobilizado, mas a forma como o senso comum o toma. Apesar do discurso do periciando estar marcado por esse religiosismo é necessário esclarecer que essa profusão discursiva por ele apresentada diz respeito às formações imaginárias onde ele parece dizer aquilo que ele acredita ser o que se espera que ele diga

'(assim como) chegou a hora delas também, (mas) elas se defrontaram na minha frente e eu não tenho angústia nem raiva nenhuma'

Observemos que o que se produz a partir dos destaques feitos pelos peritos é uma incoerência discursiva através da qual a 'leitura' feita por eles se dá com base nas suas posições sujeito, ou seja, outros sentidos estão lá postos, mas não são interpretados pelos peritos que, dada essa posição sujeito e a historicidade que os constitui, promovem apagamentos, interdições e silenciamentos desses sentidos outros que a fala do periciando mobiliza. Há, portanto, uma **inaudibilidade constitutiva** do perito com relação ao que é falado pelo periciando, dessa forma sua fala é objetalizada e funciona como lugar de mensuração das suas ações. É por essa razão que o perito toma a frieza e a falta de arrependimento expresso em: 'eu não tenho angústia nem raiva nenhuma' como o lugar de afirmação da maldade desencadeada por uma frieza com relação às suas vítimas, o que corrobora o comportamento criminalizado, a ilicitude do periciando. Ao tomar a fala do periciando como objeto de medida da sua insanidade ou da sua ilicitude, os peritos interpretam-na como lugar possível de afirmação da tese que elaboram. Como vimos mostrando é por essa razão que os peritos adotam o discurso relatado, ou seja, não é a fala direta do periciando que interessa, mas sim o que ela pode representar em termos de interpretação, ou seja, o que da fala do periciando pode dar sustentação aos sentidos aos quais os peritos se inscrevem, em função da suas posições-sujeito. Assim, quando os peritos tomam da fala do periciando - que é um todo de discursos que fogem à lógica e à racionalidade - inscrevem-na numa suspeição que vai na direção da ilicitude, promovendo, em certa medida, um apagamento dos indícios de loucura que todo o seu discurso possa conter.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

VIII - OS PARECERES NO LAUDO: UM ESPAÇO DE MOVÊNCIA ENTRE O DISCURSO MÉDICO E O JURÍDICO

Vejamos o parecer da psicóloga, segundo o recorte que os peritos fazem do mesmo:

'Parecer psicológico: ... Os dados de história, de exames complementares por imagem psicológicos e neuropsicológicos mostrando: "história de desenvolvimento neuropsicomotor sugestivo de Transtorno Específico de Desenvolvimento, de linguagem e visuoespacial, mais possível Déficit de Atenção com Hiperatividade, substanciando os déficits de linguagem, visuoespaciais e de atenção encontrados; ... "exame por Ressonância Magnética Nuclear sem sinais lesionais e com discreta assimetria dos lobos temporais, achado este presente com alguma frequência nos Transtornos de Desenvolvimento tais como de linguagem, dislexia e outros, mas não passíveis de fornecer relação causal; ... "falhas de julgamento, não atribuíveis a déficit de inteligência, abstração, privação cultural ou ambiental, mas passíveis de serem atribuídas às falhas mais profundas no desenvolvimento afetivo, comprometendo tanto a apreensão empática nas relações, como o com texto (sic) emocional apropriado, ou ainda, a apreensão e introjeção dos valores que regem o comportamento humano e as relações sociais; ... "testes de personalidade mostrando desvios importantes na esfera do temperamento, caráter e dinâmica psicológica - desordens do desenvolvimento afetivo-social, compatíveis com Transtorno de Personalidade Anti-social. ... Estes achados sugerem, portanto, que o periciando apresenta a capacidade de elaboração intelectual preservada, permitindo o entendimento normal de seus atos, porém considerando os desvios estruturais de personalidade abordados tem comprometida, de modo parcial, a capacidade de autodeterminação. Entendemos que a somatória destes fatores com o déficit de julgamento apresentado, impede a possibilidade de vir a entender e introjetar mudanças internas a partir de tratamentos/abordagens sócio-reeducativas" (LP. p. 12, 13).

É interessante observar que a psicóloga modaliza algumas das afirmações.

Vejamos esse funcionamento no primeiro trecho do recorte:

'Os dados de história, de exames complementares por imagem, psicológicos e neuropsicológicos mostrando: "história de desenvolvimento neuropsicomotor sugestivo de Transtorno Específico de Desenvolvimento, de linguagem e visuoespacial, mais possível, Déficit de Atenção com Hiperatividade, substanciando os déficits de linguagem, visuoespaciais e de atenção encontrados... exame por Ressonância Magnética Nuclear sem sinais lesionais e com discreta assimetria dos lobos temporais, achado este presente com alguma frequência nos Transtornos de Desenvolvimento tais como de linguagem, dislexia e outros, mas não passíveis de fornecer relação causal'.

Observemos que a psicóloga retoma dados da anamnese e resultados de exames (os complementares ou subsidiários, o psicológico e o neuropsicológico) para mostrar que os resultados sugerem ('sugestivo de') 'Transtorno Específico de Desenvolvimento da Linguagem e Visuoespacial e, como consequência desses ou seja, acrescenta-se possível ('mais possível') 'Déficit de Atenção com Hiperatividade'. Em seguida ela retoma o resultado da Ressonância Magnética (que é um dos exames complementares ou subsidiários) para reafirmar a ausência (sem) de sinais lesionais e a 'discreta' assimetrias dos lobos temporais, o que frequentemente ocorre como consequência de Transtornos do Desenvolvimento. Todo esse percurso, entretanto, só afirma que os déficits de desenvolvimento encontrados (principalmente da linguagem) 'não são passíveis de fornecer relação causal'. Ou seja, os exames e a história de vida, em síntese, mostram um certo atraso, um déficit na aquisição da linguagem, mas esse fato não é suficiente, não é explicativo na relação causal.

O mas funciona como oposição ao que os exames apresentam enquanto resultado e o comportamento atual do periciando, ou seja, detecta-se resultados que sugerem uma alteração do desenvolvimento ('sugestivos de'), se acresce ('mais possível') ao que o exame sugere, problemas consequentes a essa alteração do desenvolvimento, afirma-se a ausência de lesão cerebral ('sem') e registra-se uma pequena assimetria ('discreta') dos lobos temporais, se reconhece tal assimetria como explicativa das alterações do desenvolvimento, mas todo esse achado, toda essa problemática detectada no desenvolvimento do periciando é insuficiente, não é bastante, não é explicativa, não é causa para seus atos atuais. O mas marca a posição

sujeito psicóloga que, conclamada a estabelecer relações causais para o comportamento atual do periciando, recorre a sua história de vida, aos exames realizados, nos quais detecta certas áreas do desenvolvimento em atraso, mas descarta-as como 'suficientes para fornecer relação causal'.

Vejamos mais um trecho:

'falhas de julgamento, não atribuíveis a déficit de inteligência, abstração, privação cultural ou ambiental, **mas** passíveis de serem atribuídas às falhas mais profundas no desenvolvimento afetivo, comprometendo tanto a apreensão empática nas relações, como o com texto (sic) emocional apropriado, ou ainda, a apreensão e introjeção dos valores que regem o comportamento humano e as relações sociais'.

Diferentemente do trecho anterior, no qual a psicóloga localiza nos exames o déficit encontrado, as '**falhas de julgamento**' que o periciando apresenta não se localizam explicitamente. Mas, vejamos: elas não decorrem de um déficit intelectual ('**não atribuíveis a** déficit de inteligência, abstração, privação cultural ou ambiental'), ou seja, o periciando tem o desenvolvimento intelectual preservado. Elas podem ser explicadas por falhas mais profundas no desenvolvimento afetivo ('**passíveis de serem atribuídas** às falhas mais profundas do desenvolvimento afetivo'). O que poderia ser, então, 'falhas de julgamento? Ora, o julgamento referido é o da realidade objetiva, é o julgamento de valores, é a concepção de certo e errado, é a capacidade de discernir, dentro das normas e regras do discurso político-social, os comportamentos aceitos e os comportamentos considerados desviantes.

Novamente o **mas** marca a posição sujeito psicóloga que, autorizada por um saber, opõe as 'falhas de julgamento' não a um déficit intelectual, mas situa-as como decorrentes de 'falhas mais profundas do desenvolvimento afetivo'. No trecho anterior o '**mas**' funcionava em oposição ao que não se colocava como causa suficientemente explicativa dos atos atuais do periciando. Nesse trecho o '**mas**' estabelece uma possível relação causal, ou seja, 'falhas mais profundas do desenvolvimento afetivo' do periciando podem ser causas explicativas para os seus atos atuais.

Observemos as implicações afirmadas para quem possui 'falhas de julgamento':

'comprometendo tanto a apreensão empática nas relações, como o com texto (sic) emocional apropriado, ou ainda, a apreensão e introjeção dos valores que regem o comportamento humano e as relações sociais'

Apresentar 'falhas de julgamento' implica numa extensão de danos que **'compromete tanto, como, ou ainda'**. Afirma-se, pois, a partir das 'falhas de julgamento', uma impossibilidade, uma inabilidade, uma incapacidade para as relações sociais. Ou seja, 'falhas profundas do desenvolvimento afetivo do periciando' comprometem todas as possibilidades da sua vida em sociedade, assim, ele tem comprometida a capacidade de (tanto) apreensão empática das relações, (como) com o contexto emocional apropriado, (ou ainda) a apreensão e introjeção de valores que regem o comportamento humano e as relações sociais'.

Vejamos o recorte do que os teóricos da Psiquiatria colocam sobre o 'conceito de normalidade' e que os peritos trazem para o laudo no item denominado 'discussão'

'... critérios definidos pela **Escola Psiquiátrica do Prof. Dr. Aníbal Silveira**, a normalidade "... é um conceito abstrato que subentende o comportamento em várias circunstâncias, em várias épocas da vida de um indivíduo, em várias fases desta mesma época e que corresponde de certa maneira à realidade exterior. Disto advém que **de certa forma é a realidade exterior que delimita e define o normal**, assim como a maneira e o modo que o indivíduo se utiliza dos estímulos da realidade e elabora os conceitos com lógica para conseguir uma **adaptação ativa e útil entre coisas, pessoa e meio**"

'... **Mira y López**, numa **análise psicossocial do normal** assim o conceituou: "compreenderia o normal a uma **seqüência de atos pessoais** que, desde que se tomem em consideração as circunstâncias que os motivaram e o ambiente em que se desenrolaram, **corresponderiam ao previsto para o grupo social** em que se produziu, como também seria **entendido e aceito, sem esforço, por este mesmo grupo**"

'... **Nério Rojas** assim conceitua **normalidade**: " dentro das variações individuais e das oscilações fisiológicas da mesma pessoa, homem mentalmente normal é aquele que **aprecia com exatidão as formas acessíveis da realidade** para atuar com inteligência no meio, dentro de uma **adaptação ativa, lógica e útil entre os fatos, coisas e pessoas**" (LP. p.17, 18).

A Psiquiatria, ao conceituar 'normalidade' afirma dois aspectos complementares: compreender e acatar as normas sociais, aplicando-as como reguladora da vida em sociedade. Assim, o periciando por apresentar 'falhas no julgamento' e, por extensão, ter comprometida a capacidade de relacionar-se, poderia ser classificado como psiquiatricamente anormal, o que em outras palavras equivaleria a dizer, doente mental.

Contudo, como vimos colocando não é sobre a oposição da díade normalidade/anormalidade que a posição sujeito perito se inscreve. A oposição será, no laudo pericial, colocada entre loucura e crime, ou seja, se as causas dos atos do periciando não se explicarem por uma loucura, elas se explicam pela ilicitude, pela criminalidade.

Vejamos o comentário que fazem os peritos após a apresentação desses três conceitos de normalidade em psiquiatria:

'Em Psiquiatria a noção de normal e anormal, pela sua complexidade, torna difícil a distinção entre estas noções, exatamente pelo fato de não haver uma nítida linha demarcatória entre as duas' (LP. p. 18).

Observemos: os peritos tomam três conceitos de normalidade de eminentes teóricos da Psiquiatria, para, em seguida, afirmar a dificuldade de distinguir e de demarcar o normal e o anormal. Ora, o que eles afirmam, discordando dos psiquiatras, é que não há essa facilidade de estabelecer conceitos de normalidade com base nos critérios formulados pelos psiquiatras, o que eles estão afirmando é que há indivíduos que não se adaptam às regras, sem contudo, pertencerem à anormalidade, à loucura, à doença mental. É dessa posição, é desse lugar de entendimento do desadaptado não como louco, como anormal, mas do desadaptado pelo comportamento criminalizado pela ilicitude que eles interpretam o periciando. Dessa forma, a posição sujeito perito é interpelada pelo discurso instituído pela moral social, que convoca o Discurso Jurídico, que tem como sustentáculo manter a ordem social.

A psicóloga, diferentemente dos peritos, se inscreve na mesma posição dos psiquiatras, ou seja, no discurso médico. Dessa forma, ela filia a desadaptação, 'as falhas de julgamento' ao comportamento psiquiatricamente doente.

Vejamos o que ela formula no próximo trecho:

'testes de personalidade mostrando desvios importantes na esfera do temperamento, caráter e dinâmica psicológica - desordens do desenvolvimento afetivo-social, compatíveis com Transtorno de Personalidade Anti-social'

A posição sujeito psicóloga não só se inscreve numa concepção que toma na presente avaliação as díades normalidade/anormalidade sanidade/insanidade, saúde mental/doença mental em oposição, como estabelece o instrumento que a sua ciência formulou como possibilitador da objetivação da doença mental: os testes de personalidade. Tais instrumentos propiciam, conforme ela afirma, a visibilidade, a detecção de desvios importantes da personalidade, de desordens do desenvolvimento afetivo-social, bem como, possibilita mostrar o transtorno de personalidade compatível com os dados encontrados pelo instrumento.

A Psicometria, um dos primeiros ramos da Psicologia, se instituiu no advento da Psicologia Científica implantada sob a égide do Positivismo. Entre outros aspectos, a crítica que mais fortemente recebe é a de fragmentar o ser humano como objeto de estudo, ou seja, elaborar instrumentos (testes) que visam a mensurar separadamente a inteligência, as sensopercepções, a subjetividade humana (personalidade), etc. A adoção dos testes de personalidade como instrumento de medida além de carregar essa filiação mencionada, também carrega, discursivamente, a possibilidade constante de afirmação da loucura. Há testes para os quais todos seríamos, em certa medida, psicopatas, loucos, enfim, portador de algum tipo de psicopatologia.

Vejamos que os peritos, ao apresentarem o valor de verdade das provas psicológicas (testes de projeção da personalidade), validam o teste de Rorschach como um instrumento necessário 'em qualquer estudo sério de personalidade':

"Diverso é o valor das provas psicológicas quando se visa o diagnóstico de transtornos de personalidade. Quando criteriosamente escolhidas as técnicas denominadas "de projeção" e o exame neuropsicológico permitem avaliar de modo objetivo as condições reais da personalidade em estudo. Dentre elas, a Prova de Rorschach, é considerada indispensável em qualquer estudo sério da personalidade" (LP. p. 23).

O teste psicológico tem valor e é até indispensável (principalmente a Prova de Rorschach) quando se visa, quando se tem o objetivo de diagnosticar um transtorno de personalidade, principalmente porque, como já nos referimos, é impossível que alguém passe impunemente por alguns testes de personalidade (ou projetivos), entre eles se inclui o teste de Rorschach, situados no ramo da Psicometria. Como já dissemos a Psicometria guarda, com o Positivismo uma filiação muito estreita e parece ser neste lugar que se inscrevem os peritos e a psicóloga ao recorrerem aos testes psicológicos para formularem o desvio de personalidade do periciando.

Vejamos o que os peritos trazem no laudo no item denominado discussão sobre 'o conceito de personalidade e seus transtornos':

'Seguindo a **orientação doutrinária do Prof. Dr. Aníbal Silveira** a estrutura da personalidade é definida como "o conjunto de funções subjetivas agrupadas fundamentalmente em três setores: afetividade, conação e inteligência. Estas funções psíquicas resultam do funcionamento cerebral, são peculiares à espécie humana e continuamente regem em harmonia as disposições do indivíduo e as suas relações com o ambiente físico e social". ... Da afetividade parte o impulso a todos os nossos pensamentos e atos, sendo assim o princípio de toda atividade cerebral; a inteligência institui os meios que melhor convém à atividade ou execução (conação)"

'Para **Eysenck** a personalidade é a soma total dos padrões de comportamento do organismo, potenciais e manifestos, determinados pela hereditariedade e pelo meio; tem seu início e desenvolvimento através da interação dos quatro principais setores em que se organizam os padrões de comportamento: o setor cognitivo (inteligência), setor conativo (caráter), setor afetivo (temperamento) e setor somático (constituição)" (LP. p. 19).

A princípio o que eles apresentam é a definição de personalidade. Vejamos, então, que os dois conceitos apresentados sobre o que é a personalidade humana tratam-na como sendo a própria subjetividade humana que se organiza em setores integrados: afetivo, intelectual e conativo. O conceito de Eysenck, no entanto, considera o caráter constitutivo,

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

estruturante da personalidade e, portanto, acresce mais um setor: o somático ou constitutivo.

Como o parecer psicológico (às páginas 12 e 13) do laudo, afirma, com base nos testes de personalidade, resultados 'compatíveis com Transtorno de Personalidade Anti-social', os peritos esclarecem o que vem a ser tal transtorno:

'O conceito do que no passado se denominava personalidade psicopática e hoje transtornos de personalidade, varia discretamente de autor para autor, mas a grande maioria considera tal grupo mórbido como resultante de desarmonia na integração da personalidade, não como distúrbio dinâmico, mas como desequilíbrio que decorre da própria estrutura da personalidade' (LP. p. 19).

Os peritos, no recorte acima, esclarecem que o que antes chamava-se 'personalidades psicopáticas' agora chama-se 'transtornos de personalidade'. Ou seja, eles se reportam a uma prática comum na Psiquiatria/Psicologia que é a de mudar os nomes das psicopatologias para tentar fugir ao estigma e ao caráter pejorativo que vão se constituindo em torno das mesmas ao longo do tempo, contudo, a nossa inscrição teórica nos permite afirmar que uma mudança de nomenclatura pode possibilitar um certo deslocamento dos sentidos, mas efetivamente não apaga os sentidos fundadores que instituíram as classificações das personalidades psicopatológicas: constatar e separar as doenças mentais por categorias fazendo escalonar os níveis de apartação que cada uma delas necessita.

Vejamos também que além desse aspecto eles afirmam uma **pequena variação** de autor para autor. Retomemos os conceitos de personalidade propostos de Aníbal Silveira e Eysenck: a diferença que se coloca sobre um autor e outro é incomensurável, trata-se de uma posição epistemológica sobre a doença mental, tomando-a ou não como constitutiva do sujeito. Eysenck, ao apresentar mais um fator sobre os quais se organizam os padrões de comportamento - o **somático**, acresce à desorganização uma causa que pode ser constitutiva, estruturante do próprio indivíduo. Se tomarmos o transtorno de personalidade apenas nos três setores apresentados por Aníbal Silveira e comuns em Eysenck - afetividade, conação e inteligência - poderíamos tomar tal transtorno como situacional, passageiro, decorrente de uma circunstância que contornada pode favorecer o retorno à sanidade, ao equilíbrio emocional. Ao

afirmá-la, no entanto, como somática o que se afirma é uma crença na manifestação orgânica do transtorno como constitutivo, como estruturante da personalidade adoecida do sujeito. Ora, tal aspecto implica numa dificuldade muito maior de tratamento, de interferência médica, de controle de causas ambientais como fatores desencadeantes. Nesse caso, ao admitir as causas como pertencentes ao próprio indivíduo, o alcance da intervenção médica fica francamente reduzido senão impossibilitado. Vejamos, pelo recorte acima, que é exatamente nesse lugar que os peritos se inscrevem ao afirmar que 'não se trata de um distúrbio dinâmico, mas sim um desequilíbrio que decorre da própria estrutura da personalidade'. Noutras palavras, o **distúrbio dinâmico** pode ser mais facilmente contornado pelo saber médico, pois trata-se de questões que podem ser reconfiguradas através de interferências médicas em busca de uma reeducação da dinâmica da personalidade. No entanto, o que é estrutural, constitutivo, o que decorre de um **desequilíbrio estruturante** da personalidade do sujeito inscreve-se em sentidos aos quais o saber médico muito pouco pode resolver, ou seja, o estruturante, o constitutivo, aos modos do que é hereditário, biológico, genético reduz o saber médico às constatações e às classificações, pois aquilo que é do sujeito, que nasce com ele, que o constitui e o estrutura só pode ser alcançado pelo discurso médico nesses termos: constatação, classificação e prescrição de medidas compatíveis com os graus de transtornos.

Vejamos, então, os conceitos de transtornos de personalidade recortados da literatura especializada e apresentada pelos peritos no laudo no item denominado 'discussão':

'Kurt Schneider foi um autor cujas idéias sobre personalidades psicopática mais influenciaram os psiquiatras deste século. Na sua aceção: "... das personalidades anormais distinguimos como personalidades psicopáticas aquelas que sofrem com sua anormalidade ou que assim fazem sofrer a sociedade'.

'Aníbal Silveira conceitua o transtorno de personalidade (personalidade psicopática) como "consistindo em desvio de conjunto nas disposições subjetivas das esferas afetivas e conativas".

'Mira y López adota o conceito clássico e genérico: "Trata-se de uma personalidade mal estruturada, predisposta à desarmonia intrapsíquica, que tem menor capacidade que a maioria dos membros de sua idade, sexo e cultura para adaptar-se às

exigências da vida social" (LP. p. 20).

Se tomarmos como base os três conceitos de transtornos de personalidade veremos que o primeiro (de Kurt Schneider) não se constitui na verdade em um conceito, mas em conseqüências que o transtorno de personalidade acarretam ao próprio indivíduo que a porta e à sociedade em geral. Já o segundo conceito (de Aníbal Silveira) atribui o transtorno a um desvio subjetivo da afetividade e do caráter, o que implica, como já nos referimos a colocar o transtorno em termos da dinâmica da personalidade. Vejamos, contudo que o terceiro conceito (de Mira y López) afirma que se trata de uma personalidade '**mal estruturada**, por uma **predisposição** à desestrutura ou desarmonia intrapsíquica'. A palavra 'estrutura' e 'predisposição' produzem efeitos de sentido que vinculam a desarmonia psíquica a questões hereditárias, genéticas ou explicáveis por um caráter familiar, ou seja, filhos de ascendentes e colaterais diretos com transtornos de personalidade têm uma maior predisposição a desenvolver o mesmo mal. A palavra 'estrutura', por sua vez, carrega-se dos sentidos de constutividade.

Observemos que o que se propunha como conceituação do que vem a ser 'transtornos de personalidade' não se reduz a um consenso. Vejamos: descartando o primeiro conceito (Kurt Schneider) que trata mais de apontar as conseqüências à sociedade e a quem manifesta tal transtorno, como já nos referimos, os outros dois conceitos resgatam o embate causal como dinâmico para um (Aníbal Silveira) e como estrutural para o outro (Mira y López). Isso implica, por um lado, interpretar o transtorno como decorrente da capacidade do indivíduo 'aprender' a lidar com contexto reorganizando as suas emoções e, por outro lado, situa o transtorno como estruturante e constitutivo do sujeito, o que traz como conseqüência uma impossibilidade de intervenção do próprio sujeito.

Há uma certa unanimidade em conceber o discurso da moral social como regulador, como termômetro do que deve ser acatado como certo e errado, o que possibilita identificar o normal, o sadio e o desviante, o transtornado em termos dos setores que organizam os padrões de comportamentos. Apesar desse lugar comum de inscrição (discurso da moral social) tanto dos peritos (discurso da psiquiatria forense) quanto dos teóricos da psiquiatria (discurso médico), o fato de tomar o funcionamento da personalidade do ponto de

vista dinâmico e do ponto de vista da estrutura, da constituição do sujeito, produz diferenças significativas do lugar de inscrição da doença mental.

Ora, o que tanto os teóricos, mais especificamente Mira y López e Eysenck, quanto os peritos afirmam ('desarmonia na integração da personalidade, não como distúrbio dinâmico, mas como desequilíbrio que decorre da própria estrutura da personalidade') se inscreve numa concepção de doença mental e mais especificamente dos transtornos de personalidade como aspectos explicáveis do ponto de vista da constituição do sujeito. O que se constitui no sujeito, o que se vincula à sua estrutura, ainda que não possa ser mostrado, localizado biologicamente, ou seja, demarcado enquanto instância físico-orgânica, coloca limites à ciência médica psiquiátrica e, principalmente, afirma a impossibilidade de reintegração desses sujeitos à sociedade, uma vez toda a regulação da normalidade e anormalidade estar afirmada nos parâmetros de acatamento do que o discurso social instituiu como certo e errado, como padrão, como norma de convivência. (Os instrumentos de mensuração dessa psicopatologia são dados pelo que os peritos apresentaram no laudo como 'exames clínicos complementares ou subsidiários'. Contudo, como já mostramos, os exames do periciando nada indicaram, pois seus resultados foram compatíveis ou próximos à normalidade). Assim sendo, o que decorre de uma predisposição, o que é constitutivo, o que é estruturante em termos da psicopatologia que o indivíduo porta, reduz a ação médica, ou seja, o que está constitutivamente, estruturalmente determinado conclama a ciência psiquiátrica apenas para, após constatar e classificar, promover as formas de exclusões compatíveis com as possibilidades ou não de reingresso social. O distúrbio dinâmico carrega os sentidos das possibilidades de reingresso social, contudo os distúrbios estruturais, constitutivos reduzem ou absolutamente descartam qualquer possibilidade de introjeção dos valores socialmente instituídos, portanto, impede as possibilidades de reingresso à sociedade.

Vejamos o que os peritos trazem ainda como características dos transtornos de personalidade:

'Diversos autores ao longo do tempo procuraram estabelecer características ou **critérios comuns às personalidades psicopáticas**. Comparados estes diversos quadros de critérios temos que em todos eles constam os critérios abaixo assinalados: ... Dentre as relações de características próprias dos transtornos de personalidade organizadas por Hervey

Cleckey, Gray e Hutchison e McCord e McCord encontramos em comum: **a)** Incapacidade de aprender pela experiência; **b)** Egocentrismo patológico; **c)** Impulsividade; **d)** Incapacidade de sentir culpa; **e)** Incapacidade ou pobreza no estabelecimento de relações afetivas; **f)** Conduta anti-social inadequadamente motivada' (LP. p. 20).

Por esse conjunto de características poderíamos enquadrar o periciando como pertencendo ao grupo dos indivíduos que apresentam transtornos de personalidade? Se bem lembrarmos, suas atitudes e comportamentos, em vários aspectos, mostram essas características ou parte delas. No entanto, a direção dos peritos, que a análise vem mostrando, aponta a maioria dos comportamentos do periciando como filiados muito mais a uma ilicitude, a comportamentos criminalizados, do que propriamente a uma doença mental.

O parecer psicológico, no entanto, parece vincular a caracterização do periciando a esses critérios. Observemos o que a psicóloga formula no final do seu parecer:

'Estes achados sugerem, portanto, que o periciando apresenta a capacidade de elaboração intelectual preservada, permitindo o entendimento normal de seus atos, **porém** considerando os **desvios estruturais de personalidade** abordados **tem comprometida, de modo parcial, a capacidade de autodeterminação**. Entendemos que a somatória destes fatores com o déficit de julgamento apresentado, **impede a possibilidade de vir a entender e introjetar mudanças internas a partir de tratamentos/abordagens sócio-reeducativas**'

O que o parecer psicológico vem afirmando é que os testes de personalidade mostraram '**desvios importantes**' de temperamento, de caráter e na dinâmica psicológica. Esses aspectos possibilitaram descrever o tipo de psicopatologia do periciando : '**desordens do desenvolvimento afetivo-social, compatíveis com Transtorno de Personalidade Anti-social**'. Ao concluir o diagnóstico a psicóloga afirma um desenvolvimento intelectual normal, **porém** os '**desvios estruturais importantes**' da personalidade '**comprometem, de modo parcial, a capacidade de autodeterminação**'.

Vejamos que a psicóloga afirma uma inteligência normal, mas opõe a essa

normalidade intelectual, através do '**porém**', uma anormalidade, um desvio, uma incapacidade que não é circunstancial, momentânea, situacional, isto é, os desvios de personalidade apresentados pelo periciando são afirmados como '**estruturais**' e esse desvio afeta a sua capacidade de autodeterminação. Ora, colocar o problema de personalidade apresentado como estrutural, como constitutivo do sujeito, implica, como já nos referimos, em limites intransponíveis para as 'ciências de radical psico'. E é nessa direção que se dá a afirmação da psicóloga: para o desvio de personalidade que é estrutural, nenhuma boa perspectiva se coloca. Vejamos: ela afirma que o desvio que o periciando porta é estrutural ('considerando os desvios estruturais de personalidade abordados'), ela afirma que não há possibilidades de mudanças ('impede a possibilidade de vir a entender e introjetar mudanças internas') e finalmente ela afirma que não há tratamento ou cura ('impede ... entender e introjetar mudanças internas a partir de tratamento/abordagens sócio-reeducativas').

A Psicologia, inscrita no mesmo lugar teórico que a Psiquiatria, ou seja, no discurso médico, atravessou-se dos sentidos que constituem as personalidades psicopáticas (os transtornos de personalidade), tomou os desvios do periciando como estruturais, afirmou a crença na fidedignidade dos seus instrumentos de medida (os testes psicológicos) e formulou o prognóstico nefasto para o periciando: não há tratamento, não há cura, não há possibilidades de mudança, portanto não há possibilidades de convívio social. O lugar de inscrição da psicóloga, toda a formulação da insanidade, todos os prognósticos negativos e impedimentos futuros do periciando se torna visível no '**porém**', no '**mas**'. São essas marcas que opõem o normal e o anormal; o sadio e o doente, o louco e o não louco. Afirmamos, em síntese, que é na oposição saúde mental/doença mental que a Psicologia e a Psiquiatria formulam o indivíduo com transtornos de personalidade. Nesse terreno movediço de padronização do comportamento normal, inspirado no modelo do homem da norma padrão - o branco europeu - à Psicologia e à Psiquiatria couberam os rótulos, as categorizações, as classificações de todos aqueles que fogem a essa média, a esse padrão de desenvolvimento do comportamento. É com base nesse modelo de homem que os testes de personalidade são elaborados. Nessa curva que estabelece o homem padrão, o homem modelo, qualquer pessoa que desvie dessa norma, quer para além ou para aquém dela é anormal, é desviante. É esse modelo de norma e de normalização que estabelece os graus de desvio e para cada grau avançado nessa escala do que

seja saúde e doença, do que seja normal e patológico (anormal) vão se estabelecendo nomenclaturas: os loucos, os mais ou menos loucos, os não loucos, os infradotados, os superdotados, os limítrofes ou fronteiriços, etc. Um modelo de homem saudável física e mentalmente foi imposto ao mundo ocidental e é a esse modelo que Psicólogos e Psiquiatras recorrem, através de seus instrumentos, para classificar, categorizar, rotular e finalmente apartar, de acordo com o nível de ameaça ao bem público que cada um desses desviantes representam. Assim, ao concluir o parecer dizendo da impossibilidade de tratamento e de cura do indivíduo com personalidade estruturalmente transtornada (**'impede a possibilidade de vir a entender e introjetar mudanças internas a partir de tratamentos/abordagens sócio-reeducativas'**) a psicóloga afirma toda a problemática como constitutiva do sujeito, ou seja, o mal que ele porta impede tratamento, impede qualquer mudança interna. Isto é, internamente ele é desestruturado e nada que a ciência faça pode mudar esse estado de coisas. Então, afirma-se, assim, não só os limites da ciência médica (Psicologia e Psiquiatria) que se instalaram para selecionar, triar, constatar, classificar, rotular e apartar de acordo com o nível de periculosidade de cada um desses indivíduos, afirma-se também um sujeito determinado por uma estrutura, por uma constituição que nenhum tipo de saber, que nenhum tipo de poder alcança. São os limites e impedimentos do próprio indivíduo que carrega uma diferença estruturalmente instalada que dificilmente lhe permitirá voltar a conviver socialmente. Ora, parece, então, que a Psicologia, a Psiquiatria e a Psiquiatria Forense, mantêm os sentidos que as instituíram, ou seja, continuam, salvo os deslocamentos, a sanear os espaços sociais de toda a forma de ameaça. O equilíbrio, a estabilidade foi rompida por um fato social (os crimes cometidos pelo periciando) que reclama sentido. Não se trata, no entanto de um crime comum, nem tampouco de um criminoso comum. Há suspeição, 'restam dúvidas' quanto à sua higidez mental. Seguindo a tradição inaugurada por Pínel e Esquirol esse crime e esse criminoso que foge ao criminoso comum necessita ser tratado já que o sistema penitenciário comum, a pena-punição não o remove, não o recupera. Assim, eles passam às mãos dos peritos e os mesmos, funcionando na oposição do crime com a loucura, constataam-no e classificam-no como sendo um 'transtornado de personalidade' ao qual não podem tratar, não podem recuperar. Podem sim prescrever prognóstico que incluem a certeza de que vai continuar matando: 'elemento de alta periculosidade', incluem a certeza de que não haverá mudanças: as punições, os

'tratamentos/abordagens sócio-reeducativas' não produzem nenhum tipo de resposta positiva, pois o desvio que carregam são estruturais. Os sentidos que, enfim, tais prognósticos produzem é o da necessidade de uma exclusão definitiva.

Vejamos o que os peritos trazem a respeito dos transtornos de personalidade, prescritos pelo Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde (CID - OMS):

'O Código Internacional de Doenças da O.M.S. em sua décima revisão descreve como Transtornos específicos da personalidade (F60): " Trata-se de distúrbios graves da constituição caracterológica e das tendências comportamentais de um indivíduo, não diretamente imputáveis à uma doença, lesão ou outra afecção cerebral ou a um outro transtorno psiquiátrico. Estes distúrbios compreendem habitualmente vários elementos da personalidade, acompanham-se em geral de angústia pessoal e desorganização social; aparecem habitualmente durante a infância ou a adolescência e persistem de modo duradouro na idade adulta". ... No sub-item Personalidade dissocial (F60.2) lê-se: "Transtorno de personalidade caracterizado por um desprezo das obrigações sociais, falta de empatia para com os outros. Há um **desvio considerável entre o comportamento e as normas sociais estabelecidas. O comportamento não é facilmente modificado pelas experiências adversas, inclusive pelas punições. Existe uma **baixa tolerância à frustração** e um **baixo limiar de descarga da agressividade, inclusive da violência**. Existe uma tendência a culpar os outros ou a fornecer racionalizações plausíveis para explicar um comportamento que leva o sujeito a entrar em conflito com a sociedade" (LP. p 21).**

Como pudemos observar o próprio Código Internacional de doenças da Organização Mundial de Saúde estabelece como Transtornos Específicos de Personalidade a manifestação de 'graves distúrbios da constituição caracterológica e das tendências comportamentais de um indivíduo'. Vejamos, no entanto, que esses graves distúrbios não se atribuem a nada: não é uma doença físico-orgânica, biológica, não tem uma localização no cérebro na forma de lesão ou afecção cerebral, não se atribui também a um outro transtorno psiquiátrico'. Em todo o caso, tanto na definição dos Transtornos Específicos de

Personalidade, quanto no sub-tipo Personalidade Dissocial, o que se observa, da mesma forma que no Parecer Psicológico e nos Tratadistas da Psiquiatria, é que o indivíduo portador de Transtorno de Personalidade ou Personalidade Psicopática está impedido de mudanças, de tratamentos, de curas, portanto devem, por sua alta periculosidade, pela ameaça que representam à ordem e à segurança, serem afastado de qualquer convívio social.

Por se tratar de um código, o CID tem um funcionamento um pouco diferente do adotado pelos psicólogos e psiquiatras: ao invés de opor saúde/doença, sanidade/insanidade, normalidade/anormalidade (portanto sem o funcionamento do 'mas' e do 'porém'), as afirmações vão se configurando taxativamente em torno da doença. No transtorno específico de personalidade e no sub-tipo Personalidade Dissocial, o que se afirma, como já nos referimos, é que a causa não se estabelece por 'doença, lesão ou afecção cerebral, ou a um transtorno psiquiátrico'. Contudo, afirmam também que esse distúrbio, esse transtorno é constitutivo do indivíduo: 'distúrbios graves da constituição caracterológica e das tendências comportamentais de um indivíduo'. O que regula, então, esse transtorno que constitui o indivíduo e ao mesmo tempo não tem uma causa palpável? Ora, vejamos os trechos: 'desorganização social', 'desprezo das obrigações sociais', 'falta de empatia para com os outros', 'desvio considerável entre o comportamento e as normas sociais estabelecidas', '... comportamento que leva o indivíduo a entrar em conflito com a sociedade'; parece que o que se afirma nesses trechos é que o parâmetro de classificação do transtorno de personalidade que é estruturante do próprio indivíduo é regulado pela capacidade de viver em sociedade. Essa direção vem sendo apontada pelos teóricos da Psiquiatria, pela Psicóloga e pelos peritos, mas, vejamos, agora ela se coloca de forma mais contundente: um indivíduo porta um mal, que não tem atribuição orgânica ou emocional direta, no entanto esse mal o constitui, o estrutura, não há tratamento, cura ou recuperação, até mesmo a punição tem se mostrado ineficaz, esse indivíduo fere as normas, as regras sociais, ou seja, não é capaz de organizar-se segundo o padrão social vigente, demonstra desprezo pelas obrigações sociais pactuadas pelos homens, a impossibilidade de empatia impede-o de tornar afeito ao pacto, ele vive em conflito com a sociedade, ele é perigoso e representa uma ameaça à ordem e à segurança ('baixa tolerância à frustração, baixo limiar de descarga da agressividade, inclusive da violência') e não se coloca nenhuma perspectiva de mudança nesses sujeitos de personalidade transtornadas. Ora, o que

está sendo produzido enquanto sentido para o transtorno de personalidade é o de que os indivíduos que desenvolvem essa forma de desvio devem ser apartados do convívio social. E ainda, o que regula tal transtorno não é outro aspecto senão o da impossibilidade desse convívio social.

Psicólogos e Psiquiatras inscrevem-se no 'grande livro' (o Código Internacional de Doenças) que cria tipos, sub-tipos, características, classificações, mas não precisam a causa, podem até afirmar tudo que não é, mas estão impedidos de dizer o que é, conseqüentemente, de dizer como se trata, como se cura. Aliás as suas inscrições não se filiam a esses propósitos, é por isso que a 'bíblia mundial das doenças' afirma que nem a punição resolve. Ora, para os crimes cometidos por uma pessoa o Código Penal prevê como mecanismo de recuperação a pena como punição, como instrumento de expiação da culpa. Mas vejamos, para os crimes cometidos sob a égide de um determinado tipo de loucura, o CID adverte para o fato de que 'o comportamento não é facilmente modificado pelas experiências adversas, inclusive pela punição'. Se retomarmos a história vamos encontrar dois psiquiatras que promovem uma ruptura na forma de julgamento do criminoso-louco. Estamos nos reportando ao momento em que Pinel e Esquirol requerem à justiça o direito de tratar os criminosos-loucos. O que os dois inauguraram foi um lugar para o discurso médico psiquiátrico, discurso no qual a exclusão é também constitutiva, mas se constitui de forma distinta da exclusão criminal: esta é temporária, prevê, na maioria das vezes, a possibilidade de recuperação, de expiação do erro através da pena. O sistema penal brasileiro constitui-se na afirmação da sua eficácia enquanto meio de recuperação dos indivíduos desviantes. O discurso médico psiquiátrico, no entanto, adota a exclusão e até se constitui nela, mas a exclusão é definitiva, uma vez assumirem a impossibilidade de mudança, de cura ou tratamento.

A Psiquiatria, ao retirar os criminosos-loucos das masmorras e das correntes, com o propósito de tratá-los, esbarrou nos seus próprios limites, ou melhor, nos sentidos que a fundaram. Assim sendo, passou às constatações, classificações e prescrições da exclusão definitiva em nome da manutenção da ordem e da segurança social.

Vejamos o que os peritos formulam no 'exame psíquico' (realizado pelos próprios peritos):

"O periciando foi entrevistado nas dependências do D.H.P.P. Apresentou-se para exame trajando calça cáqui, camisa de malha de algodão e tênis preto, uniforme da instituição e vestindo colete à prova de balas com emblema da Polícia Civil. Higiene pessoal bem cuidada, barba feita e cabelos penteados. Fácies atípica, mímica adequada às condições de exame. Estabelece bom contato interpessoal com os examinadores, reconhecendo os mesmos lembrando-se, inclusive de seus nomes e faz referência a diálogos anteriores ocorridos em Taubaté. Responde a nossas indagações de forma solícita, não se eximindo a nenhuma delas. Está lúcido sob o aspecto neurológico. Orientado no espaço e quanto a si. Desorientado quanto ao calendário, situação condizente com o tempo de prisão. Não foram detectadas alterações da senso-percepção (visuais, auditivas, cenestésicas entre outras). Atenção espontânea e provocada são normais tanto no que diz respeito à vigilância e tenacidade. O seu pensamento, embora minucioso e detalhista, não apresenta alterações marcantes quanto ao seu curso, forma e conteúdo. Vale a pena registrar que, no presente exame, foram observadas idéias de fundo místico - religioso, justificadas pela leitura constante de textos religiosos, não se constituindo, porém, em sintomas de natureza psicótica. ... A avaliação empírica de sua inteligência a coloca dentro dos padrões da normalidade compatível com o grau de instrução e meio sócio-cultural de onde provem. Humor estável, adequado à situação que vivencia. Memórias de fixação e evocação preservadas. Denota frieza de ânimo e sua afetividade mostra-se indiferente mesmo quando aborda os crimes que cometeu. Admite, atualmente, emocionar-se com as palavras da Bíblia, nunca de arrependimento pelo que fez. Capacidade crítica e pragmatismo preservados' (LP. p. 13, 14).

Que sentidos são mobilizados ao se iniciar um relatório de um exame psíquico descrevendo tão minuciosamente a aparência do periciando?

Vejamos o trecho que descreve a boa aparência do periciando:

'Higiene pessoal bem cuidada, barba feita e cabelos penteados. Fácies atípica, mímica adequada às condições de exame'

Ao afirmar a boa aparência do periciando, os peritos chamam a atenção para o fato de que sua aparência é normal, ou seja, ele não se enquadraria em alguns tipos de loucura que se expressam também na aparência. É nessa concepção de loucura e nessa memória de dizer o

louco que ouvimos de várias pessoas, com graus de instrução variada, que o periciando não era louco, pois tinha uma boa aparência: não era descabelado, não tinha olhos fixos, de brilho estranho, etc. Assim, parece que ocupar-se em descrever a aparência do periciando tem uma inscrição nessa concepção de loucura que o discurso leigo adota e que está filiada aos sentidos inaugurados por Lombroso na descrição do ser atávico. Ora, o sujeito de fâcies atípica é aquele que não possui fâcies sindrômica, ou seja, é aquele cuja loucura não se expressa na aparência, embora assegurar a loucura como não expressa numa tipologia facial, assegura-a também em formas de manifestação cuja aparência não se mostra imediatamente comprometida.

Observemos como os peritos afirmam reiteradas vezes aspectos da cognição exaltando a capacidade intelectual do periciando:

'reconhecendo os mesmos (os peritos), lembrando-se, inclusive, de seus nomes e faz referência a diálogos anteriores; ... responde as nossas indagações de forma solícita não se eximindo a nenhuma delas' (coopera e compreende o que lhe é perguntado); ... atenção espontânea e provocada são normais, o pensamento é estruturado, quanto ao curso forma e conteúdo; memória de fixação e evocação preservadas'.

Ou seja, 'a avaliação empírica de sua inteligência a coloca dentro dos padrões da normalidade'. Tudo em seu pensamento é normal, mesmo com o aposto iniciado pelo embora na formulação:

'O seu pensamento, embora minucioso e detalhista, não apresenta alterações marcantes quanto ao seu curso, forma e conteúdo'

O sentido que se produz é o da normalidade do pensamento, estruturado quanto ao curso, forma e conteúdo, conseqüentemente essa ênfase na normalidade do pensamento apaga dois aspectos inscritos, em certa medida, numa circularidade do pensamento do periciando: a minuciosidade e o detalhismo. Essa circularidade do pensamento, levada a extremos, se inscreve num tipo de doença mental, denominada pela Psiquiatria/Psicologia de DOC (Doença

Obsessiva Compulsiva). Contudo, não é para esse lugar que a afirmação aponta, pois a pouca ou nenhuma ênfase colocada pelo 'embora minucioso e detalhista' produz sentidos que colocam a minuciosidade e o detalhismo dentro de parâmetros de normalidade como é também normal todo o restante do pensamento: sem alterações marcantes do curso, forma e conteúdo. Ou seja, o funcionamento do '**embora**' afirma duas características que, em consonância com o restante do pensamento, estão assentadas dentro dos parâmetros de normalidade, de tolerabilidade. Observemos a paráfrase do 'embora' na construção:

'O seu pensamento, ainda que - apesar de - mesmo que (**embora**) minucioso e detalhista, não apresenta alterações marcantes quanto ao seu curso, forma e conteúdo'

Notemos que o sentido se mantém, ou seja, o 'embora' marca duas características do pensamento ligadas a uma psicopatologia, mas que são asseguradas pela construção como aceitáveis, toleráveis para os padrões de normalidade do pensamento do periciando.

Vejamos o trecho que vem em seguida:

'Vale a pena registrar que, no presente exame, foram observadas idéias de fundo místico - religioso, justificadas pela leitura constante de textos religiosos, não se constituindo, porém, em sintomas de natureza psicótica'.

Observemos que os peritos continuam afirmando a normalidade do pensamento do periciando, no qual as 'idéias de fundo místico' são colocadas como normais, pois elas são justificadas pelo tipo de leitura que o periciando faz atualmente (no presente exame). O que os peritos afirmam é que as idéias de fundo místico-religioso são justificadas por leituras da bíblia, '**porém**' não se constituem em sintomas de natureza psicótica. Alertemo-nos para o funcionamento que é mobilizado pelo porém. Ele funciona exatamente no sentido de constituir uma oposição aos sintomas de natureza psicótica (portanto, à anormalidade). Na caracterização dos pensamentos ditos recorrentes, perseverantes ou circulares, característicos da psicopatologia DOC, o teor da recorrência, da perseverança ou da circularidade são, geralmente, de cunho místico-religioso. Afora isto, o teor das alucinações nos diferentes tipos de esquizofrenias, também se carregam de conteúdo místico-religioso.

Ao afirmar tais 'idéias de fundo místico-religioso' como consequência de leituras

atuais da bíblia, os peritos não só inscrevem essas idéias numa normalidade, como também promovem através do **porém** uma negação de relação discursiva entre misticismo/religião e loucura. No funcionamento do 'porém', os peritos asseguram a normalidade da natureza das idéias manifestadas pelo periciando como não pertencentes aos quadros de natureza psicótica. Ora, a minuciosidade, o detalhismo, as idéias de fundo místico-religioso poderiam ser arrolados como sintomáticos ou, pelo menos, indicativos de quadros psicóticos, no entanto, o 'porém' opõe tais pensamentos como não constituindo em sintomas de natureza psicótica.

Observemos que os peritos não vinculam tais manifestações à loucura. Isso implica, então, como vimos mostrando pela análise, não uma ênfase à sanidade, à normalidade, mas uma direção para a explicação dos seus atos como vinculados a uma ilicitude, a um comportamento criminalizado. A normalidade do pensamento, a refutação dos sintomas de natureza psicótica, a boa aparência, a forma solícita e articulada para responder, a lucidez, a boa capacidade de orientação, enfim, todos os aspectos afirmados pelos peritos inscrevem as explicações para os seus atos, a explicação para os crimes cometidos, numa ilicitude, num comportamento criminalizado.

Vejamos mais um trecho dos resultados do exame realizado pelos peritos:

'Denota frieza de ânimo e sua afetividade mostra-se indiferente mesmo quando aborda os crimes que cometeu. Admite, atualmente, emocionar-se com as palavras da Bíblia, nunca de arrependimento pelo que fez. Capacidade crítica e pragmatismo preservados'

Observemos que os peritos afirmam uma 'frieza de ânimo' e uma 'afetividade indiferente' quando o periciando aborda os crimes que cometeu. Mas, vejamos que essa frieza e indiferença não são afirmadas na direção de uma insanidade ou de uma doença mental. Vimos mostrando que os peritos afirmam toda uma normalidade que, no entanto, não explicita a saúde mental do periciando. O que essa 'normalidade' mostra é que os crimes cometidos têm uma outra causa que não a doença mental, essa causa é apontada para a direção de uma ilicitude, de uma criminalidade. Ora, afirmar uma frieza e uma indiferença no periciando só corrobora um grau de 'normalidade' da maldade, ou seja, um comportamento ilícito, criminalizado se acresce de dois componentes: a frieza e a indiferença. Diferentemente do lugar de inscrição da psicóloga e dos teóricos da psiquiatria que tomam a frieza e a indiferença

como sintomas característicos dos transtornos de personalidade, portanto, sintomas de uma doença mental, os peritos tomam essas duas características como indicativo do grau de ilicitude do comportamento do periciando, portanto, inscritas numa atitude criminalizada.

Ao afirmar que o periciando se 'emociona atualmente com as palavras da bíblia, mas **nunca** de arrependimento pelo que fez', o que eles asseguram é a capacidade de emocionar-se e essa capacidade só não é extensiva aos crimes cometidos pelo periciando porque ele tem um comportamento ilícito, criminalizado, frio e indiferente o suficiente para não se sensibilizar com o que fez. Ora, o que está sendo afirmado é uma maldade consciente, uma ilicitude consentida, uma atitude criminológica assumida, pois a 'capacidade crítica e o pragmatismo' estão preservados. É interessante observar que todo o lugar de desvio é argumentado e justificado na direção de uma normalidade, uma consciência. Os aspectos que, a princípio parecem inscrever o comportamento desviante como inscrito na loucura - a frieza e a indiferença - também são justificados como 'normalidade': afinal a capacidade de emocionar-se, a capacidade crítica e o pragmatismo estão preservados.

Retomemos a sequência do laudo para observarmos um aspecto interessante: 1) identificação (dos peritos e do periciando); 2) dados de anamnese (nesse laudo dividida em antecedentes pessoais e antecedentes familiares); 3) elementos colhidos dos autos; 4) resultados de exames (4.1 - exame neurológico e complementares; 4.2 - exame psicológico realizado pela psicóloga; 4.3 - exame psíquico realizado pelos peritos); 5 discussão (5.1 - a capacidade de imputação; 5.2 - conceito de normalidade em psiquiatria; 5.3 - conceito de personalidade e seus transtornos; 5.4 - meios de que dispõem os psiquiatras para o diagnóstico de transtorno de personalidade); 6) Conclusão.

Até o parecer psicológico que é um dos exames que compõem o item quatro (04) - resultados de exames - Vimos que a direção do discurso dos peritos vinham afirmando os comportamentos desviantes do periciando como inscritos numa ilicitude, num comportamento criminalizado. Contudo a psicóloga, como mostramos, faz uma inscrição diferente da dos peritos e ao opor normalidade/anormalidade, saúde mental/doença mental, inscreve seu parecer sobre comportamentos do periciando a um determinado tipo de doença mental, portanto, de loucura.

Ao retomarmos a análise de mais um exame (4.3 - realizado pelos peritos) parece

que se tornou mais visível ainda o lugar de inscrição dos peritos como diferente do da psicóloga e dos psiquiatras. Vejamos: o exame realizado pelos peritos chama-se 'exame psíquico' e era de se supor que tal exame fosse mostrar os distúrbios psíquicos que o periciando apresenta, caso os peritos estivessem trabalhando com a hipótese de que ele fosse portador de algum transtorno de personalidade. No entanto, o que pudemos observar é que os peritos afirmam o tempo todo o comportamento 'normal e saudável' do periciando como inscrito numa outra ordem de desvio: da ilicitude, da criminalidade.

Esse lugar de oposição dos peritos fica visível em todo o resultado apresentado pelo exame por eles realizado. Vejamos: às características que poderiam vincular o pensamento na anormalidade (minuciosidade e detalhismo), opõe-se um pensamento estruturado quanto ao curso, forma e conteúdo; às idéias de fundo místico-religioso, opõe-se a justificativa de leituras da bíblia e a afirmação de que as mesmas não consistem em sintomas de natureza psicótica; à frieza de ânimo e à afetividade indiferente ao abordar os crimes que cometeu, opõe-se a capacidade de emocionar-se por outras razões e afirma-se a preservação da capacidade crítica e do pragmatismo. Ora, se todos os dados encontrados pelos peritos que poderiam ser passíveis de inscrever o comportamento do periciando num tipo de psicopatologia se opõem por 'normalidades', o que se afirma não é um sujeito normal, sadio mentalmente, mas sim um **comportamento criminal padrão marcado pela ilicitude**. O que os peritos afirmam é que é possível encontrar homicidas que aparentam frieza, indiferença e falta de arrependimento, sem que seu comportamento seja imediatamente vinculado a uma loucura.

Após o resultado desse exame realizado pelos peritos eles apresentam no laudo o item denominado 'discussão', de caráter mais teórico, do qual analisamos vários recortes ao longo de nossa exposição. Toda essa parte denominada 'discussão', mas mais especificamente os dois temas que tratam dos conceitos de normalidade e dos conceitos de personalidade e seus transtornos, mostram uma inscrição comum dos psiquiatras que a apresentam e da psicóloga que formula o parecer psicológico.

Após esse trajeto, finalmente, os peritos emitem o diagnóstico e prescrevem os caminhos que deve-se tomar com ele. O diagnóstico é denominado no laudo de 'Conclusão'. Vejamos, então, o recorte no qual os peritos o formulam:

'Do acima exposto, observado e apreendido, ancorados também, nos exames complementares, na avaliação psicológica a que se submeteu o periciando e, particularmente, na análise de sua curva vital constatamos: a) sua precoce e marcada dificuldade de adaptação às normas e regras sociais (vida escolar, vida militar, vida profissional); b) sua incapacidade de estabelecer relações afetivas profundas e duradouras; c) seu acentuado egocentrismo; d) a consciência de que seus atos são censuráveis e puníveis, motivo pelo qual procura ocultar e dissimular seus impulsos até quando, a oportunidade se torna propícia e o mal e a crueldade desatam sem nenhuma repressão e e) a absoluta falta de arrependimento ou o sentimento de culpa pelo que cometeu. ... Diante do elencado acima um diagnóstico se impõe, sem margem a dúvida. Estamos frente a uma personalidade a quem Kurt Schneider denominou de *frio de alma*, Kraepelin de *desalmados* e Ferri de *loucura moral*. Presentemente essas personalidades estão descritas na décima revisão da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde (CID - 10) dentre os Transtornos Específicos da Personalidade, sub-tipo Personalidade Anti-Social (F60.2). ... Este tipo de patologia enquadra-se, dentro do critério médico legal, como sendo uma perturbação da saúde mental, colocando seu portador nas condições previstas no parágrafo único do artigo 26 do Código Penal. É semi-imputável por comprometimento da plena capacidade de determinação. ... Este peritos aproveitam a oportunidade para, a título de subsídio aos eminentes julgadores e com a devida vênia, esclarecer que o tratamento do transtorno anti-social de personalidade, como o caso em tela é, segundo a visão predominante dos tratadistas que desse assunto se ocuparam, o que se revelou mais ineficaz, pois se pode afirmar que não se dispõe no momento atual de meios terapêuticos para modificar favoravelmente a conduta dessas personalidades. A assertiva acima implica necessariamente em reconhecer que o prognóstico é desfavorável e, no entender destes peritos, não há especial tratamento curativo, o que afastaria o previsto no artigo 98 do Código Penal. ... Em relação ao presente laudo os peritos gostariam de esclarecer que, em que pese, alterações ditadas pelo fato de se tratar de outro crime, outro processo, outra vítima e outro exame, o essencial de nosso laudo anterior está mantido. O diagnóstico é o mesmo, e as implicações médico legais daí decorrentes são absolutamente idênticas. Os exames subsidiários (exame neurológico, tomografia computadorizada de crânio, ressonância nuclear magnética,

eletroencefalograma e parecer psicológico) são os mesmos, por entendermos que o curto espaço temporal decorrido entre o laudo anterior e o presente não justificaria a realização de novos exames. ... Insistimos, ainda, fazendo nossas as observações de Talbot, Hales e Yudofsky, que " o transtorno anti-social de personalidade tem sido reconhecido como um dos transtornos de personalidade mais difíceis de tratar. A falta de empatia e responsabilidade social são os principais impedimentos ao estabelecimento de um rapport terapêutico e um compromisso com a mudança. ... Uma Instituição de correção pode ser o único meio de controlar alguns pacientes anti-sociais." ... Algumas intercorrências de ordem psiquiátrica podem surgir sob condições de confinamento, tais como: depressão, ansiedade e mesmo reações de ordem psicótica, que ensejarão o tratamento adequado, no momento oportuno' (LP. p. 24, 25, 26).

Analiseemos o primeiro trecho do recorte:

'Do acima exposto, observado e apreendido, ancorados também, nos exames complementares, na avaliação psicológica a que se submeteu o periciando e, particularmente, na análise de sua curva vital constatamos: a) sua precoce e marcada dificuldade de adaptação às normas e regras sociais (vida escolar, vida militar, vida profissional); b) sua incapacidade de estabelecer relações afetivas profundas e duradouras; c) seu acentuado egocentrismo; d) a consciência de que seus atos são censuráveis e puníveis, motivo pelo qual procura ocultar e dissimular seus impulsos até quando, a oportunidade se torna propícia e o mal e a crueldade desatam sem nenhuma repressão e e) a absoluta falta de arrependimento ou o sentimento de culpa pelo que cometeu'

Vejamos os aspectos que os peritos destacam do comportamento do periciando como sendo característicos do desvio que apresenta: dificuldade de adaptação às regras e normas sociais; incapacidade de estabelecer relações afetivas profundas e duradouras; acentuado egocentrismo; consciência dos seus atos como 'errados' daí escondê-los e liberar toda a sua maldade e crueldade e a falta de culpa e arrependimento pelo que cometeu. Não há como negar que todos esses aspectos foram afirmados reiteradas vezes no laudo, através dos

relatos dos peritos. Contudo, a direção apontada pelos peritos a essas características do comportamento do periciando sempre se deram na exaltação da ilicitude e das atitudes criminalizadas e no apagamento conseqüente da loucura.

Vejamos o que eles afirmam no próximo trecho:

'Diante do elencado acima **um diagnóstico se impõe**, sem margem a dúvida. Estamos frente a uma personalidade a quem Kurt Schneider denominou de *frio de alma*. Kraepelin de *desalmados* e Ferri de *loucura moral*. Presentemente essas personalidades estão descritas na décima revisão da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde (CID - 10) dentre os Transtornos Específicos da Personalidade, sub-tipo *Personalidade Anti-Social (F60.2)*'.

Observemos que os peritos afirmam a **imposição** de um diagnóstico ('um diagnóstico se impõe'), imposição essa dada por teóricos da psiquiatria que designam e classificam a personalidade desviante ('frio de alma, desalmados, louco moral') dentro do quadro das psicopatologias que caracterizam. Ao classificá-las inscrevem-nas no Código Internacional de Doenças e como quem configura um gabarito, um a um, os que se colocam em suspeição de insanidade, àqueles aos quais 'restam dúvidas sob a sua higidez mental' vão passando por esse crivo que reduz o homem, a sua história, as suas diferenças, os seus desvios, a uma senha, a um número catalogado no Código Internacional de Doenças (CID - 10). Vimos dando visibilidade à posição sujeito perito e ao seu lugar de inscrição no trato com os indivíduos que cometem crimes sob a égide de uma loucura. Ou seja, a sua **tendência** em afirmar o que poderia ser tomado como um comportamento desviante para a loucura, sendo constantemente oposto a comportamentos criminalizados, ilícitos. Ao dar visibilidade a posição sujeito perito foi se afirmando também que a sua inscrição se faz na confluência de dois discursos: o médico e o jurídico. Conseqüentemente, pudemos observar que sua posição diante dos sujeitos a serem periciados é diferente da dos psiquiatras e dos psicólogos. Enquanto, estes opõem saúde mental/doença mental, normalidade/anormalidade, os peritos utilizam-se de uma outra oposição para avaliar o periciando, como já mostramos. Ora, essa posição do discurso médico faz ecoar os seus sentidos no discurso jurídico, reivindicando um

tratamento diferenciado ao criminoso/louco.

Vejamos como os peritos apresentam este aspecto no trecho que segue:

'Este tipo de patologia enquadra-se, dentro do critério médico legal, como sendo uma perturbação da saúde mental, colocando seu portador nas condições previstas no parágrafo único do artigo 26 do Código Penal. É semi-imputável por comprometimento da plena capacidade de determinação'.

O atravessamento dos dois discursos que instituem os peritos (Psiquiatras Forenses), interpela os peritos a se posicionarem exatamente nessa zona de confluência: estabelecendo o critério médico penal. Ou seja, atendendo às classificações da Psicologia/Psiquiatria (Discurso Médico), os peritos acatam a classificação imposta por esse (o periciando é perturbado da saúde mental) e estabelece o que prescreve o Discurso Jurídico: enquadra-o no parágrafo único do artigo 26 - como 'semi-imputável por comprometimento da plena capacidade de determinação'.

Vejamos o que apresentam no trecho seguinte:

'Este peritos aproveitam a oportunidade para, a título de subsídio aos eminentes julgadores e com a devida vênia, esclarecer que o **tratamento** do transtorno anti-social de personalidade, como o caso em tela é, segundo a **visão predominante dos tratadistas** que desse assunto se ocuparam, o que se revelou mais **ineficaz**, pois se pode afirmar que não se dispõe no momento atual de meios terapêuticos para modificar favoravelmente a conduta dessas personalidades. A assertiva acima implica necessariamente em reconhecer que o **prognóstico é desfavorável** e, no entender destes peritos, **não há especial tratamento curativo**, o que afastaria o previsto no artigo 98 do Código Penal'.

Observemos que os peritos voltam a ocupar a sua posição de inscrição no Discurso Médico para concordar com os tratadistas (leia-se Psiquiatras) para afirmar que não há tratamento que se mostre eficaz, não há prognóstico favorável para os indivíduos que como o periciando são classificados pelo CID - 10 como possuidores de transtorno anti-social de personalidade, o que os enquadra na semi-imputabilidade.

Retomemos o que prescreve o Artigo 98 do CPB:

'Art. 98 - Na hipótese do **parágrafo único do art. 26** deste Código e necessitando o condenado de especial tratamento curativo, a **pena privativa** de liberdade **pode ser substituída pela internação, ou tratamento ambulatorial**, pelo prazo mínimo de 1 (um) a 3 (três) anos, nos termos do artigo anterior e respectivos §§ 1º a 4º.

Vejamos que o artigo 98 propõe a substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável, portanto ao descartar a adoção de medida de segurança os peritos refutam a possibilidade de qualquer tentativa de tratamento, 'pois não há especial tratamento curativo' para indivíduos com tal grau de periculosidade. Ora, o que propõem, então, é que nenhuma forma de tratamento - em regime ambulatorial ou de internação - seja dispensada ao periciando, pois a psicopatologia que ele porta não responde a nenhum deles. Ao vetarem ao periciando a internação numa casa de custódia, num manicômio judiciário, os peritos impõem-lhe uma forma de exclusão mais eficaz, porque definitiva, mais cruel, porque isolada, solitária.

Se o periciando está impedido de poder ficar algum dia em liberdade porque a sua periculosidade é alta, se ele está impedido de se tratar porque a sua doença não tem cura, o que lhe resta é ser confinado em celas isoladas.

Vejamos o que os peritos propõem ao concluir o laudo:

'Insistimos, ainda, fazendo nossas as observações de Talbot, Hales e Yudofsky, que " o transtorno anti-social de personalidade tem sido reconhecido como **um dos transtornos de personalidade mais difíceis de tratar**. A **falta de empatia e responsabilidade social** são os principais impedimentos ao estabelecimento de um rapport terapêutico e um compromisso com a mudança. ... Uma Instituição de correção pode ser o único meio de controlar alguns pacientes anti-sociais. " ... Algumas intercorrências de ordem psiquiátrica podem surgir sob condições de confinamento, tais como: depressão, ansiedade e

mesmo reações de ordem psicótica, que ensejarão o tratamento adequado, no momento oportuno'

Vejamos, pois, que os próprios peritos admitem a insistência com que reiteradas vezes prescrevem o banimento de convívio ao periciando. Contudo, se respaldam em grandes nomes da psiquiatria forense para se assegurarem, se valem do lugar de inscrição que é comum tanto aos peritos quanto aos tratadistas para afirmar finalmente que 'uma instituição de correção pode ser o único meio de controlar os pacientes anti-sociais'.

Que outro lugar melhor que uma instituição de correção (um presídio) pode haver para o periciando? De que outra forma a segurança e a ordem social pode ser melhor garantida? Que forma de punição pode ser mais adequada ao indivíduo que não pode ser tratado e não pode ser libertado exatamente porque está impedido de arrepender-se, de acatar as normas do funcionamento social?.

IX - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda a análise vimos mostrando como a função perito se configura no laudo pericial de forma a dar contornos a essa posição sujeito.

Desde o primeiro momento, na identificação, os peritos se instituem como os detentores de notória competência e compromisso com os 'autos em epígrafe'. Nesse processo identitário inicia-se o apagamento do sujeito para se dar visibilidade ao indivíduo com seus números, senhas e classificações. Menos que o seu nome, seus anseios e sonhos, o que importa é o seu código localizador. Assim, como o código genético, o código localizador é único e intransferível e é o mecanismo que possibilita apartá-lo dos outros homens e de sua própria subjetividade para determinar o quão sua individualidade está rompida e representa perigo/ameaça para o bom funcionamento social. A mídia se coloca a esse serviço e contribui para o apagamento do sujeito quando omite seu nome e o designa simplesmente como o 'maníaco'.

Os promotores desse processo de individualização são os peritos, eles são conclamados a '**instruir**' incidente de insanidade mental por restarem dúvidas quanto a higidez mental do acusado. Essa 'instrução', no entanto, não se limita a constatar ou não e a classificar um determinado tipo de loucura. Ela se configura também em incursões pelo Discurso Jurídico, prescrevendo a esse que artigos do Código Penal Brasileiro devem ser desconsiderados dado o grau de periculosidade e a impossibilidade de tratamento que o tipo de loucura detectado produz. 'Instruir' significa, então, autorizar-se de um saber que dá poderes aos peritos para ditar à justiça como proceder nos casos de comprovação de insanidade mental.

É esse notório saber que possibilita à posição sujeito perito a adoção da fala do periciando como objeto da sua avaliação. Assim, num laudo composto de vinte e nove páginas, apenas um pequeno trecho, recortado do Inquérito Judicial, é reproduzido na forma de discurso direto. Todo o restante do laudo é apresentado na forma de **discurso relatado**. Esse lugar de interpretação, de inscrição da posição sujeito perito funciona de maneira a tomar a fala do periciando como discurso relatado exatamente porque não é tanto o que ele diz e como diz o que interessa, mas sim os perigos, a ameaça que ele representa para a sociedade em

geral. Ao interpretar os dados, os peritos tomam as falas do periciando de forma objetalizada produzindo sentidos que apontam sempre na direção da tese que está sendo formulada. Ao dar à fala do periciando uma direção, ao apontá-la sempre como vinculada a uma atitude suspeita, a um comportamento inscrito numa **ilicitude**, podemos mostrar que a posição sujeito perito opera na contraposição da loucura com o crime, ou seja, o comportamento que não se explica pela loucura, seria criminalizado, ilícito.

Ao nível da formulação, a fala do perito se marca pela contraposição crime/loucura, o que nos permite dizer que a inscrição dessa posição se dá na relação entre o Discurso Médico-Psiquiátrico e o Discurso Jurídico. Esses dois discursos constituem as instituições basilares de sustentação da segurança e da ordem social e visam a apartar para o tratamento ou para a recuperação os indivíduos que romperam com o ‘pacto social’. Contudo, alguns indivíduos, particularmente os indivíduos de personalidades transtornadas ou, nas palavras de Palomba, os assassinos seriais doentes mentais fronteiriços rompem não só com o pacto, mas passam a se constituir em ameaça à ordem e segurança social. É, pois, a necessidade de reestabelecimento dessa ordem e dessa segurança que institui e conclama os peritos para classificá-los e enquadrá-los em categorias que dentro da ordem de estabilidade desses dois discursos atendam à manutenção da ordem social, da qual estão a serviço.

O Código Penal Brasileiro prevê artigos que atenuam a pena para os indivíduos semi-imputáveis (Artigo 26 e parágrafo único do referido artigo) e artigos que dispõem sobre a aplicação de medida de segurança para essa categoria de sujeitos (Artigos 96, 97 e 98). Como vimos, esta análise deu visibilidade à posição sujeito perito como constituída na confluência dos Discursos Médico e Jurídico. Esse espaço de confluência institui os indivíduos classificados como semi-imputáveis como sujeitos impedidos de se beneficiar tanto dos atenuantes penais quanto de tratamento. Essa interdição se faz em nome do que o Discurso Médico (Psicologia, Psiquiatria, CID-10 da OMS) prescreve aos indivíduos de personalidade transtornada: não há perspectivas de tratamento ou cura.

Dessa forma, o Discurso Médico além de descartar, de antemão, qualquer possibilidade de interferência que o seu saber acumulou para a recuperação ou cura, promove apenas a constatação e a classificação da doença que o indivíduo porta, assumindo a sua constutividade nosográfica e o seus limites para uma intervenção definitivamente curativa.

Ora, é exatamente essa categoria de loucura, que se constitui na relação dos discursos Médico e Jurídico que institui a posição perito. O lugar de intervenção dessa posição sujeito perito é o de promover a espacialização do periciando da forma mais adequada e conveniente à manutenção da ordem e segurança social.

Se o Discurso Médico constata e classifica esse tipo de loucura, se assume o seu limite constitutivo de não poder curá-la ou tratá-la, afirma-se, em contrapartida, que esses indivíduos não podem ficar livres porque têm uma compulsão para matar e nem tampouco serem internados porque não podem ser tratados ou curados. A função do perito é dizer, então, a partir do lugar que o institui – a confluência entre o Discurso Jurídico e o Médico – qual o melhor caminho a seguir com tais indivíduos. Tenhamos claro, no entanto, que a ‘escolha’ do melhor caminho não tem como foco dos sentidos o indivíduo doente mental, mas sim o bem estar social.

Assumir, por outro lado, o periciando como louco total contrariaria o lugar de inscrição da posição sujeito perito: a loucura total está expressa na aparência, na desordem das sensopercepções, na alteração do juízo de realidade. Contudo, não são essas características que a memória de dizer o louco total e a loucura que o discurso médico e leigo acumulou que correspondem ao quadro característico do tipo de loucura que possui o periciando. Entre o crime e a loucura, a posição sujeito perito é lugar de movência entre o Discurso Médico e o Jurídico, visando, como já afirmamos, em última instância, a garantia do bom funcionamento social.

O perito tem uma formação médico-psiquiátrica e se constitui perito, a partir de uma especialidade que historicamente se colocou: a psiquiatria forense. Quando se lhe cobram um laudo pericial, conclama-se uma posição sujeito, posição que se regula pela ordem do Discurso Jurídico, daí a direção argumentativa apontando para um comportamento ilícito, suspeito, criminalizado e pela ordem do Discurso Médico que argumenta na direção da impossibilidade de tratamento ou cura. Assim, a posição sujeito perito se constitui na confluência sem anterioridade de um discurso sobre o outro, ou seja, um discurso se sobrepõe sobre o outro e o processo de sobreposição acaba por tornar o outro discurso sempre visível, sempre necessário. Na convivência desses dois discursos não há dominância. Ambos se combinam e se complementam no sentido de promover a melhor forma de reequilíbrio social.

Ora, quem está a serviço das instituições médica e jurídica não pensa o sujeito periciando pelas suas necessidades e agruras, mas pensa o 'bem comum' através da necessidade de saneamento do espaço social. É por essa razão que a fala do periciando é objetalizada e constantemente colocada sob suspeição. Na composição da personalidade criminal todos os comportamentos que a moral social condena: a mentira, o logro, a falácia, a ilicitude são atributos que ajudam a compor a personalidade desviante. Por essa razão, a posição sujeito perito produz efeitos da **fala autorizada** que dá visibilidade à **fala suspeita** do periciando.

Essa suspeitabilidade constantemente colocada sob a fala do periciando se marca a partir de uma **inaudibilidade constitutiva** decorrente dessa autoridade da posição sujeito perito.

Além desse lugar enunciativo negado ao periciando, cuja fala discursivamente não ganha estatuto no laudo, os peritos se valem ainda da sua aparência, daquilo que empiricamente pode ser observado, avaliado, mensurado. Esse critério de avaliação remonta aos sentidos fundados por Lombroso, um representante da Escola Penal Positivista, que aborda o criminoso louco como expresso, principalmente, numa tipologia física (o ser atávico) que faz supor que os outros tipos de loucura catalogados pela Psiquiatria, e que não se inscrevem imediatamente numa desordem física e mental aparente, não são formas de loucura, mas comportamento criminalizado, banditismo, ilicitude. No entanto, os peritos não conseguem negar/silenciar totalmente a loucura. Ela se afirma como uma possibilidade. Em se tratando de assassinato serial, imediatamente se convoca o discurso da loucura e é o fato do crime ser serial que, provisoriamente, desorganiza a ordem social. A posição sujeito perito, constituída a partir dessa necessidade histórico-ideológica de reorganização do espaço social, é então acionada para resgatar a segurança social. Apesar da avaliação dos peritos visarem a verificar o grau de possibilidade do periciando voltar a ser um sujeito de dever e de responsabilidade, o gesto organizador não se faz com predominância do Discurso Jurídico. É na confluência dele com o Discurso Médico-psiquiátrico, que a posição sujeito perito promove a elisão, o apagamento, a diluição do sujeito na figura médico-jurídica da semi-imputabilidade. Assim, ainda que o processo se instale e se julgue pelo Discurso Jurídico, é na confluência desse com

o Discurso Médico-psiquiátrico que se promove a interdição do sujeito para fazer visível o indivíduo, o 'maníaco', o semi-imputável.

Vejamos que tanto o fato de afirmar o comportamento do periciando como inscrito numa atitude criminalizada, numa ilicitude, quanto o apelo constante à sua 'aparência saudável' faz referência e se inscreve mais diretamente no que o Discurso Jurídico proclama como sua ordem discursiva para o crime.

A interpelação pelo Discurso Médico traz para o laudo toda uma sustentação teórica da oposição do par louco/não louco. Enquanto, os peritos opõem crime/ loucura, o Discurso Médico (Psiquiatras e Psicólogos) opõem saúde mental/doença mental, normalidade/anormalidade.

É, pois, entre esses dois discursos que se move e desliza a posição sujeito perito, ao tratar de um tipo de loucura que investe o periciando na prática de homicídios ditos seriais. Assim, o laudo se compõe de referências ao que preconiza o Discurso Médico, através das categorizações do normal e do patológico, bem como se respalda no que prescreve o Discurso Jurídico, através das constantes referências ao Código Penal Brasileiro. Ao mesmo tempo que se recorre ao conhecimento científico acumulado pelo Discurso Médico, se desliza para a 'doutrina adotada na exposição de motivos do Código Penal'.

Os critérios que ambos os discursos ditam aos peritos para decidir sobre a sanidade/insanidade, a normalidade/anormalidade e o crime/loucura são: a inteligência (capacidade de entender o certo e errado) e a vontade (capacidade de determinar-se sobre o certo e o errado). Ora, tanto o Discurso Jurídico quanto o Médico estão regulados pelo Discurso da Moral Social, que estabelece os ditames da vida em sociedade.

Poderíamos, então, afirmar que a posição sujeito perito se atravessa e se interpela dessa convivência, dessa confluência desses discursos: o discurso **médico** e o **jurídico** que estão regulados pelo discurso da **moral social**, fundado no discurso da **moral religiosa**. Ou seja, o discurso da moral social vem regulado pelo discurso da moral religiosa que regula o discurso jurídico e o discurso médico. Como já dissemos anteriormente, o discurso da moral social se instala no laudo balizado pelo discurso da moral religiosa apenas na relação com o discurso dos peritos. O discurso religioso, no único trecho falado pelo periciando, se marca pelo que denominamos de um **religiosismo**, ou seja, a forma como o discurso popular toma as

diferentes religiões não pelo discurso formal que as instituiu, mas pelo que o senso comum depreende e produz sentidos a partir da interpretação que se faz delas. Assim, na fala do periciando funciona esse religiosismo refletido, não como seu lugar próprio, mas como efeito do discurso religioso, passado pelo social que promove um apagamento do seu lugar formal. Somado a esse fato, o pequeno trecho da fala do periciando parece indicar uma tentativa desordenada de corresponder às expectativas que os seus interlocutores fazem sobre sua fala. Assim, assumir os seus atos como errados, reclamar pelos seus direitos, declarar-se como orientado por Deus e, num aparente paradoxo, dizer da falta de culpa e arrependimento através de um discurso que insinua a impossibilidade de sentir culpa e/ou arrependimento parece dizer mais diretamente das formações imaginárias que o atravessam do que propriamente uma identidade com o que está sendo dito.

O crime é um fato que reclama sentido, pois interfere na ordem social. Os peritos, ao tomarem o crime em oposição à loucura redimensionam a díade: Normalidade (padrão) x Anormalidade (desvio). A normalidade (padrão) se enquadra, segundo o Discurso Jurídico na imputabilidade e a anormalidade (desvio) na inimputabilidade.

Normalmente poderíamos parafrasear imputabilidade por criminalidade e como decorrência teríamos o par normalidade/criminalidade, discursivamente inaceitável. Não há como falar numa criminalidade normal, padrão, oposta a uma criminalidade insana.

No interior do Discurso Social não é possível se dizer 'criminalidade sã' ou 'criminalidade normal', pois a criminalidade será sempre um desvio quando o padrão de comportamento é ditado pelo Discurso da Moral Religiosa. Dessa forma, o sentido de criminalidade é parafraseado no Discurso da Moral Religiosa por matar, roubar, etc. e no Discurso Jurídico por imputabilidade.

Assim, no cruzamento do Discurso Médico e do Discurso Jurídico, no interior do Discurso Social, se dá necessariamente o apagamento de "padrão" na expressão "criminalidade padrão" e o apagamento de "criminalidade" na expressão "criminalidade insana", o que leva à díade criminalidade/insanidade, e finalmente crime/loucura, em que a loucura acaba sendo uma desculpa para o crime. Quando não há loucura, há apenas o crime, a responsabilidade. O que permite os apagamentos é a noção de responsabilidade. Essa noção de responsabilidade é preconizada pelo Discurso Social, este regulado pelo Discurso da Moral Religiosa.

Ao concluírem pela semi-imputabilidade, a noção de responsabilidade não fica totalmente apagada. Dessa forma, ao 'vetarem' o que preconiza o parágrafo único do Artigo 26 (parágrafo único - redução de pena ao semi-imputável) e dos Artigos 96, 97 e 98 (que prevê aplicação de medida de segurança e tratamento ambulatorial para o semi-imputável, respectivamente) do CPB, os peritos relacionam os sentidos que a Psiquiatria prescreve para a doença aos sentidos postos pelos artigos do Código Penal, na injunção do discurso pela segurança social.

Segundo Orlandi (1999) 'a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada (...) determina o que pode e deve ser dito'.

Dessa forma, a inscrição em uma determinada formação discursiva dominante ou o deslize entre formações discursivas, possibilita, ao analista de discurso, dar visibilidade aos efeitos de sentido produzidos pela ideologia e materializados no discurso. Ou seja, 'o estudo do discurso explicita a maneira como a linguagem e a ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca'.

A presente análise mostrou que não há dominância de uma formação discursiva sobre a outra. O que ficou visível é a confluência de duas formações discursivas que se sustentam pelos discursos médico e o jurídico. A posição sujeito perito se constitui nessa convivência de duas formas de exclusão que se cruzam funcionando de maneira a dar conta dos anseios e dos sentidos fundadores dessas instituições disciplinares (o jurídico e o médico-hospitalar), interpeladas pelo entendimento do que a memória consolidou como 'bem comum' através do Discurso da Moral Social que remonta, em última instância, às noções de certo/errado, direitos/deveres, bem/mal, etc., regulados pela ordem do Discurso da Moral Religiosa.

Vejamos: o Discurso Médico prescreve a doença mental classificando o seu agente como portador de uma periculosidade e de uma impossibilidade de tratamento, o Discurso Jurídico por sua vez abre brechas para o tratamento através da redução da pena e o propõe em regime de internação hospitalar ou ambulatorial. Os peritos, atravessados dos sentidos que instituíram as ciências psiquiátricas e psicológicas na impossibilidade de tratar, e interpelados pelo anseio de segurança social, prescrevem a medida que mais efetivamente promova o equilíbrio dos discursos em embates. Recolher o periciando a uma instituição de correção,

assegura, apesar da certeza de que o periciando não pode ser corrigido nem mesmo pela punição, a manutenção incólume das instituições que sustentam os discursos médico e jurídico, instados a se pronunciarem diante da desordem e da insegurança social provocada pelos crimes cometidos por um indivíduo 'louco'. A loucura está, pois, na impossibilidade que se tem de seguir os ditames sociais, de arrepender-se, de culpar-se, de mostrar-se disposto a voltar a funcionar pelas normas do 'pacto'.

Ao indivíduo que ninguém sabe por que ou como, a noção de certo e errado, a certeza da punição, do banimento, não atingem, não possibilitando o autocontrole, a autodeterminação, o discurso da Psiquiatria Forense reserva a solidão, a morte gradual e lenta promovida pelos medicamentos psiquiátricos. Solitário dos outros homens, dos outros presos, dos outros loucos, alienado da própria capacidade de pensar, o periciando em estudo será mais um caso na história. A sua loucura/criminalidade foi apartada. A sua categoria está prescrita: criminoso e louco fronteiro.

ABSTRACT

This work concerns as source of research - corpus - the judicial report on the mental illness of a criminal who was accused of homicide in series - serial-killer - in 1998. The present study aims to analyse the conditions of the written productions on the referred report. The theoretical reference adopted is of the French Discourse Analysis. To analyse the written production of reports implies to give visibility to the position of the expert subject, in other words, its discursive inscriptions as an interpreter subject, interpellated by ideology in history. This work also shows the space of mobility of the expert subject in the confluence of the juridical and medical discourses.

This position of the expert subject will be constantly confronted with the positions of the theoreticians of psychiatry and psychology, whose technical opinions, together with the opinion of the experts (forensic psychiatry), are decisive to the final diagnosis about the examined criminal (periciando). In summing up, the visibility of the subject-forms and the forms of negation of the subject (assujeitamento) will be pointed out in the text (report) as discursive materiality.

Key-words: 1.Discourse Analysis. 2. Crime and madness. 3. mental illness. 4. Judicial report. 5. Medical and Juridical Discourses.

X - BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de - Mennocchio e Rivière: *Criminosos da palavra, poetas do silêncio*. Resgate: Revista de Cultura. Nº. 02: 48 - 55. 1991.
- ALTHUSSER, Louis - *Freud e Lacan. Marx e Freud: introdução crítica-histórica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ASÚA, Luis Jimenez de - *Crónica del Crimen*. Madrid: Historia Nueva, 1929.
- AUTHIER-REVUZ, Jaqueline - *Palavras incertas: a não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- BECCARIA, Cesare - *Dos Delitos e das Penas*. 11ª ed. São Paulo: Hemus, 1995.
- CANGUILHEM, Georges - *O normal e o patológico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - Consulta Eletrônica.
- CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO - Consulta Eletrônica.
- COSTA JÚNIOR, Paulo José da - *Curso de Direito Penal*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- COURTINE, J.J. & HAROCHE, Claudine - *Sujeito e Texto: O Homem Perscrutado*. São Paulo: Educ, 1988.
- DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA - Consulta Eletrônica.
- FARIAS JÚNIOR, João - *Manual de Criminologia*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 1993.
- FILHOL, Emmanuel - *A Heterogeneidade Enunciativa no Discurso do Psicótico*. Revista Rua. Nº. 04: 21 - 38. Campinas: 1988.
- FOUCAULT, Michel - *Doença Mental e Psicologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
- _____ - *A Arqueologia do Saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987 (a).
- _____ - *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987 (b).
- _____ - *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- _____ - *A ordem do Discurso*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

- _____ - *História da Loucura*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1997 (a).
- _____ - *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970 - 1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997 (b).
- _____ - *O Nascimento da Clínica*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998 (a).
- _____ - *Microfísica do Poder*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998 (b).
- GADET, F. & HAK, T. - *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- HENRY, Paul - *A Ferramenta Imperfeita: Língua, sujeito e discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- JARDIM LINHARES, Marcello - *Responsabilidade Penal*. Tomo I e II. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- JUNQUEIRA FILHO, Luiz Carlos Uchôa (Org.) - *Silêncios e Luzes: Sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- LAGAZZI, Suzy - *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- MAINGUENEAU, Dominique - *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1997.
- MANITA, Celina - *Personalidade Criminal e Perigosidade: da "perigosidade" do sujeito criminoso ao(s) perigo(s) de se tornar objecto duma "personalidade criminal"* - Consulta Eletrônica.
- NORONHA, E. Magalhães - *Direito Penal*. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- OLIVEIRA, Frederico Abrahão de - *Manual de Criminologia*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1992.
- ORLANDI, Eni Puccinelli - *Paráfrase e Polissemia: a fluidez nos limites do simbólico*. Revista Rua. Nº. 04: 09 - 19. Campinas: 1988.
- _____ - *As formas do Silêncio: no movimento do sentido* - 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- _____ - *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

- _____. - *A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1996.
- _____. - *A Leitura e os Leitores*. Campinas: Pontes, 1998.
- _____. - *Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.
- _____. - *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- _____. (org.) - *Sociedade e Linguagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. (org.) - *Sujeito e Texto*. Série Cadernos PUC, ISSN, São Paulo: EDUC, 1988.
- PALOMBA, Guido Arturo - *Loucura e Crime* - São Paulo: Fiúza, 1996.
- PÊCHEUX, Michel - *O Discurso: Estrutura ou acontecimento*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. - *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. - *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*. Caderno de Estudos Lingüísticos Nº 19: 07- 24. Campinas: jul/dez.1990.
- PEIXOTO, A. - *Criminologia*. 3.ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- RAMALHO, José Ricardo - *Mundo do Crime: A ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- REVISTA ISTO É - Consulta Eletrônica - 05/08; 12/08; 19/08; 30/09/1998.
- REVISTA VEJA - Consulta Eletrônica - 12/08; 02/12/1998.
- ROUANET, Sérgio Paulo (org.) - *O Homem e o Discurso: A arqueologia de Michel Foucault*. Guanabara, RJ: Tempo Brasileiro, s/d.
- SILVA, José Américo Seixas - *Imputabilidade Penal* - Consulta Eletrônica.
- STYRON, William - *As Confissões de Nat Turner*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- SZASZ, Thomas S. - *A fabricação da loucura: um estudo comparativo entre a Inquisição e o Movimento de Saúde Mental*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1984.
- VEYNE, Paul - *O inventário das diferenças*. São Paulo: Ed. Brasiliense S/A, 1983.

